

Defesa Nacional



DEZEMBRO
1950

NÚMERO
437

General RENATO BAPTISTA NUNES, Diretor-Presidente.
General ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO, Diretor-Gerente.
L-Cel. ALBERTO RIBEIRO PAZ, Diretor-Secretário.

DE JANEIRO

BRASIL

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XXXVIII

BRASIL — RIO DE JANEIRO, DEZEMBRO DE 1950

N. 437

SUMÁRIO

	Pág.
EDITORIAL	3
ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL	
Justiça Militar — XI — Cel. Niso Montezuma	7
O recrutamento dos oficiais de Estado-Maior — Ten.-Cel. Arold Ramos de Castro	15
A instrução na Cavalaria — Ten.-Cel. Enio da Cunha Garcia	17
Operações em curso d'água face ao novo FM-100-5 norte-americano — Maj. W.F. Bouças	21
Escola de Instrução Especializada — Cap. Acalá	31
A evolução das granadas — Ten. Hélio Augusto Canongia	51
Alimentação — II — Ten. Jair de Matos Montedônio	53
Processo de condução de tiro com o transferidor de locação — Notas de aula da E.A.O. (Continuação)	59
ASSUNTOS DE CULTURA GERAL	
Problemas do Brasil — VIII — Razões de um lento progresso — Tenente-Coronel Adalardo Fialho	65
Psicologia e aprendizagem — Ten.-Cel. Antônio M. Coimbra	69
É o Exército fator de despovoamento dos campos? — Cap. Augusto de Oliveira Pereira	71
Economia e Finanças:	
O meio circulante e o custo da vida — Cel. J.B. Magalhães	79
GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR	
Aproveitamento do São Francisco — III — Gen. Antônio de Castro Nascimento	83
Porque se deve estudar a II Guerra Mundial — Tradução do Maj. Cesar Neves	89
OPINIÕES	
Eduquemo-nos espiritualmente — Maj. Raul Lopes Munhoz	97
O cavalo — Ten.-Cel. J.H. Garcia	100
Sugestão? Apêlo? — Cap. L.C. Silveira	101
DIVERSOS	
Piedade para os nômades — Tradução do Ten.-Cel. Alberto Ribeiro Paz	103
O comunismo e as Forças Armadas — Ten.-Cel. Riograndino da Costa e Silva	115
Da Tropa — Ato de inspiração ou resultado de profundo meditar? — Tenente José Maury de Araujo Silva	119
Português sem mestre (Continuação) — Sgt. Geraldino Maronês	123
Notícias Militares	127
Noticiário & Legislação	131

EDITORIAL

O militar vive numa sociedade particular, regida por leis e regulamentos especiais que lhe definem os deveres e lhe garantem os direitos, do mesmo passo que lhe restringem a liberdade, sem escravizá-lo, entretanto, ao arbítrio de quem quer que seja.

Mais do que o civil, é o militar escravo do dever, e é nessa escravização e no seu espírito de renúncia que residem a grandeza e a nobreza de sua condição. Sabe que a obediência às imposições da lei não avilta ninguém, mas dignifica e enobrece, porque quem não sabe obedecer não merece a honra de comandar.

Assim como a divisão e a especialização do trabalho são condições do melhor rendimento, a repartição hierárquica da autoridade é condição vital para a ordem e a eficiência do organismo militar. Chefes e subordinados são obreiros da mesma obra que dignifica a todos, pelo cumprimento dos deveres que lhes correspondem.

Os que hoje obedecem, amanhã ordenarão com aquela autoridade que não promana apenas dos postos da hierarquia militar. Esta tem um fundamento moral superior que são o respeito, a compreensão e a prática integral dos deveres definidos pela lei e pelos regulamentos militares. Por isso, é tão nobre mandar como obedecer.

Essa reciprocidade de deveres, esse respeito mútuo aos direitos de cada um, essa compreensão do princípio legal da autoridade, criam e mantêm a ordem e a unidade espiritual, a confiança e a solidariedade recíprocas que tornam a família militar

um todo homogêneo e sólido, que vive sem sofrer, ou mesmo sentir, as restrições que a disciplina impõe aos seus membros, chefes ou comandados.

As forças armadas assim constituídas, conscientes de suas finalidades militares e de sua missão social, que exercitam e praticam religiosamente, — pois que o dever é uma religião, — tornam-se dignas do respeito, da confiança e da gratidão da coletividade nacional, de que são a garantia máxima da tranquilidade dos espíritos, da segurança e da ordem moral e material, sem as quais nenhum progresso será realizável.

São como um bloco monolítico inacessível e impermeável às lutas e paixões, às ambições e competições, à infiltração de idéias exóticas que tanto e tantas vezes desorientam e desunem a sociedade civil.

Dentre essas paixões, nenhuma é tão nociva e desintegradora das forças armadas como a paixão política; quando este termo genérico serve apenas de rótulo a interesses ilegítimos e às ambições e desvarios de homens ou de grupos irmanados pela mesma cupidez.

Isto não significa, entretanto, que, em boa doutrina, devam ser os militares obrigatoriamente indiferentes e ignorantes dos problemas da sua política. Ao contrário, todo o militar, notadamente à medida que se eleva na hierarquia militar deve seguir atentamente o espírito, as tendências e os rumos da política nacional, interna e externa, e ser capaz até de opinar, por meios hábeis e pelos canais adequados da hierarquia, notadamente quanto às questões que, direta ou indiretamente, envolvam problemas que interessem a economia e a segurança nacional.

O que lhes é defeso, porém, é externar-se de público sobre assuntos que escapam à sua alçada, por competirem privativamente aos poderes ou órgãos governamentais. Tais manifestações serão sempre impertinentes e nocivas, mesmo quando o militar se serve do argumento sofisticado, do subterfúgio, de falar como simples cidadão porque sua qualidade de militar está tão apegada à sua personalidade, como a pele ao corpo.

Esta
ao direito
opinões.

Em ri
coadunam
tido delas,
gação não

A prov
certas opin
classes arm
houvessem
quando um
lhe impõe,
ordens de
tiores única
madas que
os Ministros
classes, inibi
de opiniões p

Tais pro
pública, quan
agregiações
são essas soc
dades individ
razões, as res
forças armada

Por outro
dade para rep
ciados, prestan
comprometem
agregiação.

Em conclus
leje todos os po
a vigília cívica,

Esta é uma das restrições impostas à liberdade do militar, não ao direito de pensar, mais ao de externar publicamente suas opiniões.

Em rigor, nem mesmo as funções públicas, eletivas ou não, se coadunam com a qualidade de militar, a menos que, ao ser investido delas, abandonasse o serviço militar ativo. A simples agregação não basta para lhe dar prerrogativas civis.

A prova disso é que, quando um parlamentar militar expende certas opiniões, logo se alega que elas traduzem o pensamento das classes armadas, o que só seria verdade se tais pronunciamentos houvessem sido autorizados pelo chefe do governo. Pior ainda, quando um militar, esquecido daquelas restrições que a disciplina lhe impõe, manifesta-se pela imprensa. Tal atitude cria duas ordens de constrangimento: — uma, para as autoridades superiores únicas credenciadas para falarem em nome das classes armadas que são o Presidente da República ou, por sua delegação, os Ministros militares, — e outra, para os demais oficiais daquelas classes, inibidos que ficam de protestar contra essa generalização de opiniões pessoais.

Tais pronunciamentos chegam, por vezes, a alarmar a opinião pública, quando são dados a lume em publicações editadas por agremiações de militares, e tanto mais quanto mais representativas são essas sociedades. A liberdade de imprensa, como as liberdades individuais dos militares sofre igualmente, e pelas mesmas razões, as restrições impostas pela disciplina e pelo prestígio das forças armadas, que não podem, sequer, ser suspeladas.

Por outro lado, embora faltando a essas publicações autoridade para representarem o pensamento da totalidade dos associados, prestam-se a interpretações tendenciosas que violentam e comprometem os sentimentos dos demais membros da mesma agremiação.

Em conclusão: — nos dias sombrios e incertos que vivem hoje todos os povos, uma só atitude se impõe às forças armadas — a vigília cívica, — e uma só determinação: — SERVIR.

BANCO DO BRASIL S. A.

1808-1950

Sede — Rua Primeiro de Março, n. 66 — Rio de Janeiro (D.F.)

Taxas de depósitos

Depósitos sem limite.....	2 % a.a.
Depósitos populares :	
Limite de Cr\$ 10.000,00.....	4 1/2 % "
Depósitos limitados :	
Limite de Cr\$ 50.000,00.....	4 % "
Limite de Cr\$ 100.000,00.....	3 % "
Depósitos a prazo fixo :	
Por 6 meses.....	4 % "
Por 12 meses.....	5 % "
Com retirada mensal de juros :	
Por 6 meses.....	3 1/2 % "
Por 12 meses.....	4 1/2 % "
Depósitos de aviso prévio :	
30 dias.....	3 1/2 % "
60 dias.....	4 % "
90 dias.....	4 1/2 % "
Letras a prêmio (sêlo proporcional)	
Condições idênticas às de depósitos a prazo fixo.	

O Banco faz todas as operações do seu ramo — descontos, empréstimos em conta corrente, cobranças, transferências, etc., e mantém filiais ou correspondentes nas principais cidades do país ou do exterior, possuindo no Distrito Federal, além da Agência Central, na Rua Primeiro de Março, n. 66, mais as seguintes :

Bandeira, Rua Mariz e Barros n. 44 — Botafogo, Rua Voluntários da Pátria, n. 449 — Campo Grande, Rua Campo Grande, n. 100 — Copacabana, Avenida Nossa Senhora de Copacabana, n. 1292 — Glória, Rua do Catete, n. 238-A — Madureira, Rua Carvalho de Souza, n. 299 — Meier, Avenida Amaro Cavalcanti, n. 95 — Ramos, Rua Leopoldina Rêgo, n. 78 — São Cristóvão, Rua Figueira de Melo, n. 360 (esquina da Rua S. Cristóvão) — Saúde, Rua do Livramento, n. 63 — Tijuca, Rua General Roca, n. 661 — Tiradentes, Av. Gomes Freire 20-22.

Além das operações normais, a Agência Metropolitana da Glória está habilitada a receber depósitos fora das horas de expediente, quer durante o dia, quer à noite, utilizando-se do Receptor Automático instalado na referida Agência, e a Metropolitana de Copacabana oferece, mediante módico aluguel mensal, cofres de vários tipos para guarda de valores (títulos, jóias, etc.), em casa forte dotada de moderno equipamento.

Art.

"Pará
compreen
feridas r
ráter a
nar prev
Funcioná
competin
nas ao S
litar no
caso dos
aos seus
cos ou
correspon
competên
citado Est

Esse disposi
seguinte do C
litar em vigor

"Art. 68
nas estatut
68, além c
neste Códic
res e func
Militar, en
negligência
mento de
des de con
desatenção
superiores
cortezia no
panheiros
ressadas, r
função".

Por ocasião
entre um Exmo.
tário Geral e u
ditor, a que já r
deu-se que a p

N.B. — Contin

JUSTIÇA MILITAR

CEL. NISO MONTEZUMA
(Cmt. do Regimento Tiradentes)

XI

Art. 125.....

"Parágrafo único. Estão compreendidas nas faltas referidas neste artigo as de caráter administrativo-disciplinar previstas no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis, competindo a aplicação das penas ao Superior Tribunal Militar no caso dos Juizes e, no caso dos demais funcionários, aos seus superiores hierárquicos ou autoridades militares correspondentes às civis com competência mencionadas no citado Estatuto".

Esse dispositivo corresponde ao seguinte do Código da Justiça Militar em vigor:

"Art. 69. Incorrem nas penas estatuidas nos arts. 66 e 68, além da demissão prevista neste Código, os juizes inferiores e funcionários da Justiça Militar, em todos os casos de negligência, falta de cumprimento de dever, irregularidades de conduta, desrespeito ou desatenção às ordens de seus superiores hierárquicos, descortezia no trato de seus companheiros ou das partes interessadas, no desempenho da função".

Por ocasião da desinteligência entre um Exmo. Sr. General Secretário Geral e um suplente de auditor, a que já nos referimos, verificou-se que a preocupação de isen-

tar os elementos civis da Justiça Militar de qualquer disciplina tornara o Código da Justiça omissivo quanto à esfera de ação abrangida pelos motivos determinantes das penalidades que previu.

"Assim é que, na forma do seu art. 69, só são puníveis as faltas cometidas contra os superiores hierárquicos e os companheiros do funcionário, bem como contra as partes interessadas".

"Não há, portanto, dispositivo legal em que se fundamente a penalidade a ser aplicada em virtude de descortezia ou ofensa, em relação a autoridades civis ou militares".

Em consequência, o Decreto-lei n. 8.913, de 24 de janeiro de 1946 (D.O. de 30-I-46 e B.E. número 5, de 2-II-46) alterou o Código da Justiça, acrescentando ao art. 69 um parágrafo único com a seguinte redação:

"Estão compreendidas nas faltas referidas neste artigo todas as de caráter administrativo-disciplinar previstas no Decreto-lei número 1.713, de 28-X-39, competindo a aplicação das penas ao Supremo Tribunal Militar no caso dos juizes, e, no caso dos demais funcionários, aos seus superiores hierárquicos, ou autoridades militares correspondentes às civis com tal competência mencionadas no citado Decreto-lei".

Verifica-se, pois, que essa alteração resultou da necessidade comprovada de estabelecer normas de relações entre auditores (e não os juizes em geral) e as autoridades militares, assim como de definir a esfera de ação disciplinar dessas autoridades sobre os funcionários civis lotados no Ministério da Guerra.

Por conseguinte, as prerrogativas que aos auditores garantem a independência no exercício das funções judicantes não os deve isentar da obrigação de guardar as normas de cortesia entre pessoas educadas e de acatamento às autoridades militares, quando no trato de assuntos referentes à esfera administrativa, ou outros quaisquer.

Com essas normas são indispensáveis à necessária harmonia e (como prova aquele caso) podem ser infringidas com grave prejuízo para o nunca assaz exaltado princípio da autoridade, particularmente no meio militar, inadiável se torna estabelecer normas a observar e sanções para os infratores. É inadmissível que justamente no seio do órgão erigido, subsidiariamente, para preservar a disciplina das violações mais complexas, das ofensas ao dever militar que constituem crime, possa medrar o vírus do desrespeito e ser alentado, com a impunidade, para comprometer os princípios basilares da instituição principal.

No entanto a alteração havida ainda está omissa, porque não esclarece que a aplicação das penas pelo Superior Tribunal Militar aos auditores também terá cabimento mediante representação dos Ministros de Estado e dos altos Comandantes, até Divisões, Distritos Navais e Zonas Aéreas.

Mas a apressada revisão feita no famigerado anteprojeto recusado em 1945 não permitiu examinar esses aspectos de acordo com as exigências da prática nem à luz das lições da experiência. E o anteprojeto atual (Livro I, Parte II, Título V — arts. 112 a 125) não con-

seguir desenredar-se da confusão lançada por aquele:

a) invadindo — indevidamente — a esfera de ação disciplinar das autoridades militares;

b) desprezando o art. 69 do Código da Justiça Militar, quase acertado com a alteração não introduzida pelas necessidades decorrentes de sua execução;

c) fazendo desaparecer, com o art. 69, aquela eloquente expressão "além da demissão prevista neste Código" que prova:

1º) que a expressão *juizes* ali empregada não pode abranger os militares;

2º) a necessidade de se restaurar o termo *auditor* para designar o juiz togado em confundi-lo no termo *juiz*, que deverá servir apenas para designar os militares em funções judicantes.

Eis porque convém consignar, de maneira insofismável, que a alteração introduzida no art. 69 do Código da Justiça atualizou os auditores e não os juizes, em geral.

Nestas condições, para evitar dúvidas futuras, a redação do supracitado parágrafo único do art. 125 impõe certos esclarecimentos, que dão cabimento às seguintes perguntas:

1º) a que *juizes* se refere?

2º) pretende o anteprojeto submeter, também, os *juizes militares* às faltas referidas neste artigo de caráter administrativo-disciplinar previstas no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis?

3º) pretende o anteprojeto atribuir ao S.T.M. a faculdade de punir — de acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis ou não — as faltas de cortesia ou outras que os Oficiais das Forças Armadas, em funções judicantes, vierem a cometer contra:

— as autoridades militares, seus superiores hierárquicos?

— as autoridades civis?

Parece, pois, conveniente estabelecer — como regra — que as faltas cometidas por militares em funções judicantes devam ser submetidas pelo S.T.M. à autoridade militar competente.

9. Em mente, do rões para p ras de c (transitoria) ções judicai têm traçad petente, n projeto pro mas para re vidade dos da Justiça,

Assim é

1º) Não nenhum dis do Decreto 1 zembro de de 1-1-931) digo da Justi vereiro de 11

"Art. 3. motores. comparec de suas manecer ou mais rio ao s quando cias judi

2º) O ante a lacuna — sentir como li referido inc olentíssimo Sário Geral e tabelecimento observadas pel lica nas relaç Comandantes território func lidades, e s para os infrato

Esta medida poderá estend Comandantes o zer reais bene rista da cooper da que a harm suse, como esta dência da educ da ou da habi outros.

3º) Este ass brar um auditor se que tais rel existir para os e nro 784, de 23-

9. Em vez de sair, indevidamente, do âmbito de suas atribuições para pretender estabelecer regras de conduta para militares transitariamente investidos de funções judiciárias, quando eles já as têm traçadas na legislação competente, melhor seria que o anteprojeto procurasse estabelecer normas para regular a conduta e a atividade dos elementos permanentes da Justiça, isto é, os civis.

Assim é que:

1º) Não consta do anteprojeto nenhum dispositivo semelhante ao do Decreto n. 19.532, de 27 de dezembro de 1930 ("Diário Oficial" de 1-1-1931) que alterando o Código da Justiça Militar de 26 de fevereiro de 1926 estabeleceu:

"Art. 3º. Os auditores, promotores e advogados devem comparecer diariamente à sede de suas auditorias e aí permanecer das 12 às 17 horas, ou mais quando fôr necessário ao serviço público, salvo quando ocupados em diligências judiciais".

2º) O anteprojeto continua com a lacuna — que há muito se faz sentir como foi comprovado pelo já referido incidente entre um Excelentíssimo Senhor General Secretário Geral e um auditor — do estabelecimento de normas a serem observadas pelos elementos da justiça nas relações a manter com os Comandantes de Região em cujo território funcionarem e outras autoridades, e sanções, decorrentes, para os infratores.

Esta medida, a bem do serviço, poderá estender-se, também, aos Comandantes de Guarnições e trazer reais benefícios do ponto de vista da cooperação, porque evitaria que a harmonia entre eles ficasse, como está, apenas na dependência da educação, da transigência ou da habilidade de uns e de outros.

3º) Este assunto faz-nos lembrar um auditor que parecia entender que tais relações só deveriam existir para os efeitos do Aviso número 784, de 23-IX-922 (B.E. nú-

mero 47, de 30-IX-922), isto é, para que se escalasse uma praça para o serviço diário de expediente e limpeza das auditorias...

No entanto, quando, nas funções de Chefe de um Estado-Maior Regional, no início da 2ª Grande Guerra, o fomos convidar, em nome do Comandante da Região, para tomar parte numa série de Conferências programadas, ele pareceu sentir no convite "um atentado à independência da justiça" e, como se tivesse recebido um choque elétrico, indicou-nos o nome de um professor de direito da Faculdade local!...

Com este procedimento obrigou-nos a insistir esclarecendo que o nosso elevado respeito pela Justiça Militar tornava difícil a aceitação do alvitre porque poderia dar a impressão falsa de desaprêço à nossa justiça, tanto mais quanto era nosso desejo que fossem abordados palpitantes assuntos da atualidade tais como traição, espionagem, quinta-colunismo, sabotagem e outros de interesse militar. Só assim conseguimos convencê-lo de que sua independência permaneceria intacta. Por certo, a estas horas, incorporado ao Poder Judiciário, ele tenha mais um argumento de recusa em tais ocasiões mas... também com a redução de efetivos, com a nova organização do Exército e com outro R.I.S.G. talvez sua retórica não consiga arrancar o praça de que tanto fazia questão...

A leitura da parte "Justiça" do "Boletim do Exército" mostra-nos, com frequência, erros cometidos neste assunto pelos militares. Nos relatórios da Corregedoria, em que pese a inequívoca distinção do Doutor Corregedor, salientam-se as irregularidades verificadas nos processos de insubmissão, destacando-se entre elas o fato de inúmeras sentenças absolutórias se fundarem, juridicamente, na invocação de circunstâncias atenuantes, não raro combinadas com agravantes, ou, ainda, na alegação de falta de dolo na prática do crime.

Ora, se o Código, no estabelecimento de normas de relações dos elementos da Justiça com as au-

10. No Livro IV, Título II, Capítulo VII, ao tratar de *Habeas corpus*, parece conveniente reconhecer ao acusado o direito de impetrá-lo quando não for julgado dentro de um prazo razoável a ser estabelecido. Realmente não se pode compreender que um Código de Justiça que estabelece uma porção de prazos, tenha, apenas para os Conselhos das Unidades, os rigores constantes dos arts. 407 e 408 do anteprojeto e deixe na mais completa irresponsabilidade os que correm no âmbito propriamente da Justiça. Como base mínima dê-se cálculo poderá ser tomado o tempo máximo admitido no processo, pelo próprio anteprojeto: inquérito, 90 dias; denúncia, 20 dias; formação de culpa (art. 354) 30 a 60 dias ou, sejam 140 dias para o acusado preso e 170 dias para o acusado solto. É preciso combater a notável morosidade com que se arrastam os processos, principalmente no meio militar em que a Lei de Promoções (Decreto-lei n. 5.625, de 28 de junho de 1943) estabelece:

Art. 14. O oficial sujeito a processo no foro civil ou militar, ou submetido a Conselho de Justificação, não poderá ser promovido até a decisão final. Absolvido, em última instância, ou declarado, pelo Conselho, sem culpabilidade, será promovido em ressarcimento de preterição, independentemente de vaga e data".

VII — Honras e Montepio Militares, para os civis.

Atentemos bem para como — ao conceder vantagens aos civis — toda a turbulência e confusão anteriores — contra os militares — se transformavam em doçura, complacência e "doce enlêvo..."

Art. 105. O Ministro do Superior Tribunal Militar aposentado conservará o título e as honras inerentes ao cargo.

Art. 111. Os ministros civis, o procurador geral, o subprocurador, os juizes auditores, promotores, advogados e escri-

vães contribuirão para o Montepio Militar de acordo com os postos anteriormente atribuídos aos respectivos cargos e em situação de igualdade com os oficiais da ativa.

Parágrafo único. Para efeitos deste artigo o subprocurador é equiparado ao auditor de segunda entrância.

Para bem se poder apreciar este assunto, indispensável se torna um retrospecto ao nosso artigo 11 no qual comentamos os arts. 39, I; 110, 111 e 583 do tão inepto quão famigerado anteprojeto recusado em 1945, apesar de clandestino...

Vale comparar os textos dos atuais arts. 105 e 111 e § com os arts. 110 e 111 daquele anteprojeto.

A comparação do art. 111 do anteprojeto de 1945 com o do atual revela que foi reconhecido o equívoco daquele. Tanto assim é que o atual se refere a postos anteriormente atribuídos aos respectivos cargos. Aliás ainda não é bem isso. Eram postos pretendidos no anteprojeto não aprovado em 1945 e não atribuídos.

Mas apesar dêsse reconhecimento da procedência dos argumentos que impugnaram a absurda pretensão, argumentos que se referiam a todos os que constavam do frustrado art. 110 (cento e dez) do anteprojeto de 1945, a redação do art. 105 do atual, sem ter a clareza cristalina do atual art. 111, presta-se a confusões que em face da discussão anterior não devem subsistir.

Torna-se necessário distinguir os Ministros civis nomeados antes da vigência da Constituição de 1934 dos que o foram ou vierem a ser nomeados depois dela. É o que se depreende:

a) da Constituição de 1934, artigo 165:

§ 3º. Os títulos, postos e uniformes militares são privativos do militar em atividade, da reserva ou reformado. Reservadas as concessões honoríficas efetuadas em ato anterior a esta Constituição.

b) da Constituição de 1937 :

Art. 160. A lei organizará o estatuto dos militares de terra e mar obedecendo, entre outros, aos seguintes preceitos, desde já em vigor...

c) os títulos, postos e uniformes das Forças Armadas são privativos dos militares de carreira, em atividade, da reserva ou reformados;

c) do Parecer do Consultor da República (anteriormente citado, quando tratamos do anteprojeto de 1945) ;

d) da Constituição atual, de 1946, art. 182 ;

§ 1º. Os títulos, postos e uniformes militares são privativos do militar da ativa ou da reserva e do reformado ;

e) do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias :

"Art. 22. O disposto no artigo 182, § 1º, da Constituição não prejudica as concessões honoríficas anteriores a este Ato e que ficam mantidas ou restabelecidas".

Nestas condições, a redação da-quele dispositivo poderá ser a seguinte :

Art. 105. O Ministro do Supremo Tribunal Militar aposentado conservará o título inerente ao cargo e as concessões honoríficas que tiver, na forma do art. 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Parece ser desnecessário o seguinte dispositivo :

Art. 578. Os Ministros do Supremo Tribunal Militar, os Auditores, os Promotores e mais funcionários da Justiça Militar terão assegurados todos os direitos, vantagens e regalias concedidas pelas leis anteriores em cujo gozo se achavam.

No entanto, se for julgado que "é reprodução necessária do arti-

go 401 do atual Código", a seguinte redação será menos vaga :

Art. 578. Os Ministros do Supremo Tribunal Militar, os Auditores, os Promotores e mais serventuários da Justiça Militar terão assegurados todos os direitos, vantagens e regalias concedidos pelas leis anteriores e em cujo gozo já se achavam em 2 de dezembro de 1938 (data do atual Código da Justiça Militar).

Quanto ao Montepio Militar, como disse o Exmo. Sr. Ministro da Guerra em 1945 parece ser uma consequência da qualidade militar. E, como tal, a militarização da Justiça Militar (como em outros países entre os quais os Estados Unidos e a Argentina) seria o caminho indicado para harmonizar o preceito constitucional com os desejos de vantagens, honras e prerrogativas e com a conveniência do serviço das Forças Armadas.

Mas, em regra os elementos civis da Justiça Militar jamais quiseram aceitar os ônus de sua militarização, das quais decorrem as vantagens, honras e prerrogativas por eles aspiradas.

Ainda em 1933, quando o representante do Ministério da Guerra na Comissão revisora do Código da Justiça Militar bateu-se pela militarização, encontrou tenaz oposição.

No entanto, forçoso é convir que a concessão de vantagens também decorre do equilíbrio desejável ao ambiente comum e das condições de trabalho. É uma espécie de compensação.

As companhias de seguros, por exemplo, recusam-se a segurar a vida dos aviadores. A própria Caixa de Construção de Casas da Marinha (Lei n. 188, de 15 de janeiro de 1938), criada antes de o ser o Ministério da Aeronáutica, estabelece (art. 9º parágrafo único) :

"Pagarão o dobro das contribuições da mesma tabela, os contribuintes da Carteira ao Serviço da Aviação e submarinos e os especializados nessas

arma
defin
vão e

É sabi
Aviador
mais do
patente
Mas aind
pretendes
as de risc
a voar, n
estar suje
dentes...

Antes d
60 a mili
consequê
obrigações
siderar qu
reira não
cos. Sem
âmbito so
especial d
a classe d

"A car
quentemer
profissão t
altruismo"

"A qual
noite, na
onde o ser

Acha-
2º andar,
e Imobiliár

É um
Carteira, c
viduais e
situação de

O Alm

Líquidos e

NILOPOLIS

armas, enquanto não isentos definitivamente, dos riscos de voo e de imersão".

É sabido que um 2º Tenente Aviador percebe, mensalmente, mais do que um oficial de igual patente do Exército ou da Marinha. Mas ainda não houve militar que pretendesse ter vantagens iguais às de risco de voo sem ser obrigado a voar, nem de submarinista sem estar sujeito aos riscos correspondentes...

Antes de pleitear vantagens que só a militares são concedidas em consequência da natureza de suas obrigações seria interessante considerar que "os militares de carreira não são funcionários públicos. Sem constituírem casta no âmbito social, formam uma classe especial de servidores da Pátria — a classe dos militares".

"A carreira das armas, conseqüentemente, não é emprego, mas profissão toda feita de abnegação e altruísmo".

"A qualquer hora do dia ou da noite, na sede da corporação ou onde o serviço das armas o exigir,

o militar deve estar pronto para cumprir a missão que lhe fôr confiada por seus superiores..." E da qual nem sempre regressam...

E como a sociedade se funda — ou se deve fundar — na reciprocidade de obrigações, para idêntico trabalho se estabelece idêntica remuneração assim como a assistência do Estado deve ser proporcional aos riscos dos encargos. Quem, como eles, estiver sujeito a diários riscos de vida, a madrugadas diárias, a serviços de campo ao sol e à chuva, a noites em claro, a ilimitado número de horas de trabalho, a instabilidade, etc. naturalmente poderá ter tudo "em situação de igualdade com os militares da ativa". Quem não estiver sujeito a tudo isso deve impor moderação à afeição de vantagens para não ficar em situação de confusão idêntica àquela de fôro especial e fôro privilegiado, até nos crimes comuns...

Mesmo porque a voracidade não deve ir a ponto de impedir que sejam guardadas, pelo menos, as aparências...

(Continua)

ALMANAQUE DA C.H.I.

Acha-se à venda na sede da Carteira, na Av. Graça Aranha, 81, 2º andar, o Almanaque dos associados inscritos na Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Militar.

É um livro indispensável na biblioteca de todos os associados da Carteira, que nêle encontrarão todos os elementos das inscrições individuais e demais dados necessários a uma consulta rápida e clara da situação de cada um no conjunto do quadro social.

O Almanaque está à venda pelo preço de:

	Cr\$
— em balcão.....	10,00
— pelo reembolso postal.....	12,00

ARMAZEM VENCEDOR

Líquidos e comestíveis finos, Bebidas Nacionais e Estrangeiras — Entregas a Domicílio

Antonio Maia

RUA BATISTA DAS NEVES, 919

NILÓPOLIS

ESTADO DO RIO

O RECRUTAMENTO DOS OFICIAIS DE ESTADO-MAIOR

Ten.-Cel. AROLD RAMOS DE CASTRO,
Ex-Instr. Chefe da Cav. da E.E.M. — Cmt.
do 17º R.C.

(Terceiro, de uma série de seis artigos)

Retornamos, hoje, ao assunto atinentemente ao recrutamento dos Oficiais de Estado-Maior e desejamos focalizar mais uma vez, os aspectos particulares do citado recrutamento e que vimos examinando, através uma série de artigos, cujos dois primeiros, já mereceram a generosa acolhida da "A DEFESA NACIONAL" e o último, a honrosa transcrição na REVISTA DO CLUBE MILITAR.

No presente artigo queremos insistir na imperiosa necessidade de formarmos oficiais de estado-maior eminentemente práticos e profundos conhecedores das peculiaridades próprias de cada Arma e Serviços, pois, se assim não procedermos, teremos concorrido para a criação de um Quadro de Estado-Maior, constituído por Oficiais indiscutivelmente, de uma cultura profissional teórica.

Para evitar-se tal deficiência é mister que, os futuros Oficiais de Estado-Maior, convivam intimamente nas Unidades das diversas Armas e Serviços, exclusão lógica da que pertencem, a fim de que possam assenhorar-se das suas características próprias, tanto no domínio da tática, como da técnica.

A melhor forma, indiscutivelmente, de atingir-se tal objetivo é, sem dúvida, a do Estágio Prévio, a que devem ser submetidos os futuros Oficiais de Estado-Maior. Cumprindo a nossa promessa feita no último artigo da série, apresentaremos em continuação, a título de colaboração, um esboço de programa para o mencionado estágio.

Preliminarmente porém, salientamos que nos inspiramos para organização do mencionado programa, nas "Instruções para Execução

do Ano de Preparação dos Candidatos à Matrícula na Escola de Estado-Maior", publicadas no "Boletim do Exército" n. 22, de 20 de abril de 1938; se assim o fizemos, foi com conhecimento de causa, pois, integramos a turma de Oficiais que ingressou na E.E.M. de conformidade com as mencionadas instruções e, sentimos a sua objetividade e os bons resultados que apresentou.

ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO

I — Finalidade do estágio:

1. O estágio tem por finalidade preparar os futuros Oficiais da E.E.M. para a execução das provas orais e escritas, relativas ao trabalho a que serão submetidos no decorrer do curso, dando-lhes os conhecimentos técnicos e táticos necessários sobre as Armas e Serviços.

2. Durante o estágio, os Oficiais não poderão ser distraídos em misteres alheios à sua preparação.

II — Condições Gerais do Estágio:

1. No estágio em cada Arma ou órgãos de Serviço, os Oficiais devem adquirir ou desenvolver os conhecimentos sobre:

A — Das Armas:

a) os seus meios de emprego ou de combate, suas características técnicas e condições normais de emprego;

b) a organização de suas Unidades e Sub-unidades, particularmente, no que concerne aos efetivos e meios de vida e de combate;

c) o emprego tático da Unidade e Sub-unidade, no curso de todas as suas operações normais.

B — Dos Serviços:

a) a organização e funcionamento dos diferentes órgãos de Serviços Regimentais, no âmbito das diversas Armas;

b) a organização e funcionamento dos diferentes órgãos de Serviço no escalão divisionário.

2. Os estágios serão realizados nas condições seguintes:

A — nas diferentes Unidades-Escolas;

B — nos órgãos de Serviço da 1ª D.I.;

C — na Escola de Transmissões;

D — no C.A.E.R.;

E — na Escola de Motomecanização.

3. O tempo de duração do estágio compreenderá 36 semanas, assim divididas:

A — Infantaria.....	6 semanas
B — Cavalaria.....	6 semanas
C — Artilharia.....	6 semanas
D — Engenharia.....	6 semanas
E — Escola de Transmissões.....	2 semanas
F — C.A.E.R.....	3 semanas
G — Escola de Motomecanização....	3 semanas
H — Serviços.....	4 semanas

Para cada período de estágio, serão estabelecidos pela Escola de Estado-Maior e submetidos a aprovação do E.M.E. programas pormenorizados.

BASES DA INSTRUÇÃO

1. A finalidade essencial do estágio, nas diferentes Armas, Centros de Instrução especializada e Serviços, deve ter um cunho eminentemente prático, visando dar aos Oficiais um perfeito conhecimento das realidades operacionais e técnicas.

2. As noções sobre Unidades ou materiais que não existam nos Corpos de tropa ou órgãos de Serviços, devem ser dadas através um estudo comparativo com os materiais ou Unidades de organização ideal.

3. Paralelamente às observações de carácter tático, nas diferentes Armas ou centros de instrução especializada, devem os Oficiais estagiários receber ensinamento acerca dos métodos e processos de ins-

trução dos quadros e da tropa, da Unidade e das Subunidades. Tais ensinamentos deverão ser ministrados através rápidas palestras e, tanto quanto possível, por demonstrações práticas.

4. É importante considerar que, o estágio, não visa, em absoluto, a formação de técnicos ou executantes e sim, ministrar aos Oficiais os conhecimentos que lhes permitam acionar com segurança, em qualquer situação tática, as diferentes unidades das Armas ou Serviços.

—O—

Focalizamos assim, em linhas muito gerais, o problema do estágio prévio a que, ao nosso ver, devem ser submetidos os Oficiais que se candidatam ao Curso de Estado-Maior. Pensamos que, o mencionado estágio, cujos resultados já foram certa vez praticamente provados, deverá ser novamente adoptado.

Ao contrário porém, do que foi feito na minha turma de E.M., julgo mais aconselhável que o estágio se realize após o concurso de admissão; isto é, precedendo o ingresso do Oficial na E.E.M.

A nossa prática de quatro anos ininterruptos de Instrutor na Escola de Estado-Maior, nos permite asseverar a necessidade de, antes do Oficial encerrar os múltiplos assuntos táticos ministrados naquele estabelecimento, possuir um conhecimento prático das características e peculiaridades de emprego das diferentes Armas e Serviços.

Um estágio bem orientado facilitará, não só o trabalho dos Oficiais alunos como, principalmente, redundará em apreciável economia de tempo aos instrutores que não terão necessidades de se deterem seguidamente, para explicações sobre assuntos técnicos ou táticos referentes até mesmo, às Sub-unidades das diferentes Armas.

Lanço assim, o meu apelo, no sentido de que seja novamente estabelecido o estágio prévio para os candidatos à E.E.M., pela convicção que almento das vantagens que trará para a formação do Quadro de Oficiais de Estado-Maior.

A final
e não apen
e psicológic
que se deve

Com a
timento dos
simplificado
tados os esc
prito criado

O apare
idade de n
que em par
nulado mai

A instr
que nas dem
rente, pela r

De acóro

— perío

— perío

— perío

Os objet
estão nitidam
aerem a consa
ramas. En
o combatente

Seria o i
dade, porque
que não pod
cerados:

1 — o v

2 — o m

3 — os m

4 — o te

O fator 1
tema da inst

Vamos co

— Aquêl
mos necessá
O último, rec
aras de instr

Em comp
menor na Cap
agem. Logo,

A INSTRUÇÃO NA CAVALARIA

Ten.-Cel. ENIO DA CUNHA GARCIA,
da E.I.E.

A finalidade da instrução é preparar o homem para vencer a guerra e não apenas para fazê-la. Portanto, o soldado deve ser técnica, tática e psicologicamente preparado para a sua função de vencer a guerra, o que se deve procurar fazer o mais rapidamente possível.

Com a modernização dos métodos e processos de instrução e o aparecimento dos programas-padrões, o "metier" do instrutor ficou bem mais simplificado, de vez que já está mais sistematizado, em que pese que em todos os escalões houve um cerceamento de iniciativa, um freio ao espírito criador.

O aparecimento de novos materiais de guerra e a conseqüente necessidade de novos combatentes, impuseram a especialização de funções, o que em parte acabou com o combatente enciclopédico, dando como resultado maior perfeição na execução do "metier" de cada combatente.

A instrução na Cavalaria, por sua natureza, é mais complexa do que nas demais armas, talvez pelo simples motivo de ser uma arma diferente, pela própria natureza de suas missões e características.

De acôrdo com o PP-21-1, o ano de instrução está dividido em :

- período de adaptação ;
- período de formação ;
- período de aplicação.

Os objetivos que devem ser alcançados em cada um desses períodos estão nitidamente definidos nos mesmos PP. A lista dos assuntos e as horas a consagrar a cada um, também estão determinados nos citados programas. Então, nada mais há que fazer, senão aplicá-los e está pronto o combatente.

Seria o ideal ; porém as coisas não se passam assim com tanta facilidade, porque há, na instrução, um certo número de fatores perturbadores que não podem ser excluídos. Entre esses fatores, devem ser considerados :

- 1 — o valor físico, intelectual e moral dos instruendos ;
- 2 — o número e valor do quadro de instrutores ;
- 3 — os meios à disposição para a instrução ;
- 4 — o tempo.

O fator 1 é de todos o que talvez mais irá influir na solução do problema da instrução.

Vamos considerar 2 R.C. : um do Rio Grandê e outro do Rio.

— Aquêlê recebe homens afeitos às lides do cavalo, montando bem, sendo necessário apenas corrigi-los para serem soldados de cavalaria. O último, recebe homens que nunca tocaram num cavalo ; o número de horas de instrução equestre não poderá ser o mesmo.

Em compensação, na parte intelectual, o recruta do Rio, por ser menor na Capital o índice de analfabetos, é bem possível que leve vantagem. Logo, a mesma conclusão.

O fator 2 também influi poderosamente, pois não há dúvida que quanto menor o número de instruendos por turma, melhor.

Sabemos que os R.C. do Rio estão com excedentes em Tenentes e que alguns R.C. do Rio Grande têm, às vezes, poucos oficiais. A consequência é que as turmas serão maiores; maiores, pois, as deficiências da instrução.

Da mesma forma, examinaríamos os demais fatores e concluiríamos poder afirmar que devemos ter um programa-padrão para cada região ou grupo de regiões do Brasil, onde os gêneros de vida se assemelhem.

a) Período de adaptação:

Objetivo:

Adaptar o homem à vida militar.

Duração:

128 horas de instrução (um mês).

O PP-21-1 — 2ª Parte, discrimina os assuntos a serem ministrados neste período:

1) Noções sobre o modo de proceder na vida militar e sua finalidade.....	12 horas
2) N.G.A. da unidade.....	3 1/2 horas
3) Continência e sinais de respeito.....	13 1/2 horas
4) Ordem unida.....	10 horas
5) Educação física.....	25 horas
6) Higiene individual.....	4 horas
7) Conhecimento e uso do fardamento e equipamento.....	3 horas
8) Conhecimento da hierarquia militar.....	6 horas
9) Armamento individual.....	8 horas
10) Início da instrução de tiro das armas portáteis....	8 horas
11) Sigilo das informações militares.....	1 hora
12) Instrução equestre.....	10 horas
13) Hipologia.....	2 horas
14) Condutor de boleia.....	96 horas

No fim do período, o soldado será submetido a testes de qualificação, o que permitirá uma lógica e adequada divisão dos soldados.

O americano adota a seguinte classificação dos assuntos:

- assunto que o homem tem que saber;
- assunto que o homem deve saber;
- assunto que é bom o homem saber.

Isso, traduzido em linguagem vulgar, quer dizer: ensinar primeiro aquilo sem o que o homem não poderá ir à guerra.

O Comandante COLIN, mestre francês a quem a nossa cavalaria muito deve, dizia que o homem devia, o mais rapidamente possível, ser pôsto em condições de fazer campanha... É claro que ele não esquecia que há assuntos que devem obedecer uma sequência obrigatória, seja física ou intelectual.

Por isso, causa-nos surpresa que, na lista dos assuntos a serem ministrados no período de adaptação, não sejam incluídas certas partes por nós julgadas indispensáveis para que o recruta possa apressar o seu preparo, como sejam: combate e serviço em campanha.

Da mesma forma, a inclusão de outros que não interessam à formação do combatente, com a urgência que se lhe dá.

Causa-nos, também, surpresa que se perca tempo com certos assuntos que são dados, ou melhor, podem ser dados, em horas fora do tempo consagrado à instrução.

Concretizemos nosso ponto de vista.

Para is
seguinte:

1º temp
Almôço
Limpeza
2º temp
Leitura
Jantar
Revista

Há assun
delegar a ni
quem os min

Uma sub

1º, no f
2º, par
3º, par
4º, par
5º, par
6º, par

Dessas fo
presente — n
duas oportun
soldados.

A 1ª for
portanto, não

Que assun

— A inst

De que v

Missão do sold
História e trac
Transgressões

(Ele se aprove
mentá-las

Canções milita
unidade...

Assim, vin
que poderão se

Um outro
para ele é o 1

horas fora da
ado: 5 + 3 1/2

O n. 27b
ado, de vez que

durante o temp
Assim, ecor

+ 30 minutos, o
total de 16 hor

Para a orde

Ora, a não
unida. Isso po

e terminar sem
uma turma de
N minutos de c

Para isso, vamos considerar um R.C., onde o horário diário é o seguinte:

1º tempo de instrução.....	0600 — 1000
Almôço.....	1100
Limpeza da cavalaria.....	1200 — 1300
2º tempo de instrução.....	1300 — 1600
Leitura do Boletim.....	1645
Jantar.....	1700
Revista.....	2100

Há assuntos programados no PP-21-1 n. 16 que o Capitão não deve delegar a ninguém, tal a sua importância, tal a autoridade que adquire quem os ministrará.

Uma sub-unidade, durante o dia, forma em conjunto:

- 1º, no início do 1º tempo da instrução;
- 2º, para o almôço;
- 3º, para o 2º tempo de instrução;
- 4º, para a leitura do Boletim;
- 5º, para o jantar;
- 6º, para a revista.

Dessas formaturas, em duas, obrigatoriamente, o Capitão deve estar presente — na do 1º tempo de instrução e na de leitura do Boletim. Logo, duas oportunidades que o Capitão não deve perder para falar aos seus soldados.

A 1ª formatura, geralmente, não concede mais que uns 5 minutos, portanto, não convém utilizá-la. Logo, resta a leitura do Boletim.

Que assuntos poderá o Capitão tratar nesse momento?

— A instrução moral, que a ninguém deve delegar.

De que vai tratar nessas palestras, chamadas por alguns "arengue"?

Missão do soldado (deveres morais, cívicos e seus direitos).....	1/2 hora
História e tradição da unidade.....	1/2 hora
Transgressões disciplinares.....	2 horas

(Ele se aproveitará das punições dadas em boletim para comentá-las.)

Canções militares e hinos. Hino Nacional — Canção da unidade.....	2 horas
---	---------

Assim, vimos que, somando o tempo desses assuntos, temos 5 horas, que poderão ser aproveitadas para outros assuntos.

Um outro assunto que não merece horas consagradas especialmente para ele é o 17, do PP-21-1, de vez que também poderá ser dado em horas fora da instrução propriamente dita. Assim, já temos economizado: $5 + 3 \frac{1}{2} = 8,30$ horas.

O n. 27b — Hipologia — com 2 horas, também pode ser economizado, de vez que esse assunto pode e deve ser dado das 1200 às 1300 horas, durante o tempo consagrado à limpeza da cavalaria.

Assim, economizaremos somente nesse período de adaptação 10 horas e 30 minutos, os quais somados às 6 à disposição da sub-unidade dão um total de 16 horas e 30 minutos.

Para a ordem unida, assunto 19, reservam-se 10 horas.

Ora, a não ser na 1ª semana, não se deve perder tempo com ordem unida. Isso porque sabemos que toda sessão de instrução deve começar e terminar sempre por uns minutos de ordem unida. Durante o dia, uma turma de instrução tem no mínimo 6 sessões de instrução; logo, 60 minutos de ordem unida. Além disso, todas as formaturas e deslo-

camentos devem ser aproveitados para essa instrução. Por isso, quer nos parecer que podemos reduzir seu tempo especial para 5 horas.

Assim, já temos uma economia de 21 horas e 30 minutos.

Então, já que apontamos os "senões" da repartição do tempo no PP-21-1, indiquemos como nos parece melhor:

Assunto 16.....	7 horas
Assunto 17.....	—
Assunto 18.....	2 horas
Assunto 19.....	5 horas
Assunto 20.....	24 horas
Assunto 21.....	4 horas
Assunto 22.....	2 horas
Assunto 23.....	3 horas
Assuntos 24 e 25...	12 horas
Assunto 26.....	incluir durante a leitura do Boletim
Assunto 27 a.....	48 horas
Assunto 27 b.....	durante a limpeza da cavahada
S.C.....	as saídas a cavalo para o exterior devem ser aproveitadas
Combate.....	5 horas
Seleção.....	4 horas
Total.....	128 horas

O que dariam de S.C. e combate?

— Algum conhecimento preparatório, como sejam:

Combate:

- Conhecimento do terreno;
- Designação de objetivos;
- Avaliação de distâncias;
- Orientação;
- Aproveitamento do terreno para observar, atirar e progredir.

S.C.:

- Conhecimento do terreno;
- Orientação;
- Disposição de objetivos;
- Avaliação de distâncias;
- Marchas;
- Interrogatório;
- Observação;
- Transmissão;
- Conhecimento do cavalo;
- Aplicação desses conhecimentos.

Esses assuntos, na quase totalidade, podem ser dados durante os descansos dos passeios a cavalo no exterior.

Cumprimos, assim, as 128 horas de instrução, com o esforço sobre a instrução equestre e iniciamos os conhecimentos preparatórios para o combate e serviço em campanha.

É durante as saídas para o exterior, na instrução equestre, que vamos iniciar a ordem unida a cavalo, não havendo pois tempo especial para isso.

Por absurdo que pareça, já talvez nesse período, pela primeira vez irá o Capitão reunir o seu esquadrão para, sob seu comando, regressar ao Quartel.

Assim deve proceder porque ele é o comandante. A ninguém deve delegar esse direito.

Na próxima oportunidade, vamos tratar do período de formação.

FAC

Compreen
uma tradu
Campanha
de 1949 e
rior de 19
elaborado

Em vista
introduzida
conceitos a
outros, hou
ganhar dita
ações que
cessárias, e
novos treco
passam os
do valor do

OPERAÇÃO

781. Em
que impõem
nabras, os r
reis exercen
vel nas ope
quem eles o
bem como, l
ência para
(eliminou-se
"ou retardac
ção contri
terrestres in
segurança co
(e não "me
através de r
quer medida
ção, tanto t
proporciona
to e ao val
ponentes.

782. O re
curso água
para atacá-l

OPERAÇÕES EM CURSO D'ÁGUA

FACE AO NOVO FM 100-5 NORTE-AMERICANO

Major W.F. BOUÇAS

Compreende o presente trabalho, uma tradução do novo Manual de Campanha 100-5, saído em outubro de 1949 e em substituição ao anterior de 1944, baseado no qual, foi elaborado o nosso de 1948.

Em vista das muitas alterações introduzidas, no que concerne a conceitos a par da eliminação de outros, houve por bem acompanhar dita tradução com as explicações que se foram tornando necessárias, grifando, em itálico, os novos trechos, para que, assim, possam os leitores bem aquilatar do valor do novo manual.

OPERAÇÕES EM CURSO D'ÁGUA

Generalidades

781. Em razão das restrições que impõem aos movimentos e manobras, os rios largos e não vadeáveis exercem influência considerável nas operações militares. Constituem eles obstáculos a um ataque, bem como, linhas naturais de resistência para uma ação defensiva (eliminou-se, aqui, o complemento "ou retardadora"); oferecem proteção contra os reconhecimentos terrestres inimigos e proporcionam segurança contra ataques blindados (e não "mecanizados"); O ataque através de rios não vadeáveis requer medidas especiais de preparação, tanto técnicas como táticas, proporcionais às características do rio e ao valor relativo das forças oponentes.

782. O reconhecimento de um curso d'água é indispensável, tanto para atacá-lo, como para defen-

dê-lo. O valor militar do curso d'água aumenta com a largura, profundidade e velocidade da corrente. Outros aspectos do valor técnico e tático são: natureza das margens, configuração do terreno adjacente, ilhas e tributários, inclusive abrigos, cobertas e vias de comunicação em ambas as margens. O fundo do rio, os acessos à margem, a praticabilidade dos vau, o perigo de possíveis blocos de gelo, de minas flutuantes e inundações (naturais ou artificialmente causadas), devem, também, ser consideradas.

783. A coordenação com a aviação de combate é essencial em todas as operações ofensivas de envergadura em cursos d'água. A superioridade aérea local deve ser obtida e mantida durante a operação. A transposição de cursos d'água pode ser, às vezes, grandemente facilitada, pelo emprego de tropas aeroterrestres.

Transposição

784. a) A defesa de um curso d'água pode ser algumas vezes, desbordada. Por meio de demonstrações, fortes em artilharia e atividade aérea, levadas a efeito em vários pontos, ao longo do curso d'água, procura-se iludir o inimigo sobre o ponto escolhido para a transposição, enquanto que, um elemento forte e móvel, realiza a operação em outro local que não ofereça oposição, desfechando, em seguida, um ataque visando o flanco inimigo, antes que possa ele reajustar seu dispositivo.

b) Quando o inimigo não está ainda de posse de um curso d'água, esforços são feitos para se lhe antecipar na ocupação dos necessários pontos de passagem. Tropas de grande mobilidade são rapidamente lançadas, em uma frente extensa, para se apossar das passagens desejadas, bem como, ocupar o terreno dominante, na margem oposta (e não, "de ambos os lados" — impropriedade de tradução), a fim de proteger a travessia pelo grosso. Onde o curso do rio seja normal a direção do avanço, ordens devem ser dadas salientando a necessidade de velocidade e ação agressiva para se assegurar a travessia.

c) Divisões blindadas (eliminou-se "Divisões de cavalaria") e outras unidades móveis efetuam a travessia do rio, avançando, rápida e arrojadamente, para ocupar os pontos de passagem necessários e estabelecer cabeças de ponte na margem inimiga. Se tal for impossível, efetuam amplos movimentos contornantes para alcançar pontos fracamente defendidos, ou sem defesa, sobre o rio, e, então realizam a travessia. Se todos os pontos de travessia estiverem destruídos (eliminou-se "as unidades de cavalaria a cavalo podem passar a nado"), as unidades blindadas (eliminou-se "ou mecanizadas") podem utilizar balsas ou portadas, até que sejam as pontes construídas.

Este subparágrafo constava como sendo o nosso 814 — pg. 250).

785. Tropas transportadas pelo ar e unidades blindadas (e não, "mecanizadas") e motorizadas podem ser, também, empregadas para se apossar e manter pontos de travessia importantes, até a chegada dos primeiros elementos do grosso.

786. a) Quando o inimigo já está de posse da linha de curso d'água, que não pode ser contornada, sua passagem deve ser forçada. Sob condições favoráveis, tal operação pode ser levada a efeito por processos rápidos e audaciosos, direta e simultaneamente, dirigidos sobre os possíveis pontos de transposição. Isso pode ser levado adiante por meio de um ataque arrojado desfechado por uma "força-tarefa" (destacamento misto) (e não, "tro-

pas transportadas pelo ar, ou por por forças móveis"), incluindo tropas transportadas pelo ar e forças terrestres móveis forte em blindados, veículos anfíbios e outros equipamentos de travessia.

b) Na ausência de tais condições favoráveis, torna-se necessária uma operação melhor preparada. As tropas inimigas são prontamente repelidas para a outra margem do rio, enquanto são iniciados preparativos sistemáticos para forçar a travessia.

787. Em uma operação relacionada com o ultrapassamento de um rio, sua transposição é um meio e não o fim procurado. O objetivo imediato é atravessar o rio, rápida e economicamente, estabelecendo uma cabeça de ponte que protegerá a passagem do restante da tropa.

787-A. a) No estabelecimento de uma cabeça de ponte, para a travessia (e não, "para uma força importante") de uma força de vulto, existem, geralmente, três fases (e não, "objetivos") sucessivas (eliminou-se, "que devem ser conquistados na margem inimiga"):

— primeira, eliminação da possibilidade de o inimigo colocar fogo direto e eficaz (eliminou-se, "das armas portáteis") sobre a frente de transposição;

— segunda, eliminação da possibilidade de o inimigo colocar (ainda aqui, nova maneira de dizer) tiros observados (eliminou-se, "da artilharia" e "observados de terra") sobre os pontos de transposição escolhidos (e não, "local ou locais escolhidos para as pontes de equipamento", bem como, eliminou-se o complemento "e que possa ser apoiada pela artilharia leve da margem amiga");

— terceira, eliminação da possibilidade de o inimigo colocar qualquer fogo eficaz e contínuo, de armas terrestres (e não, "da artilharia"), sobre os pontos de transposição escolhidos (e não, "contra os locais das pontes") e sobre o espaço necessário (e não, "proporção o espaço de manobra necessário"), na margem oposta, para a manobra do comando.

787-A.

meio objetivo por as sucessivas", fim, passou-se, "p". A conquista requerida, jogado com local (não possível a não, "ponte", a passagem não, "do g", do terceiro a superior, utilização, passagem, coberto da das ultimas, ciliar a acua na margem, objetivos de as missões, mitir sufici, aos coman, que os exito (eliminou-se).

(NOTA

rágrafo con, do 787.)

788. a)

curios d'água, rários de p, pelos oficial, engenharia, operação. F, ladoras da, destruições, tenha efetu, mando faze, mativa das, meios neces, posição. Seu, restre só po, ralmente, de, cobertura d, repelidas pa,

b) O re, informes po, para a escol, tas de trans, para a execu, ratorias nece, resultados d, situação tatic, qual a frente, passagem ser,

789. Em a, operar em lar,

787-A. b) A conquista do primeiro objetivo facilita a transposição por assalto (e não, "a passagem sucessiva"), em botes para esse fim, passarelas e balsas (eliminou-se, "para tropas e veículos"). A conquista do segundo objetivo, requerido para a segunda fase, conjugado com a superioridade aérea local (não "supremacia"), torna possível a construção de pontes (e não, "pontes de equipagem"), para a passagem de cargas pesadas (e não, "do grosso de"). A conquista do terceiro, ainda conjugado com a superioridade aérea, possibilita a utilização ininterrupta de meios de passagem, permite a manobra, a cobertura da tropa, para cumprimento das ulteriores missões, além de facilitar a acumulação de suprimentos na margem inimiga. A fixação dos objetivos de transposição do rio ou as missões das unidades devem permitir suficiente liberdade de ação aos comandos subordinados, para que os êxitos possam ser explorados (eliminou-se, "plenamente").

(NOTA — Foi aberto novo parágrafo com as partes (A) acima do 787.)

788. a) Os reconhecimentos dos cursos d'água, transversais aos itinerários de progressão, são iniciados pelos oficiais de Estado-Maior e de engenharia, na fase primeira da operação. Fotografias aéreas reveladoras da natureza do rio e das destruições de pontes que o inimigo tenha efetuado, permite ao comando fazer uma primeira estimativa das possibilidades e dos meios necessários para a transposição. Seu reconhecimento terrestre só pode ser executado, geralmente, depois que as forças de cobertura do inimigo hajam sido repelidas para a margem oposta.

b) O reconhecimento fornece informes pormenorizados e base para a escolha definitiva dos pontos de transposição, assim como, para a execução de medidas preparatórias necessárias. Baseado nos resultados do reconhecimento e na situação tática, o comando decide qual a frente ou frentes em que a passagem será forçada.

789. Em geral, o atacante deve operar em larga frente, executando

vários ataques contra diferentes lugares. O esforço principal incluirá um ou mais desses ataques. O defensor fica, então, privado da possibilidade de poder trazer o grosso de sua artilharia, ou seu contra-ataque principal, sobre mais de um dos pontos de transposição. É essencial, o sigilo nos preparativos, bem como enganar o inimigo (e não, "a ignorância do") quanto à hora e o lugar da transposição principal. Em consequência, finitas, falso uso de fumaça ou demonstrações, servem para ludibriar o inimigo a tal respeito. (Eliminou-se a nota "ver parágrafo 792").

790. a) Na escolha das frentes e pontos de transposição deve-se levar em consideração, tanto as necessidades táticas como técnicas. Os pontos, em consequência, escolhidos, serão, normalmente, os que satisfaçam ao conjunto de exigências que melhor atenda essa determinada situação. Entretanto, deve-se, nessa ocasião, verificar da possibilidade de uma ação de surpresa, a ser conseguida, através da escolha de um ponto de transposição desfavorável.

b) Taticamente, o atacante procura obter: cobertas para seu movimento até ao rio; zonas de reunião final dissimuladas; um longo trecho de rio marginado por árvores ou pequenas elevações; pontos de passagem não defendidos e bons caminhos para o movimento, especialmente, estradas do lado inimigo. Terreno dominante, na margem amiga, favorece a observação da artilharia e o apoio do ataque por meio de fogo por cima da tropa. Um saliente na margem inimiga favorece a concentração de meios de combate e o fogo de flanco contra as tropas que o defendem. Embora o atacante possa, em vista do saliente, apoiar seus flancos no rio, pode-se ver, após a transposição, obrigado a atacar em uma frente estreita, para romper uma forte defesa em sua base.

c) Tecnicamente, o atacante procura uma correnteza moderada; parte do rio não obstruída por ilhas, bancos de areia e pedras; margens favoráveis; boas vias de acesso,

em ambas as margens; e fácil conexão com a rede de estradas existentes. Os locais de antigas pontes são geralmente vantajosos (eliminou-se o complemento "para tal operação" e acrescentou-se o que se segue), pois, normalmente, proporcionam uma boa rede de estradas, bons acessos e, algumas vezes, fundamentos para construção de uma ponte provisória.

791. Tendo escolhido as frentes (eliminou-se a forma singular) em que será feita a transposição, o comandante responsável formula seu plano de ação para tal fim.

792. Para cada frente de transposição são designados grupamentos táticos (e não, "de forças — impropriedade de tradução), que recebem instruções relativas à hora do início da operação, aos objetivos, às zonas de ação, ao apoio às unidades vizinhas e ao tipo e à localização de pontes a serem construídas. Tropas (eliminou-se, "Outras") podem ser, também, designadas para realizar fintas ou demonstrações, em pontos outros que não os das frentes principais de transposição, objetivando ludibriar os defensores e, assim, desviá-lo desses lugares. Parte da tropa é mantida em reserva, a fim de explorar o êxito na parte que tiver maior sucesso.

793. Tropa de engenharia e meios de transposição devem estar disponíveis, desde logo, na fase dos preparativos da operação, de modo a que, instrução combinada possa ser levada a efeito, reconhecimentos possam ser executados e, o equipamento, preparado e disposto convenientemente. Tropas de engenharia, não divisionárias, com os necessários meios descontínuos de transposição, são normalmente, postas a disposição, ou em apoio das unidades de assalto de primeiro escalão (e não, "grupamentos táticos"), que realizam a transposição em cada uma das frentes. Além disso, uma reserva de tropas de engenharia e meios de transposição deve, também, ser prevista para estabelecer pontes ou balsas, reforçar os meios materiais nos pontos decisivos, substituir perdas e exe-

cutar outros trabalhos, tais como, conservação e prolongamento da rede de estradas.

794. a) A unidade de engenharia do comando responsável (e não, "escalão superior") é encarregada de todas as medidas técnicas preparatórias para a transposição, distribuição de tropas e material de engenharia, construção e guarda das pontes, bem como, regulação do tráfego sobre ela (omitida na tradução).

b) A localização do material de engenharia, antes da transposição, particularmente as equipagens de ponte, deve ser cuidadosamente dissimulada. A revelação de sua presença, pode corresponder a dos planos do comando. Além disso, constitui um alvo compensador para os aviões de combate e artilharia do inimigo, e, pois, deve-se-lhe dar proteção, inclusive, de defesa antiaérea (e não, "ser protegida pela").

c) O posto de comando da unidade de engenharia e ligado pelas transmissões (e não "tropas de"), com os respectivos postos do comando responsável (e não, "superior") e os de cada uma das frentes de transposição.

795. a) Assim que um grupamento tático é designado para uma frente de transposição, seu comandante e os das tropas que o devem apoiar na operação, encarregam seus oficiais de estado-maior e unidades subordinadas de reconhecer o terreno em que irão operar. (E não vírgula como constava). Vias de acesso (e não, "itinerários de aproximação" — questão de tradução, apenas), áreas de reunião (eliminou-se o termo "final"), pontos de transposição reais (havia sido omitida) e itinerários que a eles vão ter, devem ser localizados. Planos devem ser organizados para tiros preparados e outros permenores da operação. O volume de reconhecimentos que se torna necessário, exige preparação de planos coordenados para tal fim, inclusive, medidas de sigilo, através de restrições impostas no interesse do segredo (e não, "Na execução do reconhecimento, as restrições estabele-

lecidas para ser obser-

b) Oficiais conhecem no tocante a margem da — incorre — consequentemente, reforços na possibilidade de, pr — Antes da t — gular de — somente m — sar o segre — das relacio — rádio pode — nos de sig — mente: " — transmissõe — bidas ou r — fim de ass — ciada a op — mente, emp — sões com as — gem até qu — iam estabel

796. (F — rado e que — os preparat — perior expe — ção da tr — 5).

797. A l — determinada — rior. É mai — e fazê-los c — que durante — é amplamen — gurança, se — porcionados — posições re — noite são ge — forma a pro — reorganizaçã — antes do cla — levar em co — idade do us — cial.

798. Pouc — ção, o grosso — efetuar, é c — em bivaques — nou-se o com — cando da ar — uma distânc — transposição, — de marcha — mínimo de a

lecionadas para manter o sigilo devem ser observadas").

b) Oficiais de transmissão reconhecem a frente de transposição no tocante à existência de linhas na margem amiga (e não, "inimiga" — incorreção de tradução) e, em consequência, determinam quais os reforços necessários e, também, as possibilidades de seu prolongamento, para a margem oposta. *Antes da transposição, o tráfego regular de rádio deve ser cuidadosamente mantido, a fim de preservar o segredo da operação. Medidas relacionadas com o tráfego de rádio podem ser incluídas nos planos de sigilo* (Constava anteriormente: "Antes da travessia, as transmissões pelo rádio são proibidas ou reduzidas ao mínimo, a fim de assegurar o sigilo"). Iniciada a operação o rádio é, geralmente, empregado para transmissões com as unidades da outra margem até que linhas telefônicas sejam estabelecidas.

796. (Foi este parágrafo retirado e que rezava: "Terminados os preparativos, o comandante superior expede a ordem para execução da travessia"). (Ver C-100-5).

797. A hora da transposição é determinada pelo comando superior. É mais difícil lotar os barcos e fazê-los cruzar o rio à noite do que durante o dia. Tal dificuldade é amplamente compensada pela segurança, segredo e surpresa proporcionados pela escuridão. *Transposições realizadas a coberto da noite são geralmente reguladas de forma a proporcionar tempo para reorganização, na margem oposta, antes do clarear do dia. Deve-se levar em consideração a possibilidade do uso de iluminação artificial.*

798. Pouco antes da transposição, o grosso das tropas, que a vão efetuar, é colocado, secretamente, em bivaches dissimulados (eliminou-se o complemento, "fora do alcance da artilharia inimiga") e, a uma distância da sua frente de transposição, inferior a uma etapa de marcha noturna normal. Um mínimo de artilharia pode ocupar

posições dissimuladas e regular seus tiros. *Razões de segredo podem determinar a suspensão de todo o fogo de artilharia que não o normal* (e, não mais, como constava, "podem levar toda a artilharia a se manter silenciosa"). Somente forças de cobertura e os elementos de reconhecimento que forem necessários podem aproximar-se do rio. Os elementos de cobertura ao longo do rio são destacados de outras tropas que não as que vão fazer a transposição inicial.

799. a) Geralmente, todas as tropas de apoio tomam posição, sob a proteção da escuridão, na noite da travessia. As unidades de assalto de primeiro escalão deslocam-se para as posições de ataque (e não, "zonas de reunião final"), onde encontram as tropas de engenharia, com botes de assalto, passadeiras ou outros meios de transposição.

b) Tais posições de ataque (e não, "zonas de reunião final") devem ter as seguintes características: acessíveis aos caminhos que trazem o material de engenharia; desenhadas e de fácil identificação; ocultas à observação aérea e terrestre; e, finalmente, estarem ligadas por vários itinerários, diretos e dissimulados, aos pontos de transposição.

800. a) As primeiras vagas de assalto, em cada frente (eliminou-se o complemento, "conduzidas por guias de engenharia"), transportam seus botes das posições de ataque (idem, idem) para a margem do rio e os lançam nágua, em uma larga frente. Os movimentos laterais e o emassamento de tropas na margem devem ser evitados. Medidas são tomadas para regular o tráfego e suprimir ruídos durante o movimento para o rio. Cabos-guias, lançados sobre o rio, facilitarão a transposição e proporcionarão maior segurança ao pessoal. *Patrulhas especialmente treinadas e equipadas, podem preceder as primeiras vagas de assalto, a fim de eliminar postos de escuta inimigos e apossar-se de seus meios de transmissão.* O movimento, desde as áreas de reunião até a margem oposta, é efetuado, em geral, sob

o contrôlo das tropas de engenharia. (Nota: Este período foi antecipado ao que se lhe segue).

b) As partidas das posições de ataque são reguladas no tempo, de modo que permitam, às unidades de primeiro escalão, executarem a transposição, simultaneamente, em uma larga frente; desde o momento, porém, que essas unidades deixam as posições de ataque, não mais se detêm e nenhuma tentativa é feita para manter o alinhamento entre os botes. Normalmente, não se abre fogo dos botes, particularmente quando a transposição é feita com auxílio da escuridão. Carros de combate anfíbios e outros veículos dessa natureza, ou lanchas de desembarque, podem ser incluídas nas forças de assalto. O ruído do movimento pode ser encoberto por um ataque aéreo ou pelo fogo de artilharia. Objetivando a preservação do segredo, precauções devem ser tomadas, na preparação, quanto ao movimento de veículos pesados, nas proximidades da margem do rio, antes da transposição.

801. As tripulações de engenharia trazem de volta os botes de assalto para a segunda vaga, que já se deve ter movimentado para os pontos de transposição. Se a corrente é forte, deve-se ter em conta a deriva, ao se fixar a hora ou o local de reunião dos botes. Se os botes devem ser novamente empregados, deve-se considerar, também, as perdas prováveis durante a travessia da primeira vaga. Pode ser necessário que haja botes de reforço para as vagas sucessivas ou, então, que a engenharia lhes forneça pontões ou portadas.

802. As passarelas podem ser usadas pelas primeiras vagas para a transposição de cursos d'água estreitos. Sua construção é difícil, se não impossível, sobre a ação do fogo de armas portáteis e metralhadoras. Ordinariamente, são empregadas para a transposição das sucessivas vagas de tropa a pé, em particular, depois que o primeiro objetivo foi conquistado. Onde, a largura do curso d'água e outros fatores, o permitam, passarelas podem ser previamente lançadas, para

permitir sua transposição, sem se tornarem necessário ulteriores lançamentos.

803. As portadas são empregadas para a travessia dos veículos necessários, antes que seja possível construir a ponte de equipagem, o que, geralmente, só é possível, depois da conquista do primeiro objetivo. Quando o suprimento de pontões o permita, as portadas, muitas vezes, continuam em uso, depois da ponte construída, a fim de servir como meio suplementar de travessia e para o tráfego de volta.

804. Os planos devem encarar a eventualidade do aproveitamento do êxito, em qualquer frente onde a transposição tenha obtido mais sucesso, seja pelo emprego de tropas de outras frentes, seja da reserva.

805. Além do apóio de fogo de armas orgânicas, a transposição dos grupamentos táticos (e não, "de força") é apoiada pela artilharia de campanha e pelo fogo das armas de apóio da reserva (retirou-se daqui "avição de combate e fumaça", colocados sob outra forma mais adiante), além do fogo dos carros de combate e artilharia antiaérea, quando isso não interferir com a execução de suas missões principais. Durante o dia, podem ser fatores decisivos, o apóio da aviação de combate e o emprego de fumaça.

806. O fogo de apóio pode ser desencadeado, várias horas antes da transposição inicial, contra um inimigo preparado para resistir em posição bem organizada, ou pode, para obtenção da surpresa (e não, "segurança" — erro tipográfico), ser adiado até que a operação haja sido percebida.

806-A. a) Contra ataques, à base de blindados, representam uma séria ameaça à operação, particularmente, durante a fase inicial da transposição. Todos os esforços devem ser envidados no sentido de se proporcionar proteção contra tais ações.

b) Entre as medidas a serem tomadas, pode-se incluir, o transporte, por balsa, desde logo, de carros de combate orgânicos e em

apóio
ticar
prior
truçã
trave
prote
da
avia
assalt
arma
mento
come
(Ne
de un
espec
de qu
trata
807.
e con
que a
ultrap
a arti
locam
rio. M
lharia
mento
que g
apóio.
camen
sários
panha
rante
avanço
808.
zada
tres, e
trada e
posiçã
pontes
das an
antiaér
margem
balsas,
pontes
tinua p
enquan
809.
da par
primei
ser, na
O êxito
a const
tes de
sim, ac
de pont
necessi
pontes
pontes
conduze

apóio; preparação de apoio de anticarro, desde a margem amiga; prioridade especial para a construção da ponte que permitirá a travessia de blindados; e, também, proteção aérea, da transposição e da margem oposta, oferecida pela aviação de combate. Elementos de assalto podem ser equipados com armas individuais anticarro suplementares, caso isso se torne recomendável.

(Nota — Trata-se, como se vê, de um novo parágrafo, referente, especialmente, à defesa anticarro, de que o anterior Manual pouco tratava.)

807. A artilharia apoia imediata e continuamente o avanço. Assim que as vagas de assalto tiverem ultrapassado seu primeiro objetivo, a artilharia pode iniciar, seu deslocamento por bateria, através do rio. Mais tarde, o grosso da artilharia é deslocado, sendo o movimento conduzido de forma a que fique garantida a continuidade do apoio. Os observadores e os destacamentos de ligação, com os necessários meios de transmissão, acompanham as unidades de assalto durante a transposição, bem como, o avanço para objetivos sucessivos.

808. A defesa antiaérea, realizada tanto pela unidades terrestres, como pela aviação, e concentrada em torno das frentes de transposição e, das mais importantes pontes de equipagem. Uma parte das armas automáticas da defesa antiaérea deve ser levada, para a margem oposta, por meio de botes e balsas, antes que a construção das pontes tenha sido iniciada. A contínua proteção das pontes é mantida enquanto for necessário.

809. A fumaça, além de ser usada para ocultar a transposição das primeiras vagas, o pode, também, ser, nas fintas e demonstrações. O êxito do uso da fumaça facilita a construção, desde o início, de pontes de equipagem, permitindo, assim, acelerar a expansão da cabeça de ponte. Seu emprego aumenta a necessidade de balizamento dos pontos de embarque, dos locais das pontes e das estradas que a elas conduzem.

Nota — Eliminou-se o primeiro período, "a fumaça pode ocultar as operações de travessia contra a observação terrestre, mas geralmente, não evita a aérea".

Outrossim, ao segundo período, deu-se nova forma, pois, rezava: "Comumente é empregada durante o dia, em combinação com fintas e demonstrações, concorrendo para ocultar o verdadeiro ponto de travessia das primeiras vagas".

Os dois trechos acima assinalados, foram eliminados, como se vê.

810. Uma reorganização torna-se urgente, e por todos os meios disponíveis, inclusive, através do emprego de novas tropas, a fim de assegurar que, o ataque aos objetivos da segunda fase, possam ser levados avante sem demora, uma vez os objetivos iniciais tenham sido conquistados. (Substituiu o anterior que rezava: "Conquistado o primeiro objetivo e tendo a infantaria de segundo escalão já transposto o rio, o ataque continua, sem perda de tempo, sobre o segundo objetivo"). Desde que, a conquista desse segundo objetivo, privará o defensor da observação terrestre, sobre os pontos de transposição, é de se esperar, pois, aí, considerável resistência. (Foi dada nova forma, apenas). Todo o apoio possível, inclusive de unidades blindadas, deve-se tornar disponível para as forças atacantes, de modo a que, os objetivos da terceira fase, sejam conquistados, no menor tempo possível. (Eliminou-se o período final: "Nesse momento, as unidades mecanizadas, empregadas agressivamente, são de particular eficiência").

811. a) Tão logo os objetivos da segunda fase sejam conquistados (eliminou-se o complemento, "ou neutralizada a artilharia leve inimiga"), ou, mesmo, antes desse momento, se as condições o permitirem, o comando responsável (e não, "superior"), dá ordem para a construção das pontes (aboliu-se a forma singular também existente). Quanto maior o número de pontes construídas, mais rápida e segura será a transposição. As pontes de circunstância requerem muito tem-

po e trabalho para sua construção. Resultados mais rápidos podem ser obtidos com o emprêgo de pontes de equipagem, ou de outros equipamentos de engenharia da mesma natureza.

b) Locais suplementares, para a construção de pontes, são escolhidos de ante-mão. Depois de descarregada a equipagem em um local, transferir o lançamento, para outro suplementar, é operação difícil e demorada. A decisão nesse sentido compete ao comando responsável (e não, "superior").

c) Logo após a construção das pontes, dispositivos de proteção, tais como, rédes ou barragens, podem ser colocados sob o curso d'água, para protegê-las contra possíveis demolições daí oriundas. (Nota — Subparágrafo inteiramente novo).

812. (Totalmente eliminado, e que rezava: "Construída a ponte, o restante da artilharia e da tropa atravessam o rio, e um ataque coordenado, se necessário, é desfechado sobre o terceiro objetivo. Se a construção da ponte for impraticável, a passagem de toda a tropa e equipamento é feita por meios descontinuos. Após a conquista do terceiro objetivo, as operações poderão ser ofensivas ou defensivas, conforme a situação").

813. O controle local durante a transposição e o avanço para os primeiros objetivos cabem, principalmente, aos comandantes das pequenas unidades. A conquista desses primeiros objetivos dão oportunidade aos comandos imediatamente superiores, para reassumirem esse controle e de dirigirem o ataque aos segundos objetivos. (Foi eliminado o período seguinte e que rezava: "Visto como a conquista do segundo objetivo é seguida, como é comum, da construção de pontes de equipagem e da travessia da artilharia e do restante da tropa, o comandante superior tem possibilidade de montar um ataque coordenado ao terceiro objetivo"). Tão logo suficientes meios hajam transposto o rio, o comando pode determinar um ataque coordenado sobre os terceiros e últimos objetivos. A pa-

rada em cada objetivo é a mais curta possível. (Eliminou-se o período seguinte e que rezava: "Todos os esforços são feitos a fim de conduzir as operações de maneira tal que o terceiro objetivo seja tomado e ocupado no mais curto prazo"). (E o período final desse parágrafo também foi eliminado: "As transmissões são asseguradas inicialmente, entre as forças das duas margens do rio, pelo rádio; mais tarde podem ser estendidas linhas telefônicas através do rio e estabelecida ligação pelo fio entre os principais postos de comando").

814. (Como já vimos, passou a ser, com as modificações assinaladas, subparágrafo do 784).

814. A. a) Medidas de controle do tráfego, para uma transposição de rio, devem ser completas e flexíveis, o que é essencial para garantir uma ampla utilização dos pontos a transpor, na exploração do sucesso tático. Medidas flexíveis permitem rápidos ajustamentos, para atender a situações inesperadas que possam ocorrer. Pontes podem ser danificadas ou destruídas, ou, mesmo, alterações se podem tornar necessárias no tocante às prioridades de transposição das unidades.

b) Geralmente o controle do tráfego é centralizado. Postos de tráfego serão estabelecidos em todos os pontos onde sérios problemas dessa natureza possam ocorrer. É, comumente, conveniente, estabelecer áreas reguladoras do tráfego, tão próximo dos pontos de transposição quanto a segurança e a rede de estradas o permitam. Essas áreas são providas de adequados meios de transmissão para garantir, aos comandos, o controle das transposições, o que permite, uma máxima e regulada corrente de tráfego, sobre os respectivos pontos, a par de, ainda, facilitar prontos reajustamentos, para sua normalização, quando isso se torne necessário. Uma área reguladora do tráfego, estabelecida na margem oposta, representa idêntico papel funcional, prevenindo congestionamentos e regulando o tráfego de volta através da ponte ou por balsas e portadas.

814-
tenha
rada, p
uma re
tenha
tir que
pontos
para a
taguara
se opõe
posição
forte po
outras
do êxito
desde o
de forte
atua r
guardas

"Can
caminhos
por exér
território
os camin
que prete
Circu
outras di
certas ép
Nas l
elaborado
recido em
Maior do
Nesse
campanha
"o fatalis
Não f
de cultura
Maior, hi
afirmariam
laria para
Com o
que teve a

814-B. Uma transposição que tenha tido sucesso deve ser explorada, pronta e agressivamente. Em uma região, uma transposição que tenha sido efetivada, pode permitir que unidades vizinhas utilizem pontos de travessia já tomados para atuar sobre os flancos e retaguarda das forças inimigas e que se opõem às mesmas. Uma transposição de rio contra um ponto forte pode, assim, ser evitado. Em outras circunstâncias, a exploração do êxito de uma transposição pode, desde o início, permitir o emprego de fortes elementos blindados, para atuar profundamente nas retaguardas inimigas.

NOTA — Como se vê, mais dois parágrafos foram acrescentados, sendo que, o 814-A, tratando, exclusivamente, de questões de tráfego, essenciais em tais operações, e que, no Manual anterior, se ignorou completamente.

—O—

Chegamos, destarte, ao fim desta jornada, na esperança de haveremos contribuído, de alguma forma, para esclarecer os estudos de nossos problemas militares.

LIVROS NOVOS

"CAMINHOS HISTÓRICOS DE INVASÃO"

Ten.-Cel. ANTONIO DE SOUZA JUNIOR

"Caminhos históricos de invasão", o próprio nome está indicando, são caminhos balizados ou definidos pela História, como itinerários seguidos por exércitos em mais de uma campanha militar, para penetrarem em território ou país inimigo. Não quer isto dizer também que sejam esses os caminhos que, de futuro, terão de seguir obrigatoriamente os exércitos que pretendam invadir os mesmos territórios, os mesmos países.

Circunstâncias materiais, em particular, podem influir para que outras direções, outros caminhos sejam selecionados e aproveitados em certas épocas, diferentemente daqueles utilizados em eras anteriores."

Nas linhas acima tem-se claramente o "de que se trata" do trabalho elaborado pelo Ten.-Cel. Antonio de Souza Junior e recentemente aparecido em caprichosa edição da Biblioteca Militar, autorizada pelo Estado-Maior do Exército.

Nesse trabalho se encontra uma interessante síntese do estudo das campanhas militares do Sul do País, contendo ajuizadas conclusões sobre "o fatalismo histórico geográfico da defesa das nossas lides meridionais".

Não fora já o autor suficientemente conhecido nos meios militares de cultura — antigo professor de História Militar da Escola de Estado-Maior, historiógrafo laureado de "Do Recôncavo aos Guararapes" — afirmarmos aqui apenas que "Caminhos Históricos de Invasão" bastaria para consagrar o Ten.-Cel. Souza Junior como escritor militar.

Com os nossos parabéns enviamos-lhe agradecimentos pelo exemplar que teve a gentileza de oferecer-nos.

(A. R. Paz.)

ESCOLA DE INSTRUÇÃO ESPECIALIZADA

Capitão ACAIA

O curso de aperfeiçoamento a que todo capitão se deve submeter trouxe-nos, entre outras vantagens, um benefício bastante ponderável: conhecer de perto a Escola de Instrução Especializada.

Servindo no interior de S. Paulo ou na costa do Uruguai, ouviamos referências ao C.I.E. e posteriormente à E.I.E., e não fazíamos a menor idéia do que fôsse este tão proveitoso e complexo estabelecimento militar; cursando o C.E.Eq., portanto bem próximo da E.I.E., ainda não tínhamos o menor conhecimento do funcionamento e do significado desta útil e importante Escola.

Assim sendo, uma agradável surpresa e uma ótima impressão foi o que nos proporcionou um estágio, ali, para os alunos da E.A.O., impressão que é idêntica em todos os estagiários. Somos agora um fervoroso divulgador da eficiência da E.I.E., e jamais nos cansaremos de proclamar o progresso que esta Escola vem trazendo ao Exército Brasileiro.

HISTÓRICO

O Centro de Instrução Especializada (C.I.E.), produto de contingências da guerra moderna, foi criado pelo Decreto-lei n. 5.636, de 30-VI-943, com sede na Capital Federal. Em 23 de setembro do mesmo ano, instalou-se nas dependências da Escola das Armas.

A 2 de janeiro de 1944 teve início a instrução no C.I.E., tendo em vista a preparação dos especialistas para a Força Expedicionária Brasileira. Comandava o Centro o Exmo. Sr. Gen. Gustavo Cordeiro de Farias; este chefe tão eficiente,

estimado, e de tanto descortínio, havia sido previamente designado para um estágio no Exército Americano, onde bem observara a importância atribuída ao especialista. Foi, então, a instrução orientada pela documentação que regia as diferentes escolas de formação de especialistas naquêle modelar exército.

Reunindo uma esplêndida equipe de instrutores e outra de monitores, incessantemente trabalhou o C.I.E. para cumprir a sua missão fundamental, o que obteve de modo galhardo, fornecendo à Força Expedicionária Brasileira os especialistas de que esta carecia; e a necessidade era tão elevada que não bastava o primitivo aquartelamento, e foi então este ampliado organizando-se Departamentos também ocupando inteiramente o quartel da Cia.-Escola de Engenharia e o que fôra construído para o 1º R.A.A.Aé.

Em agosto do ano seguinte, foi o C.I.E. transferido para o quartel da Escola Militar do Realengo. Tendo sido criado, um mês depois, o Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo (C.A.E.R.), teve então o C.I.E. a sua denominação mudada para Escola de Instrução Especializada. Esta nova escola, muito nova mesmo, possuía já um curto porém glorioso passado; contava em seu acervo, aparentemente de modo indireto mas realmente de maneira bem positiva, uma campanha gloriosa nos campos de batalha. Na guerra, preparara especialistas para uma guerra. Cabia-lhe agora, na paz, continuar o seu nobre mister de fazer especialistas para a Guerra...

Hodiernamente a Escola de Instrução Especializada ocupa novo

local, um quartel moderno construído no antigo "Polígono de Tiro", do Realengo, e aí cresce dia a dia, seja na sua produção incessante de especialistas, seja no conceito dos que a visitam freqüentemente. No corrente ano recebeu visitas dos Exmos. Srs. Ministro da Guerra, Chefe do Estado-Maior do Exército, Chefe da Missão Militar Norte-Americana, Diretor do Ensino, Oficiais Generais, diversos oficiais superiores, nacionais e estrangeiros — todos, com muita justiça, manifestantes de ótimas impressões recebidas neste eficiente estabelecimento de ensino e de trabalho.

coadjuvado por um Major S-3, oficiais, praças e funcionários civis. E a Subdir. Ens. estão subordinadas a Secção de Notas, que tem como objetivo confeccionar os "polígrafos" oriundos das notas de aulas, e encarregada ainda da sua distribuição, venda externa, remessa para o interior do país; a Secção de Meios Auxiliares, que providencia os quadros murais e os elementos necessários a uma instrução moderna (filmes, modelos, cartazes, etc.); e os diferentes Departamentos de Instrução, atualmente em número de oito, todos regidos harmonicamente por um



Fig. 1 — Vista aérea do Quartel da E.I.E.

ORGANIZAÇÃO E ENSINO

(Acompanhar pelo organograma de fig. 2)

A E.I.E. é comandada por um Coronel, possuidor do Curso de Estado-Maior, o qual, além de Comandante, é o Diretor do Ensino. Dispõe dos órgãos de comando e de administração comuns às unidades e aos estabelecimentos, e dispõe de um importante ramo, designado "Subdireção do Ensino".

Este ramo tem como elemento principal um Tenente-Coronel, de curso de Estado-Maior, o qual é

mesmo preceito: a Instrução Militar Moderna. É uniforme o método de instrução adotado na E.I.E., apesar da variedade de assuntos abordados nos diversos Departamentos, que são, em ordem administrativa: n. 1, Intendência e Alimentação; n. 2, Dactilografia; n. 3, Guerra Química; n. 4, Material Bélico; n. 5, Motomecanização; n. 6, Saúde; n. 7, Engenharia; e n. 8, Foto-Informação e Desenho.

Antes da descrição minuciosa de cada um desses Departamentos, seja-nos permitido citar atributos

ORGANOGRAMA DA ESCOLA DE INSTRUÇÃO ESPECIALIZADA

COMANDANTE E DIRECTOR
DO
CURSO

inerentes a todos eles. Assim, ressalte-se em primeiro lugar a consciência profissional de que são dotados os instrutores e monitores da Escola, o que, aliado a um grande entusiasmo e comprovada competência, deixa transparecer imediatamente a existência da chamada "mentalidade do especialista". Ressalte-se a perfeita entrosagem dos Departamentos, cada qual mais sobrecarregado de tarefas e se esforçando para um melhor desempenho,

DEPARTAMENTO 1 — INTENDENCIA E ALIMENTAÇÃO

Sob a chefia de um capitão intendente, contando com instrutores deste Serviço e também com oficiais veterinários, e um número suficiente de sargentos monitores, destina-se este departamento à formação dos seguintes especialistas:

Cozinheiros — curso que tem a duração de seis semanas, e destinado a sargentos, cabos e soldados.

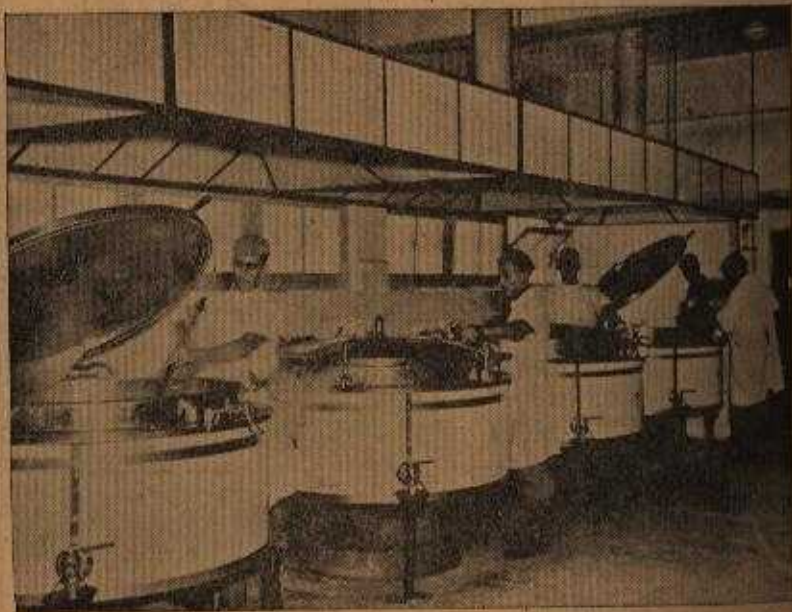


Fig. 3 — Instrução de cozinheiros

não visando salientar-se porque o objetivo de todos é o renome da E.I.E. Ressalte-se a dedicação ao trabalho e o espírito de cooperação dos instrutores e monitores da Escola, que apesar das servidões que lhes são impostas e programadas pelo Regulamento e pelo Escalão Superior, encontram sempre tempo para atender a pedidos de demonstrações e de aulas que lhes são feitos constantemente por outras escolas e unidades da 1ª R.M.

Praticando em fogões de campanha, fogões de quartel, ou nos de fortuna, tornam-se os alunos capazes de exercerem suas funções nas diferentes situações em que os cozinheiros militares terão de agir. É interessante mencionar o apreciável número de praças, em cada turma, que a este curso envia a Polícia Militar do Distrito Federal, corporação que, diga-se de passagem, bem compreendendo o valor da E.I.E., não perde as oportuni-

dades que
formar se
portante

Padeiro
soldados,
sete sema
trabalham
forno de

Para m
como prov
indústria,
uma firma
um "Forn
sentando
o idêntico
sive a de
sene e ev
capacidade
lhão.

Magarefe
antes citad
cializados
duração de

Ministra
os capitães
rantes da E
na E.I.E.,
mentação,
deixam in
espírito dos
meditações
tigos e nos
homens a
como deve
nosso solda
geral.

DEPARTAMENTO 2

Chefiado
qualquer A
tenentes e
de grande
seguintes cu

Dactilógrafo
modernos, in
utilizada co
decorrer de
bem montac
cializam-se
dados. Os q
segurada no
modalidade
transitórios
melhorar as
quando lizer

Contadore
grafos — u

dades que lhe são oferecidas para formar seus especialistas nesta importante escola do Exército.

Padeiros — destinado apenas a soldados, tem o curso a duração de sete semanas, nas quais os alunos trabalham em forno elétrico e em forno de campanha.

Para melhoria de instrução, e como prova da capacidade de nossa indústria, a E.I.E. conseguiu de uma firma nacional a fabricação de um "Forno de Campanha", apresentando algumas vantagens sobre o idêntico norte-americano, inclusive a de queimar gasolina, querosene e eventualmente a lenha, de capacidade para suprir um Batalhão.

Magarefes — idênticamente ao antes citado, são soldados os especializados neste curso, que tem a duração de sete semanas.

Ministra este Departamento, para os capitães da E.A.O. e os aspirantes da E.M.R., quando estagiam na E.I.E., conferências sobre Alimentação, as quais, podemos dizer, deixam indeléveis impressões no espírito dos assistentes, provocando meditações e comentários nos antigos e nos futuros condutores de homens a respeito de como é e de como deveria ser a alimentação do nosso soldado e do brasileiro em geral.

DEPARTAMENTO 2 — DACTILO- GRAFIA

Chefiado por um Capitão de qualquer Arma, é secundado por tenentes e auxiliado por monitores de grande perícia, e ministra os seguintes cursos

Dactilógrafos — por processos modernos, inclusive a música sendo utilizada como meio auxiliar, no decorrer de sete semanas, em muito bem montada e arejada sala, especializam-se sargentos, cabos e soldados. Os que têm permanência assegurada no Exército, ganham nova modalidade de serem úteis, e os transitórios alcançam um meio de melhorar as suas condições de vida quando licenciados.

Contadores - Arquivistas-Dactilógrafos — um curso que funciona

apenas para sargentos, durante doze semanas. Para deixar os especializados bem à altura das funções que passarão a exercer, faz parte do programa deste curso apreciável número de matérias, inclusive Português e Matemática.

Esteno-dactilógrafos — Naturalmente pelos conhecimentos que carece ministrar, pela prática que precisam adquirir os soldados, cabos e sargentos nêles matriculados, este curso tem a duração de dezoito semanas, e é o mais longo da Escola.

Tem ainda este Departamento a missão de receber, periodicamente, numerosas turmas de sargentos que apresentaram em suas unidades diplomas de dactilógrafos, passados por escolas civis a que frequentaram. Submetidos a rigoroso exame, se provada a sua suficiência, têm então válido no Exército o diploma civil.

DEPARTAMENTO 3 — GUERRA QUÍMICA

Destina-se este Departamento a formar especialistas em Guerra Química, e está sob a Chefia de um Major, especializado. Este curso é, alternadamente, para turmas de oficiais e sargentos, e tem a duração de dez semanas.

É o Departamento de Guerra Química de um valor inestimável, nos tempos modernos. Existe, e felizmente não nos meios militares, uma falsa idéia sobre a guerra química: ela não é somente aquilo que diz respeito ao emprego de gases de combate, gases letais, asfixiantes, vesicantes, lacrimogêneos, etc. Guerra Química é também o estudo dos fumígenos, da aplicação das cortinas de fumaça, dos incendiários, do emprego dos lança-chamas e morteiros químicos, é o conhecimento e o uso de todo o material correlativo, quer na agressão, quer na defesa passiva. Teve larga utilização a guerra química no último conflito mundial, consequentemente houve progresso extraordinário nos seus métodos, processos, na sua técnica — adiantamento de perto acompanhado pelo

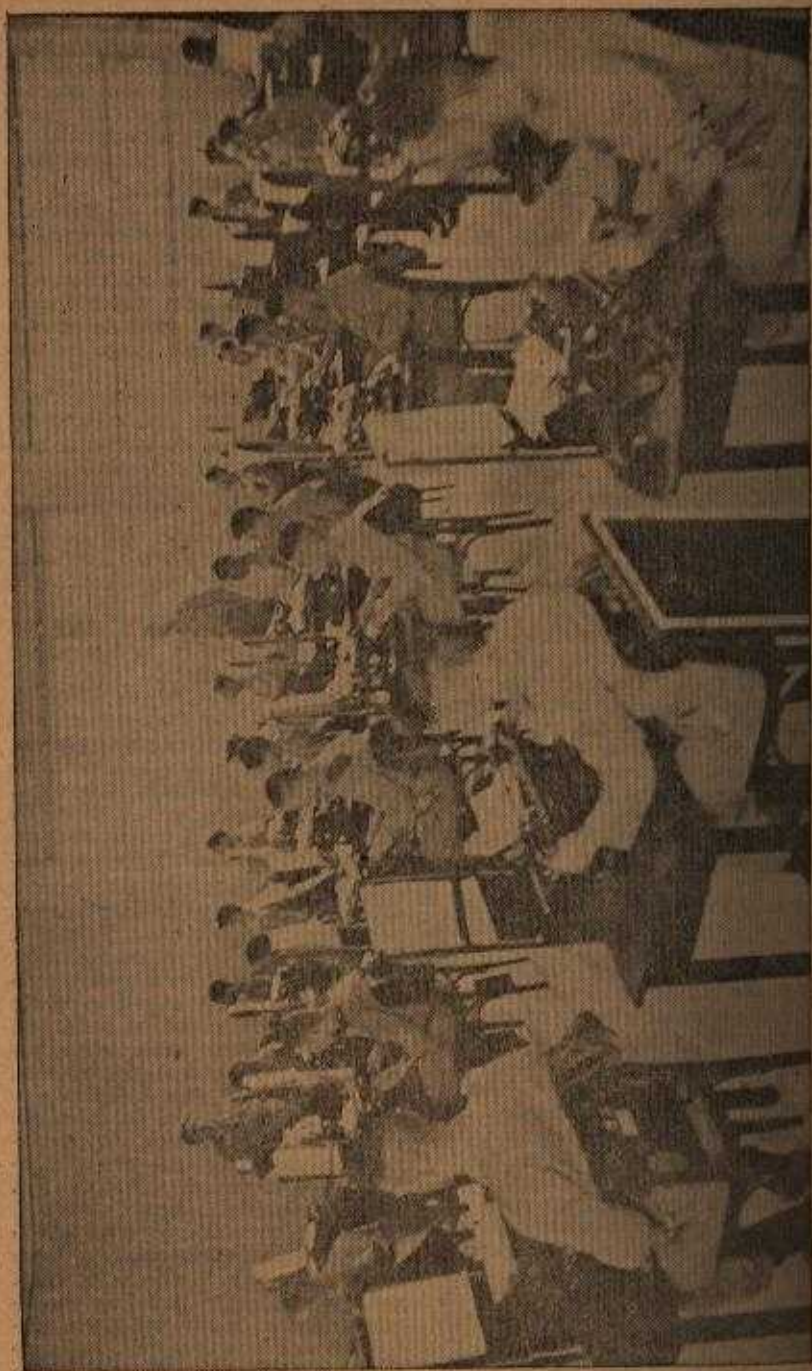


Fig. 4 — Instrução de dactilógrafos



Fig. 5 — Instrução de estenógrafos



Fig. 6 — Alunos acionando o gerador de fumaça

respectivo departamento da E.I.E., que se dedica, pelos seus competentes instrutores, a divulgar esse progresso no seio do nosso Exército.

Este Departamento, além dos seus cursos normais, tem como tarefas atender a um grande número de estágios; anualmente, passam,

novidade para nossos quadros e, portanto, suficiente para prender bastante a atenção e despertar o interesse geral.

Não podemos deixar de mencionar o exercício final que vem sendo realizado como coroamento de todos os cursos normais de Guerra Química para oficiais: o



Fig. 7 — Turma de descontaminação recebendo instrução

dêste modo, pelas suas salas de estudo e locais de trabalho, centenas de oficiais e sargentos de várias escolas, que, atualizando ou adquirindo conhecimentos, tomam contacto com o importante ramo de instrução que é a guerra química, na sua única fonte no Exército Brasileiro.

Atualmente, e como fruto da terceira turma de instrutores e alunos que foram estagiar no Centro de Guerra Química do Exército dos Estados Unidos, vem este Departamento difundindo noções de Defesa Radiológica, assunto de completa

"Ataque a uma Posição Fortificada", tão bem descrito pelos jornais, quando se verifica a sua realização. É qualquer coisa de inesquecível o espetáculo: duas esquadras de assalto (compostas de oficiais-alunos) avançando contra os baluartes e as casamatas; as cortinas de fumaça cegando os observatórios inimigos; a artilharia de apoio; as metralhadoras da base de fogos fazendo o tiro por sobre as tropas amigas; o avanço dos carros de combate; o surgir de uma esquadilha de aviões de caça metralhando em vôo rasante,

de outra
uma tercel
cendiárias
destruindo
nalmiente
com tôdas
chamas in
línguas de
perfeito si



Fig. 8 — Co

erro de trinta
nionar sério
com um cu
mente super
Bdade... re
coisa de ines

DEPARTAME

A par de
fics, tem es
atualizar os
plices que
I.A.O., mo
mento mode
das, sua uti

de outra em bombardeio picado, uma terceira lançando bombas incendiárias; os torpedos bangalore destruindo as redes de arame; finalmente as esquadras assaltando com tôdas as suas armas e os lança-chamas impressionando com suas línguas de fogo... tudo isto num perfeito sincronismo em que um

pregadas; e a de ministrar êsses mesmos conhecimentos aos Aspirantes recém-egressos da Escola Militar de Resende. Têm assim oportunidade, antigos e modernos oficiais, de lidar com os novos materiais, as "ponto 50", as "sub-metralhadoras", as "bazucas". É um estágio bastante proveitoso e

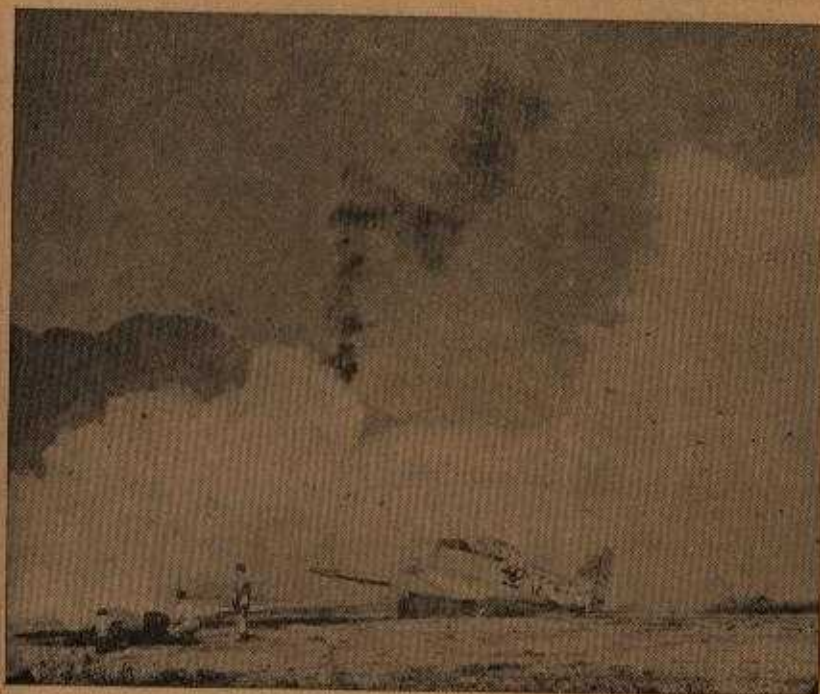


Fig. 8 — Cortina de fumaça estabelecida pelos especialistas em guerra química

erro de trinta segundos poderá ocasionar sério desastre... tudo isto com um cunho de realismo somente superado pela própria realidade... repetimos, é qualquer coisa de inesquecível o espetáculo!

DEPARTAMENTO 4 — MATERIAL BÉLICO

A par de suas missões específicas, tem este Departamento a de atualizar os conhecimentos dos capitães que se aperfeiçoam na E.A.O., mostrando-lhes o armamento moderno, suas características, sua utilização, munições em-

consequentemente muito apreciado.

O Departamento de Material Bélico é chefiado por um Major, dispõe de capitães e tenentes instrutores, e de sargentos monitores. São os seguintes os cursos que aí existem:

Básico de Material Bélico — vem funcionando regularmente, já tendo especializado várias turmas de oficiais. É freqüentado por Tenentes-Coronéis, Majores, Capitães e Tenentes, que se habilitam após o decorrer de dezesseis semanas. É este um curso de muita significação para o Exército, pois está

formando gradativamente os oficiais que lotarão os quadros de efetivos da Diretoria de Material Bélico, e os dos S.M.B. regionais e divisionários; acreditamos que, num futuro não muito demorado, seja esta especialização uma condição essencial para um oficial ser classificado nesses órgãos. Isto porque o mencionado curso é essencialmente objetivo; proporciona conhecimento completo do armamento usado atualmente no Exército, sua munição, cuidados de que carece; ensina a confecção e a ve-

Curso de Munições — cuja duração é de oito semanas, especializa sargentos, cabos e soldados no conhecimento e manuseio de munições.

Além desses cursos em funcionamento e de produção elevada, está em cogitações e já em adiantada fase de estudos, a criação de um Curso de Reparadores de Instrumentos Óticos, o que contribuirá sensivelmente para a conservação dessa delicada espécie de material nos corpos de tropa e estabelecimentos, e também para desafogo

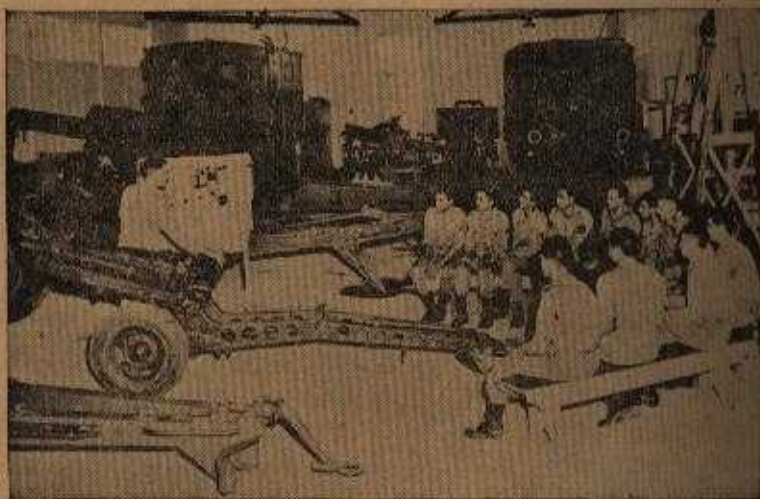


Fig. 9 — Formação de mecânicos de Artilharia

rificação dos mapas respectivos; uniformiza a escrituração e o trabalho; difunde idéias, opiniões e normas estabelecidas pela D.M.B.

Mecânicos de Artilharia — cujo objetivo é especializar sargentos nestas funções; em onze semanas de trabalho, lidam os alunos com todos os tipos de canhões, do 37 ao 155, e se tornam conhecedores dos seus segredos.

Armeiros — para soldados, cabos e sargentos, freqüentado especialmente por estes últimos, porque dá direito a reengajamento, em nove semanas os especializa, dando-lhes noções completas sobre o armamento leve, sua manutenção em

dos arsenais e fábricas para onde é canalizado atualmente o material ótico necessitando de reparos.

DEPARTAMENTO 5 — MOTOMECA-NIZAÇÃO

No seu quadro de efetivos dispõe de um Major-Chefe, um Capitão e três Tenentes Instrutores, e de vários Sargentos monitores. Sempre com este quadro incompleto, nem por isso diminuem os seus pesados encargos; este Departamento apresenta um elevado coeficiente de produção, suas turmas são numerosas e se sucedem quase sem cessar. Observamos um certo esfoicismo nos que ali trabalham.



Fig. 10



Fig. 11



Fig. 10 — Oficina de manutenção para uso dos alunos

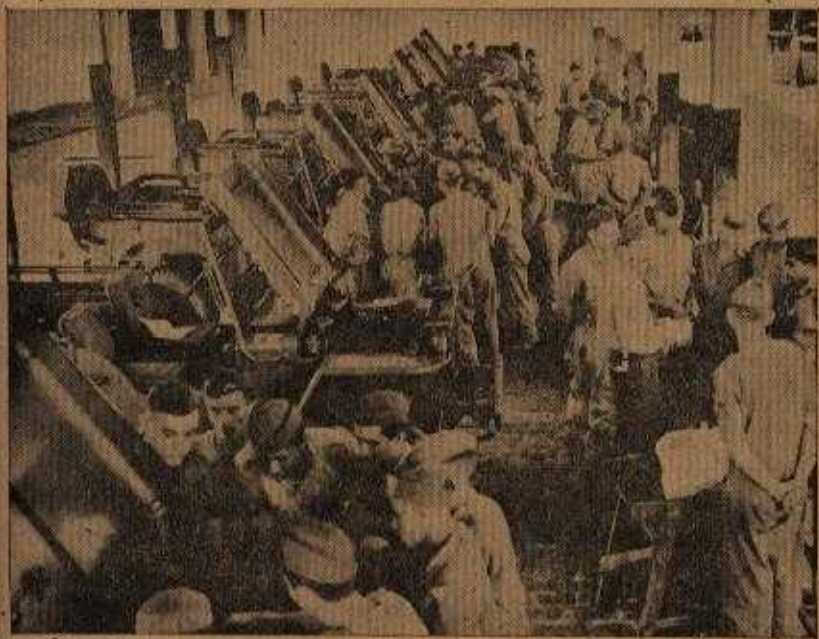


Fig. 11 — Instrução de manutenção orgânica de viaturas automóveis

Ministram-se aos alunos da E.A.O. e aos Aspirantes, em estágios especiais, ensinamentos generalizados sobre Motomecanização, cuidados e manutenção de primeiro escalão para viaturas automóveis.

De quando em vez, recebe o Departamento turmas de Oficiais Intendentes, para curso de manutenção orgânica.

Os cursos normais deste ramo são:

Motoristas — para sargentos, cabos e soldados; duração de oito semanas, prepara condutores de veículos leves, médios e pesados. É grande a afluência a este curso, sempre superlotado. Isto porque as



Fig. 12 — Formação de motoristas

Unidades têm grande interesse que a Escola lhes prepare motoristas, e principalmente pelo natural e explicável desejo que ocorre em sensível número de sorteados: tirar carteira de motorista, no Exército, o que na vida civil é muito dispendioso. Obtida esta habilitação, quando licenciados irão trabalhar nesta profissão, que dizem ser compensadora.

Manutenção Orgânica de Viaturas Automóveis — para sargentos, cabos e soldados, durante doze semanas. Tem também grande afluência, por motivos muito semelhantes aos explicados quando citamos o curso de motoristas.

É bastante interessante uma demonstração que coroa todos está-

gios e cursos, a qual recebe o nome de "Manobra de Força". Numa área adrede escolhida e preparada, os assistentes deparam com diferentes tipos de viaturas nas situações as mais críticas imagináveis, tombadas de todos os modos, atoladas, tendo que franquear águas não vadeáveis, etc. A resolução de cada um desses casos difíceis provoca vivo entusiasmo nos circunstantes, mesmo naqueles que já estão bem afeitos a este trabalho.

DEPARTAMENTO 6 — SAÚDE

É do consenso geral a importância atribuída modernamente ao Serviço de Saúde e à sua tropa especializada. Os seus especialistas têm duas missões precípua: a preservação e a recuperação dos combatentes.

A E.I.E. cabe, por intermédio do seu Dep. 6, a preparação dos especialistas de Saúde. Os diferentes cursos aí existentes são para sargentos, cabos e soldados, e todos eles têm a mesma duração: nove semanas. O Departamento é chefiado por um Major-Médico, possuidor do curso de Estado-Maior, auxiliado por oficiais-médicos e sargentos monitores.

Tem o encargo de ministrar aos alunos da E.A.O. e aos Aspirantes a Oficial aulas e conferências sobre Higiene e Primeiros Socorros; são deveras impressionantes e calam bem a fundo no espírito destes selecionados instruções tais ensinamentos. Uma boa coleção de filmes cinematográficos, uma variedade de meios bem apreciável, a par da segurança com que tais assuntos são abordados pelos instrutores, alertam os jovens oficiais sobre o que não deverão jamais permitir naqueles e naquilo que venham a cair sobre sua responsabilidade; enquanto isso, levam os antigos condutores de homens a um auto-exame, e a uma promessa muda de que muitos erros não tornarão a medrar em setores sob seu comando ou sob sua influência.

Recebe, por vezes, este Departamento, a incumbência do C.R.A.S. de Saúde, ali ocorrendo então, para o aperfeiçoamento, sargentos de toda a 1ª R.M.



Fig. 13 — O curso de monitores de saúde em funcionamento.



Fig. 14 — Instrução no Curso de sanitaristas

Outro curso de caráter regional que possui é o de Monitores de Saúde, para sargentos, que ficarão em condições de desempenhar tal função, seja na Escola, seja nos Corpos de Tropa.

Os cursos regulares do Dep. 6 são os de: Enfermeiros de Campanha, Padoleiros e Sanitaristas.

DEPARTAMENTO 7 — ENGENHARIA

Instalado no antigo Parque da Engenharia da Escola Militar do Realengo, este Departamento é chefiado por um Major de Engenharia que dispõe de um apreciável número de oficiais auxiliares, de qualquer arma desde que especializados, e de um bom número de sargentos monitores. É um Departamento bem condizente com a guerra moderna, pois os assuntos que lhe estão afetos evoluem dia a dia, há sempre o progresso do equipamento mecânico, dos meios de disfarce, de destruições, etc.

Muito aproveitam os alunos da E.A.O. quando ali estagiam; ou-

tra coisa não se pode dizer em relação aos Aspirantes a Oficial. Cogita-se até do desdobramento do estágio dos Aspirantes da Arma de Engenharia na E.I.E.: a primeira parte idêntica à dos demais; e uma segunda parte, com a duração de dois meses, onde ficarão os Aspirantes a aprofundar seus conhecimentos e a desenvolver uma familiarização com o Equipamento Pesado de que são dotadas as Unidades de Engenharia — esta será, naturalmente, uma medida de grande alcance, pois no curso da Escola Militar o cadete não dispõe desse material e logo irá encontrá-lo na tropa ao iniciar seu oficialato.

Os cursos de especialidades que ministra o Dep. 7 são para Oficiais e para sargentos, cabos e soldados; obviamente dizer a existência de maiores detalhes, maior desenvolvimento de assuntos, quando ministrados aos primeiros. Funcionam os seguintes cursos:

Purificação de Água — duração de quatro semanas. Seu nome diz

tudo.
fortes
da E.
químico
mento
que pa
da est
cular
tração
imédia
tatem
mesmo
oficial,
ao Rio



Fig. 16 —

tudo. Uma das impressões mais fortes que tivemos quando alunos da E.A.O. foi o beber a água, quimicamente pura e límpida, momentos antes imunda, do Arroio que passa sob os trilhos na "gare" da estação Deodoro. Foi espetacularmente convincente a demonstração realizada pelo Dep. 7 nas imediações da citada estação; constantemente é ela repetida, com o mesmo sucesso. No ano findo, um oficial, monitores e praças foram ao Rio Grande do Sul, e fizeram

demonstrações idênticas em várias guarnições da 3ª R.M.

Equipamento Pesado — Durante oito semanas, aprende-se a lidar com os possantes tratores, os "caterpillar", "bulldozer", escavadeiras, perfuradoras, motoniveladoras e toda a moderna variedade de máquinas de abrir estradas. Idênticamente ao curso de motorista e de mecânico, interessa bastante esta especialidade como meio do soldado melhorar suas condições de vida civil quando licen-

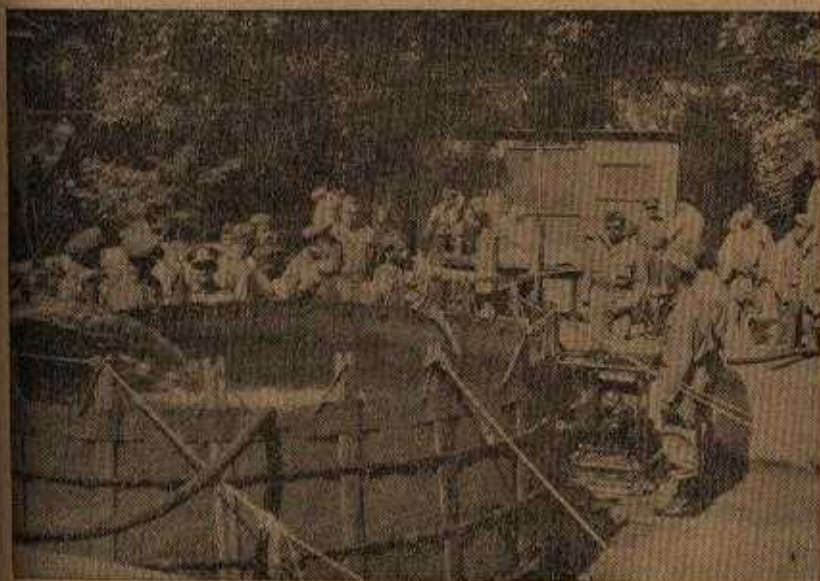


Fig. 15 — Formação dos especialistas em tratamento d'água

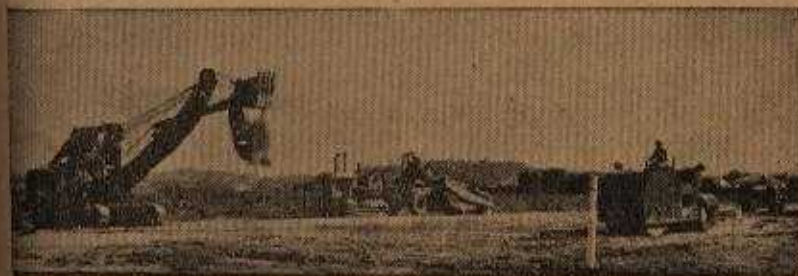


Fig. 16 — Formação de especialistas para o equipamento mecânico da Engenharia

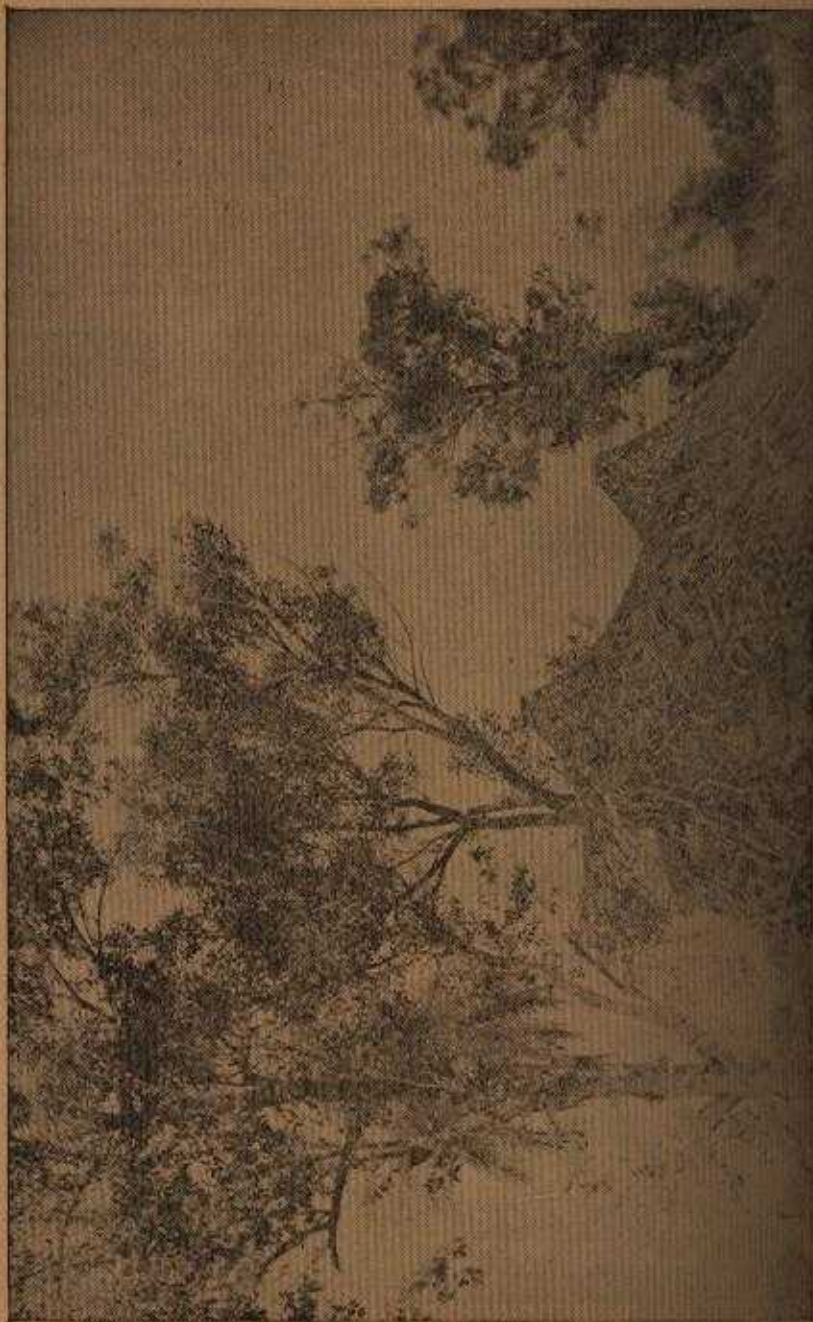


Fig. 17 — Trabalho de alunos da turma da camuflagem

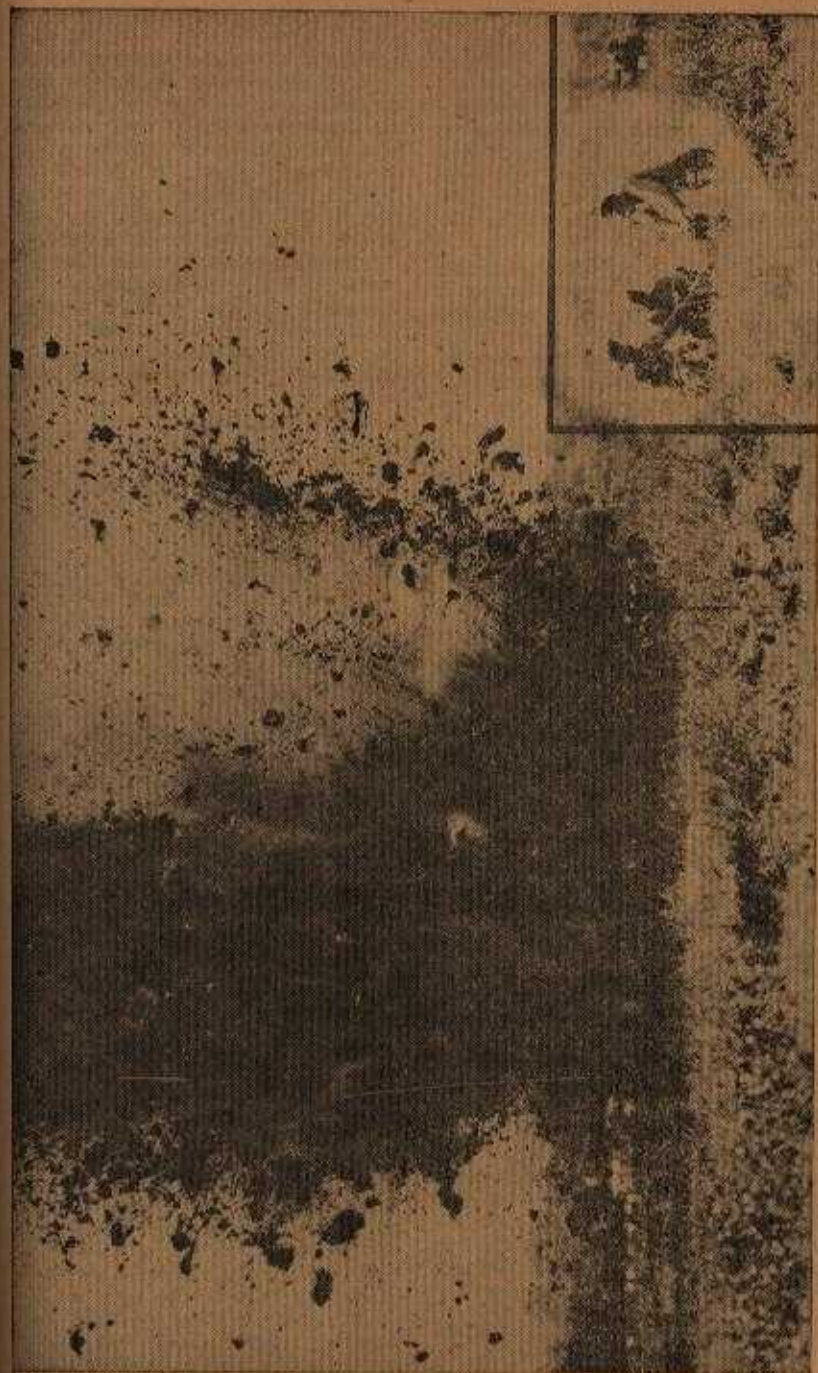


Fig. 18 — Sapeadores executando uma destruição

ciado. Neste momento, estamos com o pensamento voltado para o que se comenta sobre a Mecanização da Lavoura de nosso país, e antevemos o enorme auxílio prestado a este objetivo, caso seja possível ampliar cada vez mais este curso da Escola de Instrução Especializada.

Camuflagem — em três semanas, familiarizam-se os candidatos a esta especialidade com os segredos da arte do disfarce, e a sua execução. É um curso interessante, muito bem dotado de meios, com um ótimo "canteiro" de demonstrações. Temos algumas vezes sobrevoado a Escola, e nesse lugar observado vários "automóveis", "caminhões", "aviões", etc., tudo entre aspas porque sabíamos serem os simulacros construídos pelo Dep. de Engenharia; acontece, porém, que certa vez um companheiro desses vôos propôs-nos baixássemos mais a aeronave a fim de verificar "o que havia com aquele avião ali em baixo, no meio daquelas viaturas".

Minas, Armadilhas e Destruições — Quatro semanas de especialização e trabalho com as minas A.C. e A.P., campos minados, detectores; com os petardos, explosivos, cargas e detonadores. Acentuado número de oficiais de todas as armas que se especializam e depois vão transmitir estes conhecimentos nos seus quartéis. Resalte-se que este curso teve como primeiros instrutores, e ali os encontramos quando fomos estagiários, dois competentes oficiais que, componentes da gloriosa F.E.B. integrando o 9º B.E., foram, em meio da guerra, seriamente vitimados por explosões de minas — calculem, os que estiverem lendo estas despretençiosas notas, o quanto de convicção terão estes dois oficiais ao ministrarem aos seus alunos, entre outras coisas, os perigos que este mortífero e traiçoeiro engenho, a mina, oferece ao combatente!

DEPARTAMENTO 8 — FOTO-INFORMAÇÃO E DESENHO

Este é o mais novo da Escola, desmembrado em 1949 do de En-

genharia. Chefiado por um Capitão especializado e, secundado por dois tenentes, dois excelentes monitores de foto-informação, dois competentes monitores de desenho e um desenhista civil do Ministério da Guerra, lotado na E.I.E., e à disposição do Departamento 8, onde exerce as funções de instrutor.

Quanto a este departamento, poderíamos ser mais extenso em sua descrição pois que, durante o curso de aperfeiçoamento, quando ali estagiamos, ficamos tão empolgados pela Fotografia Aérea, seu emprego, suas possibilidades a ponto deste entusiasmo nos levar a requerer a especialização de foto-intérpretes, na primeira oportunidade; retornamos então à E.I.E., não como estagiário mas desta vez tornado em aluno. Esta nova e feliz convivência nos tornou maior conhecedor deste Departamento que dos demais, porém faremos esforços para descrevê-lo somente em linhas gerais, sintetizando-o também.

Neste Departamento funciona, alternadamente para Oficiais e Sergentos, em dez semanas, o Curso de Foto-Informação, destinado a formar foto-intérpretes.

Com o pensamento na grandeza de nosso Exército, os dois foto-intérpretes da 1ª D.I. Expedicionária, terminada a guerra, não destruíram centenas de caixas de fotografias, boletins, mapas, cartas e grande soma de material que se havia tornado desnecessário; encalxotaram tudo e vieram fundar no Brasil, na E.I.E., este Curso de Foto-Informação, o qual vem, silenciosa e eficientemente, cumprindo a sua nobre tarefa de difundir os conhecimentos sobre a Fotografia Aérea. Ideia feliz, patriótica, construtiva.

O manuseio da fotografia aérea, a sua leitura, a interpretação e o estudo dos pares estereoscópicos, a confecção de mosaicos, o emprego da fotografia como substituto de cartas, os trabalhos de uma Subseção de Foto-Informação de Divisão de Infantaria — este conjunto de conhecimentos e trabalhos empolga e entusiasma. O emprego largo e quase imensurável da fotografia aérea no último conflito

mundial, a utilização de... ou ainda... informações... tipo de... o coeficiente... destaque... tou a im... mação.

Tem o D... senho, em... nando de... ano, para... dados, con... geiro exam...



aritmética e... miça-se o c... aprende a t... rial de Desen... trico, o pers... letas, polígr... laçados e o... assuntos este...ável proficiê... fessor civil;... o desenho m... técnico, esbo... plações de... oficial encun...

mundial, seja na confecção e atualização de cartas, seja como carta ou ainda como principal fonte de informações militares (onde este tipo de fotografia contribuiu com o coeficiente de 80 %) colocou em destaque o foto-intérprete e ressaltou a importância da Foto-Informação.

Tem o Dep. 8 um Curso de Desenho, em doze semanas, funcionando de duas a três vezes por ano, para sargentos, cabos e soldados, conjuntamente. Após um ligeiro exame de seleção (português,

Na Instrução Moderna, o vasto emprêgo dos meios auxiliares, e entre estes os desenhos e os quadros murais, emprestou grande relevo ao desenhista. Uma observação: acreditávamos também que somente poderiam ser diplomados em Desenho aqueles que houvessem nascido com o "dom", como se diz vulgarmente. Pois bem, na E.I.E. este tabu é desfeito, porque verificamos vários casos de especialização de desenhistas que ali haviam chegado na "estaca zero"; é óbvio que aqueles dotados pela



Fig. 19 — Alunos interpretando fotografias aéreas

aritmética e conhecimentos gerais) inicia-se o curso, onde o candidato aprende a trabalhar com o material de Desenho, o desenho geométrico, o perspectivo, o traçado de letras, polígonos estrelados, entrelaçados e o desenho do natural, assuntos estes ensinados com notável proficiência pelo citado professor civil; e aprendem, os alunos, o desenho militar (croquis panorâmico, esboços de referência, ampliações de cartas, etc.) com o oficial encarregado do Curso.

Natureza serão os melhores, mas temos de dar razão ao professor que na primeira aula pontifica: "qualquer um poderá aprender a desenhar"!

O assunto principal deste Departamento, a Foto-Informação, foi e ainda é muito de novidade para os quadros do Exército Brasileiro. A importância que é atribuída à Foto-Informação, a curiosidade que desperta, fazem, contudo, seja excessivamente sobrecarregado o Dep. 8. Além dos cursos normais, em nú-



Fig. 20 — O curso de desenho em pleno funcionamento

mero de três por ano, são ministrados estágios de foto-informação para oficiais, aspirantes e sargentos, de várias escolas (Militar, E.A.O., E.M.M., Esc. Trns., E.A.C., C.I.D.A.Aé., C.A.E.R. e outros estabelecimentos) o que vem acarretando um funcionamento ininterrupto, sem uma semana sequer de intervalo, nas aulas deste Departamento. Parece-nos que isto é contraproducente, pois que exaure instrutores e monitores, satura-os e lhes tira o alento — seja-nos permitido expender esta opinião, que nos julgamos aptos a defendê-la, e explicar somente desejamos êxitos felizes à Escola de Instrução Especializada.

Vimos, assim, em rápido e pálido bosquejo, o que constitui a elevada finalidade de uma utilíssima escola militar pouco conhecida no Brasil, não porque lhe faltam merecimento e motivos para divulgação do seu trabalho.

Com este nosso trabalho, que repetimos ser desprezioso, visa-

mos, primeiramente como gratidão pelos bons ensinamentos recebidos e agradáveis momentos ali vividos, e depois como homenagem a todos que nela trabalham honesta e eficientemente, exaltar um estabelecimento altamente produtivo e que vive na penumbra, com modéstia incompreensível.

Objetiva este trabalho ser um toque de reunir: comparecei às páginas de "A Defesa Nacional", instrutores e monitores da E.I.E., para difundir, com vossos artigos, idéias, processos e aulas que são do interesse geral! Sabemos da competência incontestável de grande número de oficiais e sargentos, dentre vós, inexplicavelmente silenciosos. O Exército e a Instrução carecem sejam divulgadas vossas observações, vossa experiência, vossas lições! Atendei a este apelo, respondei com o eco de vossas colaborações a este clarinar, relegai este recato em que vos colocastes!

"Lembraí-vos da Guerra!"

As gr
constitu
tiro da
A palav
— gran
historiad
do século
lhantes i

Há aut
precurss
jeteis in
romanos
Pirro (2)

Outros
aparecim
no sítio
sobre o

Não h
que as
século X
fôsse irru

Com F
uso gene
sítio. Em
fantaria
cialistas
nadas —
mens rob
mero de
Além do
teiro leva
com 8 ou
a 1,5 qu
nhamo e
missão de
de ataque
assaltar a
o advers
quando en
granadas
depois se
nadeiros;
e Regimen

A EVOLUÇÃO DAS GRANADAS

Colaboração do 1º Ten. HELIO AUGUSTO CANONGIA, do 3º R.I. (Extrato de Notas de Instrução da E.M.)

I — SEU APARECIMENTO. SUA UTILIZAÇÃO

As granadas de mão e de fuzil constituem um complemento do tiro das armas de Infantaria. A palavra granada deriva do latim — granatum —, que segundo os historiadores se aplica desde o fim do século XIV aos projéteis semelhantes às bombas.

Há autores que consideram como precursores da granada os projéteis incendiários lançados pelos romanos contra os elefantes de Pirro (280 A.C.).

Outros dizem que seu primeiro aparecimento teve lugar em 1427, no sítio de Casalmaggiore na Itália, sobre o Pó.

Não há dúvida, entretanto, de que as granadas já existiam no século XV, embora seu emprego fosse irregular ou eventual.

Com Francisco I (1517-47) o seu uso generalizou-se na guerra de sítio. Em 1667 apareceram na Infantaria Francesa soldados especialistas no lançamento de granadas — os *granadeiros*. Eram homens robustos e valentes e em número de quatro por Companhia. Além do equipamento do mosqueteiro levavam uma bolsa especial com 8 ou 14 granadas de 0,5 quilo a 1,5 quilo, uma mecha de cânhamo e um machado. Tinham a missão de, precedendo as colunas de ataque, serem as primeiras a assaltar as fortalezas, desalojando o adversário do caminho, e, de quando em quadrado, lançarem as granadas contra a Cavalaria. Pouco depois se organizaram com os granadeiros: Companhias, Batalhões e Regimentos.

Os granadeiros passaram a constituir a tropa de elite dos exércitos. Não foi só a Infantaria que empregou a granada. O artilheiro, o engenheiro e também o cavalariano usaram a granada com frequência.

II — ANTIGA CONSTITUIÇÃO DAS GRANADAS

a) *Corpo* — A constituição do corpo das antigas granadas era a mais variável que se possa imaginar; sua forma às vezes era oval, outras esféricas. O metal mais comum era o ferro fundido, utilizando-se também o bronze. Logo no seu aparecimento as granadas tiveram seu corpo de barro cozido e também de vidro.

b) *Carga* — A carga era a pólvora, cerca de 150 g. Algumas vezes misturavam-se a esta carga pedaços de vidro ou de chumbo, para agirem à guisa de estilhaços, quando do arrebentamento.

c) *Dispositivo de inflamação* — A espoleta primitiva era de tempo e não excedia de uma simples mecha. Para inflamá-la chegava-se a esta uma tocha acesa. Às vezes a mecha era envolvida por um tubo contendo pólvora e carvão; 15 partes de pólvora e uma de carvão cujo fim era retardar a combustão.

Como este sistema era perigoso e provocava acidentes para os granadeiros, em cujas mãos muitas vezes a granada arrebentava, procurou-se obter outro meio de inflamação, surgindo as primeiras granadas de percussão. Recorreu-se para isto ao sílex, baseando-se, o inventor, no que comu-

mente via nos mosquetões da época. Assim, segundo uma descrição de 1610, feita pelo Conde João de Nassáu, a granada possuía, fixo ao corpo, um pedaço de sílex que, no momento da queda, friccionava contra um pedaço de ferro, convenientemente disposto no interior do corpo, produzindo-se faíscas, que provocavam a explosão da carga.

III — O EMPREGO DA GRANADA ATÉ NOSSOS DIAS

As granadas foram de uso corrente durante os séculos XV e XVI.

No século XVII passaram a ser utilizadas quer na defesa como no ataque. Assim na guerra dos 30 anos tiveram largo emprego. Durante o cerco de Viena em 1683 os defensores lançaram 800.000 granadas metálicas; no cerco de Namur em 1692 os franceses lançaram 20.000. Durante o século XVIII os granadeiros adquiriram grande preponderância, destacando-se os granadeiros de Frederico II. A partir da segunda metade deste século em virtude do aperfeiçoamento do material de Artilharia e de Infantaria o uso da granada descreceu, conservando-se restringido às praças fortes, por influência de Vauban que nelas depositava confiança, tendo tentado aperfeiçoá-las.

Nas guerras napoleônicas ocorridas na primeira metade do século XIX foram muito pouco empregadas, passando os granadeiros a serem armados unicamente de fuzil. Na segunda metade deste século desapareceram até das fortalezas. Seu reaparecimento teve lugar na guerra entre macedônios e turcos (1901-1902) carregadas com dinamite. Na guerra russo-japonesa são empregadas contra as fortalezas, obtendo-se sucessos enormes. A partir daí, entretanto o seu aperfeiçoamento não foi cuidado, tendo por ocasião da explosão da primeira guerra mundial o seu uso muito limitado em virtude da pouca confiança que os beligerantes depositavam nesse engenho. Com o decorrer da guerra

é que as granadas foram sendo aperfeiçoadas e chegou-se aos tipos que hoje conhecemos: V.B., Mills, O.F., além das modernas granadas americanas.

IV — OS APERFEIÇOAMENTOS INTRODUZIDOS NAS GRANADAS A PARTIR DO SÉCULO XX

a) *Corpo* — Era feito de ferro. Não se utilizava mais o vidro, já havia a fragmentação delineada no seu exterior.

b) *Carga* — O progresso das granadas deste século deve-se à carga de arrebentamento, pois se conheceram explosivos mais potentes, como a dinamite, capazes de imprimir aos estilhaços velocidade de 1000 m/s, décupla, portanto da que havia se obtido com o uso da pólvora negra. As cargas passaram, então a ser de algodão, ácido picrico, dinamite, trotil, etc.

c) *Dispositivo de inflamação* — A espoleta era ainda de tempo, já se conhecia o cordel Bickford e este era o dispositivo de inflamação utilizado. Durante a guerra de 1914-18 as granadas foram grandemente aperfeiçoadas.

V — GRANADAS DE FUZIL

Seu aperfeiçoamento é remoto, desde o século XVII, quando se ensaiou o lançamento da granada por meio de "balistas". Mais tarde utilizou-se o mosquete apoiado no solo e, finalmente, morteiros portáteis.

Na guerra russo-japonesa idêntica tentativa foi feita. As primeiras granadas de fuzil empregadas eram de mão, às quais se fixava uma haste de ferro ou alumínio, com diâmetro ligeiramente inferior ao do fuzil. A haste era introduzida no cano e na extremidade superior prendia-se a granada. Por meio de um cartucho especial era feito o lançamento. Pela pouca segurança que ofereciam e pela necessidade de se ter que usar um cartucho especial, foram abandonadas e deram lugar a granada de fuzil lançada por meio de um bocal.

I — A ANA

Quando f...
mentação d...
que ele rep...
madora da...
chama-nos...
fatores cor...
rendimento

O rendim...
do prazer c...
do apetite c...
e da adaptaç...
recida.

Este grup...
subdividido...
três aspectos...
sideraremos...
meio dêles...
notonia, com...
paz de levar...
que seja a su...
profissão, a...
por melhor e...
que possam s...
quem não g...
falta de peru...
no entanto p...
mente que e...
região do Nor...
titul o peru...
quase obrigat...
Se nós pergu...
ser comedore...
muito de peru...
sem entusias...
perguntar a t...
peru de Natal...
divida a res...
exclamações e

ALIMENTAÇÃO

1º Ten. JAIR DE MATOS MONTEDÔNIO

II

I — A ANÁLISE DA ALIMENTAÇÃO DO SOLDADO

Quando fazemos a análise da alimentação do soldado, considerando que ele representa a unidade formadora da coletividade militar, chama-nos a atenção um grupo de fatores condicionantes de baixo rendimento alimentar.

O rendimento alimentar é fruto do prazer de vermos o alimento, do apetite com que se vai à mesa e da adaptação à comida que é oferecida.

Este grupo de fatores pode ser subdividido de modo a apresentar três aspectos principais, que consideraremos de passagem. O primeiro deles é a *monotonia*. A monotonia, como todos sabem, é capaz de levar o homem, qualquer que seja a sua classe social e a sua profissão, a aborrecer os alimentos por melhor e mais bem preparados que possam ser. Não há entre nós quem não goste de comer a sua fatia de peru por ocasião do Natal; no entanto pude observar pessoalmente que em algumas áreas da região do Nordeste do Brasil, constitui o peru prato de todo o dia e quase obrigatório à mesa do pobre. Se nós perguntássemos a um desses comedores habituais, se gosta muito de peru, ele nos responderia sem entusiasmo. Agora, se formos perguntar a um amigo, que tal o peru de Natal em sua casa? Sem dúvida a resposta virá cheia de exclamações entusiasmáticas sobre o

preparo da farofa, o dourado da pele e o paladar do molho. Isto nos dá idéia do que a monotonia pode criar psicologicamente a respeito de qualquer iguaria.

Nós gostamos de comer uma empada, um "suflê" ou uma boa feijoada; mas, se nos puserem num regime diário de tais pratos, não tardará que fiquemos enjoados. E, aquilo que a princípio nos causava prazer e agia como um excitante ao paladar, passará até mesmo a fazer perder o apetite.

Tiramos deste exemplo o conceito de hábito como "gesto, atitude ou ação, que se repete diariamente ou várias vezes ao dia e que faz perder o prazer da novidade".

É bem verdade que a novidade age como um estímulo no despertar do apetite. O prazer, meus Srs., é afogado lentamente pelo hábito.

Não se lembram, por acaso, daquele indivíduo que era casado com uma mulher muito bonita, e que ao fim de alguns anos de casamento, espantou-se seriamente quando a viu apontada como beleza por um dos seus amigos. Neste caso, o hábito diário de olhar sempre para as perfeições das mesmas formas, para as mesmas curvas e para o mesmo olhar, levaram-no à monotonia da contemplação, apagando o senso de beleza estética que sua esposa não mais lhe podia despertar. Considerando estes fatos, chegamos à conclusão de que o apetite, este impulso que nos leva a procurar a saciedade

por atos de comer, pode ser tão seguramente despertado e avivado pela novidade, como afogado e inutilizado pela monotonia do hábito sistemático de comer sempre as mesmas coisas, às mesmas horas, nos mesmos dias.

Procurem lembrar-se agora do que estavam habituados a comer na Escola Militar, ou do que viam servir no rancho, aos homens de suas Cias. e Blas., e terão automaticamente a resposta se havia ou não monotonia alimentar.

O 2º fator que estudaremos agora é o ambiente em que se come. No caso do Exército, este ambiente é variável ao extremo e vai desde o refeitório ou sala de rancho higiênica e tecnicamente construída, até a trincheira enlameada e úmida, onde o soldado pode receber a sua "bóia". É bem verdade que durante a guerra não se pode fazer questão de ambiente e desde que haja comida, tudo vai bem. No entanto, durante a paz, nos nossos quartéis, podemos e devemos lutar em prol de um melhor ambiente de rancho. Neste ambiente, Srs., o que primeiro nos chama a atenção é a temperatura em que se vai comer. Esta temperatura pode ser estabelecida em duplo aspecto. Primeiro — no que diz respeito ao alimento; segundo — na temperatura do próprio ambiente. Quanto ao alimento é fato sabido que não devemos abusar de gelados ou de coisas muito quentes, ingeridas rapidamente, porque isto oferece vários perigos à conservação dos dentes a par de constituir ameaça de processos morbidos que venham a lesar o aparelho digestivo. A temperatura do ambiente é capaz de fazer aumentar o apetite ou de paralisá-lo. Se eu perguntar "quando é que se tem mais apetite"? A maioria devia responder que é no inverno, porque no verão o calor faz diminuir todos os processos vitais, as combustões internas diminuem e havendo menos necessidade de combustível para a máquina humana, também o apetite diminui. Por muitas vezes tenho visto ranchos colocados imediatamente à cozinha e homens sentados de en-

contro a uma parede que mal os separa de fogões ardentes. Seria essa uma boa condição de temperatura para comer confortavelmente?

O 2º item a ser focalizado é o que diz respeito ao grau de umidade. Estudos modernos sobre os fatores que condicionam o conforto humano, levaram à conclusão de que o grau de umidade é sempre mais importante do que a temperatura, considerada isoladamente. Temos o prazer de encontrar feito por cientista brasileiro, magnífico trabalho a este respeito. Quero referir-me a Josué de Castro, em seu livro "Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana". Este grau de umidade, Srs., quando aumenta muito, exige do organismo um grau de esforço de adaptação, e positivamente não lhe concede o repouso necessário ao ato de comer.

O 3º item relativo ao ambiente, é a ventilação. Por certo todos já experimentaram o prazer de uma refeição em um restaurante à beira do mar, embora não tenham associado o prazer sentido, diretamente com a ventilação a que estiveram expostos. O ambiente onde se come deve ser ventilado, a fim de que não apresente ao fim de alguns tempos o cheiro característico de comida, capaz de, por si só, fazer diminuir o apetite. Por outro lado não quero dizer que todo cheiro de comida faça perder o apetite. Bem ao contrário, sabemos que o olfato e o paladar são sentidos intimamente ligados e que uma comida cheirosa desperta o apetite e aumenta a produção do suco gástrico, preparando o organismo para uma melhor digestão. O que é preciso é não confundir "comida cheirosa" com "cheiro de comida".

O 4º item que estudaremos relativamente ao ambiente, focaliza as cores das paredes. De longa data já vem sendo estudada a influência das cores sobre as atitudes humanas, e é sabido que determinadas cores são excitantes enquanto outras são calmantes. Algumas pessoas levam este estudo a minúcias perfeitas, fazendo expo-

imentações aos qu
comida em
pintados de
tivamente
senta melh
azul escuro
minhas d
os insetos
saneamento
que deveria
projetar a p

O 5º item
diz respeito
cebemos pel
mida. Se
meu no res
da Praça d
não terá ge
bandejas; ch
as outras.
çoaram na
guma músic
conjunto de
mais agradá
hoje, sabem
um prelúdio
ardina, lhe
teza uma l
"Tempestade
des garante
ciente.

Pego que
a influência
come o sold
a seu alcan
para que ve
em dias futu

O 3º aspect
a alimentaçã
cidade bras
nível falta
ar. Mesm
afirmo com
e estou sen
capaz de me
ner, como c
deve comer,
dar os quat
qualram a
Seríamos a
nis ao qu
quanto deve
necessário
nidade este
culado pela
apetite. Rest
po para o fa
educar sistem
quanto ao mo

rimentações com grupos de operários aos quais é fornecida a mesma comida em refeitórios idênticos, pintados de cores diferentes. Positivamente o branco azulado apresenta melhor resultado do que o azul escuro. Por outro lado, determinadas cores atraem ou repelem os insetos e em algumas regiões de saneamento difícil, este é um fator que deveria ser considerado, ao se projetar a pintura do refeitório.

O 5º item relativo ao ambiente, diz respeito à impressão que recebemos pelo ouvido durante a comida. Se alguns dos Srs. já comeram no restaurante do S.A.P.S. da Praça da Bandeira, por certo não terá gostado do barulho das bandejas, chocalhadas umas contra as outras. E, também, se já almoçaram na Colombo, ouvindo alguma música suave executada pelo conjunto de cordas, terão sentido mais agradável o ato de comer. Hoje, sabemos com segurança que um prelúdio suave executado em surdina, lhes dá com tanta certeza uma boa digestão, como a "Tempestade" de Tchaikovsky, lhes garante uma indigestão incipiente.

Peço que pensem maduramente na influência do ambiente em que come o soldado. Estará por certo a seu alcance ajudar um pouco para que venha este a melhorar em dias futuros.

O 3º aspecto que vai influir para a alimentação sofrível ou má do soldado brasileiro, é a sua inofismável falta de educação alimentar. Mesmo entre os Srs. oficiais, afirmo com certeza, não há 10% (e estou sendo muito otimista...) capaz de me dizer o que deve comer, como deve comer e o que deve comer. Acabamos de enunciar os quatro ângulos que enquadram a educação alimentar. Poderíamos acrescentar um 5º ângulo ao qual chamaríamos — quanto deve comer. Mas, este não é necessário porque no caso do soldado este ângulo já está calculado pela sua etapa e por seu apetite. Resta-nos chamar a atenção para o fato de que é preciso educar sistematicamente o soldado quanto ao modo como deve comer.

Isto se refere desde à higiene que o obriga a lavar as mãos antes de sentar-se à mesa, estendendo-se através das normas de uma mastigação lenta do alimento e prolonga-se até ao repouso de pelo menos alguns minutos após às refeições. O "quando deve comer" é resolvido no Exército pelo horário de rancho e deve ser estudado cuidadosamente pelos oficiais aos quais vimos estar atribuída a função de regular uma boa alimentação do soldado.

II — CARACTERES ESPECIAIS AO GRUPO

Quando consideramos o Exército como uma coletividade no que diz respeito a alimentação, devemos partir do conceito do que seja uma coletividade alimentar. Em nutrição consideramos um agrupamento de indivíduos de idades que permite o levantamento de uma média e submetidos a um regime de trabalho comum, em horário idêntico. Um bom exemplo disso é um internato, para meninos de curso ginasial. Vamos encontrar aqui rapazes de 11 a 16 anos, com horários de aulas aproximadamente os mesmos e fazendo refeições às mesmas horas. Procurando este conceito para o Exército esbarramos na dificuldade de que a coletividade militar sob o ponto de vista de sua alimentação deverá tecnicamente, ser subdividida em agrupamentos. Considerando um batalhão no dia "D". A 1ª Cia. tem instrução no alojamento. A 2ª Cia. devia fazer uma marcha. A 3ª Cia. vai fazer um exercício de combate em terreno acidentado. Salta aos olhos que não devemos oferecer aos homens das 3 Cias., o mesmo regime alimentar para exercícios de atividades tão diferentes. No entanto, os Srs. já viram comida diferente em tais casos?

Uma vez estabelecido o conceito de coletividade alimentar, vamos apontar a maneira mais lógica de considerarmos o problema. O Exército apresenta Armas e Serviços, tais como: Cavalaria, Infantaria, Engenharia, Artilharia, Intendência, Saúde, Pára-quedistas, etc. É ló-

gico e muito fácil de compreender que tropas tão diferentes em suas funções e regime de vida, não podem e não devem estar submetidas ao mesmo regime alimentar, ainda que estivessem operando no mesmo lugar, em idênticas condições de clima. Já anuncia-se o movimento nesse sentido, e o 1º fruto é a dieta especial para as tropas para-quedistas, uma realidade promissora.

Se considerarmos agora, que estas tropas ou Serviços podem estar em situações diferentes, vamos ver que mesmo que já tenhamos calculado qual o regime alimentar adequado para cada uma delas, esse regime deverá variar de acordo com a situação tática dos homens. Uma quartelada tem necessidade diferente de outra que está acampada. Se a tropa está acantonada também precisa quotas alimentares que não são as mesmas de outra tropa que está bivacando. O infante que se desloca a pé, precisa de alimentação diferente de que devemos fornecer ao mesmo infante se ele for auto-transportado.

Tudo isso vai ainda variar de acordo com o Estado do território Nacional onde consideramos a tropa e, mais ainda, relativamente à estação do ano. O mesmo grupo de Artilharia operando no Ceará, em dezembro ou em Sta. Catarina, em junho, vai exigir dieta muito diferente para contra-balançar fatores tais como o clima, as possibilidades do mercado, os meios de transporte do Estado e a produção agro-pecuária das vizinhanças do local onde está operando.

Como último item referente aos caracteres especiais à coletividade militar, vamos considerar de passagem o caso da cozinha militar. Nosso Exército fornece comida diferente para oficiais e para praças. No entanto, a última guerra mostrou que um dos fatores básicos para uma boa moral da tropa é o mesmo tipo de comida para qualquer soldado, desde o recruta ao Cmt. em Chefe. Com o nosso sistema atual é frequente a existência de 2 ou mais cozinhas, funcionando isoladamente, e com economia precária. Isto vem criar uma

situação que torna um bom emprego o fato do soldado trabalhar no rancho dos oficiais. Nós somos favoráveis ao esforço e propaganda no sentido de que em breve o Exército Brasileiro, à semelhança dos exércitos das grandes democracias, alimente igualmente todos os soldados, empenhados em missão comum. Pessoalmente, já pude observar como muitos dos Srs., terão feito, a existência da 3ª cozinha a que me referi. A cozinha dos sargentos, que frequentemente funciona com uma quota econômica suplementar paga pelos mesmos. Isto é completamente errado, anacrônico e improdutivo. É um convite ao argumento de inferioridade da praça não graduada, que não tem meios para fazer o mesmo. O que deve e pode existir é a cozinha central, atendendo indiferentemente a todos os soldados de um mesmo quartel ou estabelecimento, levando em consideração as suas exigências biológicas como homens e não considerando a sua graduação ou o seu posto, uma vez que um soldado, um cabo, um sargento ou um 2º Tenente de Infantaria, com a mesma idade aproximada e o mesmo trabalho, apresentam necessidades idênticas no que diz respeito à alimentação.

Sobre ser econômica, uma cozinha central oferece a vantagem de fortalecer o moral da tropa, dando ao soldado razão o que lhe é devido por direito de humanidade e de lógica. Só assim poderemos atingir o objetivo último da vida militar — O MAIOR RENDIMENTO POR COMPRENSÃO DO DEVER E POR CONFIANÇA NO CHEFE.

O 3º aspecto que vamos focalizar refere-se ao pessoal e ao material de rancho que o Exército possui para cumprir a sua obrigação de alimentar a tropa. Consideramos aqui três itens: o 1º refere-se à higiene indispensável em todo e qualquer serviço ligado à alimentação, quer no que diz respeito à higiene pessoal, quer no que é relativo à higiene do material e do local. Este assunto será melhor focalizado em outra palestra e

também, p
do Depart
O que é
que muitas
são transmi
em especial
e pelas ver
informaçã
do Exército
Setor do Pa
missíveis p
vêzes mais
do Exército
cialmente e
extensão tem
e na qual en
oferecem em
náveis epid
descuido na
alimentar.
competência
seu cargo c
Infelizmente
não forma
alimentar.
que não é
contratados
mentar em
pa. O rancho
disciplina de
mantida qu
competência
chefia. Esta
jando no ser
cito com esp
problema. O
coordenação.
vantagem pa
de um hor
bom funcion
rancho, acab
infelizmente
as unidades
ATRASADO
homem ao co
da coordenaç
cuidadas as t
empregados
to à técnica r
tes, quer qua
este preparo
mente, o fat
seja a econo
seguida medi
coordenação
do cumprimento
cipal, fornec
usos, de boa
capaz de de
alimentado.

também, por certo, em palestras do Departamento de Saúde.

O que é preciso é não esquecer que muitas das doenças epidêmicas são transmissíveis pelos alimentos, em especial pela água, pela carne e pelas verduras. De acordo com a informação do Serviço de Saúde do Exército Norte-Americano no Setor do Pacífico, as doenças transmissíveis pela água causaram 20 vezes mais baixas do que as balas do Exército Japonês. Isto é especialmente em um país de grande extensão territorial como é o nosso e na qual encontramos regiões que oferecem epidemias facilmente tornáveis epidêmicas, por um pequeno descuido na disciplina da higiene alimentar. O 2º item refere-se à competência do pessoal que tem a seu cargo o preparo do alimento. Infelizmente o Ex. Brasileiro ainda não forma especialistas no setor alimentar. No entanto, sabemos que não é com cozinheiros civis contratados que iremos amanhã alimentar em campanha a nossa tropa. O rancho é um lugar onde a disciplina de trabalho só pode ser mantida quando sustentada pela competência profissional de quem chefia. Esta Escola já está planejando no sentido de equipar o Exército com especialistas à altura do problema. O 3º item diz respeito à coordenação. Aqui vemos como vantagem palpável a manutenção de um horário indispensável ao bom funcionamento do serviço de rancho, acabando com uma frase infelizmente tão conhecida em muitas unidades — "O RANCHO ESTÁ ATRASADO". A segurança do homem ao comer também depende da coordenação com que são executadas as tarefas pelos diferentes empregados do rancho, quer quanto à técnica no preparo dos alimentos, quer quanto à higiene com que este preparo é realizado. Finalmente, o fator mais importante ou seja a *economia* só pode ser conseguida mediante uma perfeita coordenação de esforços no sentido do cumprimento da missão principal, fornecendo alimentos gostosos, de boa qualidade, variado e capaz de deixar o soldado bem alimentado.

III — COMPARAÇÃO COM OUTRAS COLETIVIDADES

Atualmente qualquer coletividade que se preze, possui a sua cozinha técnica, dirigida por elementos especializados, uma vez que a prática mostra ser este o caminho único pelo qual se atinge um bom estado alimentar e um bom estado nutritivo. No caso do Exército o ponto básico será quanto a preparação de bons cozinheiros militares, homens que conheçam a fundo a sua profissão; cozinheiros que além de competir em pé de igualdade com qualquer cozinheiro civil, tenha além disso um conhecimento perfeito e o mais completo possível dos alimentos típicos do Exército, do melhor modo de prepará-los e do seu rendimento máximo. O cozinheiro militar deverá ser um homem capaz de cozinhar em qualquer circunstância e com qualquer material. Um homem que saiba aliar a habilidade do manejo dos mais variados tipos de fogões, a uma natural engenhosidade para construção de fogões de emergência, quando a situação em campanha assim o exigir. O outro especialista que o Exército precisa é o *dietista militar*. Não devemos confundir dietista com nutrólogo. Nutrólogo, em princípio, seria um oficial do Serviço de Saúde com curso de especialização em nutrição e em alimentação de coletividades. Dietista ou *nutricionista* seria o nosso conhecido *sargento do rancho*, depois de haver aprendido de dietética e economia culinária a fim de se colocar em condições de dirigir razoavelmente um rancho militar. É preciso salientar que o Exército como coletividade exige um dietista mais completo do que qualquer coletividade civil. Isto porque o cardápio militar além de ser tecnicamente calculado e bem apresentado, terá que ser adequado às diferentes situações táticas de distribuição de rancho que vamos encontrar em campanha. O dietista militar deverá ter noção precisa sobre as técnicas de congelação, dessecamento, pulverização e reconstituição de alimentos. É diferente Srs., fazer um omelete com

ovos frescos ou fazer o mesmo omelete partindo de ovo em pó. É diferente ainda o valor nutritivo do alimento em seu estado natural e o valor que vai apresentar após secagem, pulverização e congelamento. Caberá ao oficial nutrólogo militar, o estudo, o planejamento e as realizações de rações de campanha adequadas aos diferentes tipos de armas e serviços, operando em situações climáticas diversas. É preciso antes de tudo acabar com o conceito ignorante de que o rancho "é o lugar dos burros". Comete um crime contra a saúde da tropa o oficial que escolhe o pior entre os seus soldados e o mimoseia com a frase célebre na tropa — "VOCÊ NÃO DÁ PRA NADA, SE CONTINUAR ASSIM VAI TRABALHAR NO RANCHO". O conceito hoje deve ser diferente; o bom soldado que tenha consciência do dever cumprido, que seja educado, limpo e inteligente só este e nenhum outro deverá ser mantido em um rancho. Os Srs. estarão

vendo do que ficou dito nessa palestra que o oficial entre seus inúmeros deveres possui um que não pode, nem deve, ser negligenciado e é zelar pela boa alimentação de seus comandados. Soldado mal alimentado é fraco, não tem resistência, não agüenta briga. Qual dos Srs. escolheria uma patrulha de homens fracos, mal alimentados e de moral abatida para comandar, em uma missão de reconhecimento, debaixo de fogo? Qual dos Srs. toleraria fuzil sujo, munição enfiada ou indisciplina? Pois eu lhes asseguro — é mais perigoso ir a guerra com homens desnutridos do que com armamento velho e mal conservados! Lembrem-se mais uma vez de uma frase que será nosso "slogan", frase que é hoje tão verdadeira como foi ontem e será amanhã — "OS EXERCITOS MARCHAM COM OS ESTÔMAGOS!"

(Continua)

Mate a sede

MATE
gelado

INSTITUTO NACIONAL DO MATE

Processo de

Exção — AQ 03
CARR

pen do pedido

02

ção de tiro:

1. CARROS RE

ções do S/3:

suporte sobre

ções do obje

ções majorad

as baterias

idade de mun

ção da eficácia

Orde

ção

Es

P

ente 72

tido 9

existindo 62

(1) Se for o c

(2) Espécie, es

(3) Se "norma

(4) Sob uma o

objetivo (7

(5) Quando ho

N.R. — Contin

Processo de conduta de tiro com o Transferidor de Locação

(NOTAS DE AULA DA E. A. O.)

Missão — AQ 03 MT — L 1020 — D0 AA2 DR 250 AC 10 ENC 1000 — PEL. CARROS REUNIÃO. EFI.

FICHA DE TIRO DO S/3

Origem do pedido: Hora do recebimento: _____ Missão n. 2
 03 Hora do desencadeamento: _____ Data: _____

Missão de tiro:

EL. CARROS REUNIÃO EFI

Condições do S/3:

Transporte sobre o AA2

Dimensões do objetivo 200 x 300

Dimensões majoradas

de baterias Grupo

Quantidade de munição 96 EX 7 EI

Variação da eficácia 2 m

Ordem do S/3

Aos calculadores e ao observador do tiro:

Nome e n. da missão CON 2

Unidade que atira GR

Unidade que regula (1)

Quem observa (1)

Munição (2) 32 EX 7 EI

Feixe (3)

Mecanismo de eficácia Q8 (a)

Escalonamento de alça 1 C

Desencadeamento (4) AMC

Horário e cadências (5)

Munição

Espécies

EX

EX

FU

PE

TE

Insistente

720

150

90

Reunido

96

—

—

Existindo

624

150

90

Ordem do comandante do Grupo:

Comunicação ao escalão superior:

CON 2 (6303) — PEL. CARROS REUNIÃO — MC — CARROS DISPERSADOS — 2 IMOBILIZADOS.

(1) Se for o caso.

(2) Espécie, espoleta e quantidade para as baterias.

(3) Se "normal" não comandar.

(4) Sob uma das formas: quando pronto (QP), ao meu comando (AMC), tempo no objetivo (TO) e hora tal (H).

(5) Quando houver horário, não será dado o mecanismo de eficácia.

FICHA DE CALCULADOR

PR BATERIA

Frente da bta. : Hora do recebimento da missão : _____ Missão n. 2

1200 M Hora do término da missão : _____ Data : _____

Missão de tiro : AQ 03 MT — L 1020
Do AA2 DR 250 AC 10 ENC 1000 —
FEL. CARROS REU. — EFT.

Comando

Unidade
MissãoB. AT.
CON 2

Ordem do S/3 : TRP SB AA2 — GR — 1C

Munição

32 EX. 7 EI

Direção

Alcance

Direção

D. 2587

Corr. dir. DR 14

Distância

Distribuição

SB 02 FC H1

Transporte D 2581

Sítio

S. 294

C/derivação ES 3

6200

Mec. eficácia

TB Q. 8

Centragem DR 3

Modo desencadea.

AMC

Regulação

Comando D 2567

Alça

A. 237

Correções subsequentes

Comandos subsequentes

MC — CARROS DISP — 2 IMOBILIZADOS. BIA RP VG

Munição (esp.)	EX PE	EX TE	FU
Existência	240	50	30
Consumida	32	—	—
Fica existindo	208	50	30

Correção para as outras bias. :

Elementos de relocação :

Direção : D 2581 Alcance : 6200

Frente da bta. : H

1400 M H

Missão de tiro :

SEM CALCULAD

Ordem do S/3 :

SEM CALCULAD

Direção

Corr. dir.

Transporte

C/derivação

Centragem

Comando

Correções s

C — CARROS D
IZADOSMunição (esp.) EX
PE

Existência 240

Consumida 32

Fica existindo 208

FICHA DE CALCULADOR

VR BATERIA

Ante da bial.: Hora do recebimento da missão: _____ Missão n. 2

1400 M Hora do término da missão: _____ Data: _____

Assão de tiro:

DEM CALCULADOR PR

Ordem do S/3:

DEM CALCULADOR PR

Comando

	Direção	Alcance
Dir. dir.	DR 14	Distância
Transporte	D 2560	6070
Derivação	ES 3	+ 100
Intragem	DR 3	6170
Alcance	D 2546	

Unidade	B. At.
Missão	CON = 2
Munição	32 EX. 7 EI
Direção	D. 2546
Distribuição	SB 02 FC H2
Sítio	S. 294
Mec. eficácia	TB Q. 8
Modo desencadea.	AMC
Regulação	
Alça	A. 236

Correções subsequentes

Comandos subsequentes

— CARROS DISP — 2 IMOBILIZADOS

BIA RP VG

Assão (esp.)

EX
PE

EX
TE

FU

Correção para as outras bias:

Elementos de relocação:

Direção:

Alcance:

Distância

240

50

30

Assão

32

—

—

Existindo

208

50

30

FICHA DE CALCULADOR

AZ. BATERIA

Frete da bta. : Hora do recebimento da missão : _____ Missão n. 2
 80 M Hora do término da missão : _____ Data : _____

Missão de tiro :

IDEM CALCULADOR PR

Ordem do S/3 :

IDEM CALCULADOR PR

Direção		Alcance
Corr. dir.	DR 14	Distância
Transporte	D 2600	
D/derivação	ES 3	6150
Centragem	DR 3	— 100
		6050
Comando	D 2586	

Comando

Unidade Missão	B. At. CON = 2
Munição	32 EX. 7 EI
Direção	D. 2586
Distribuição	SB 02 AB R1
Sítio	S. 205
Mec. eficácia	TB Q. 8
Modo desencadea.	AMC
Regulação	
Alça	A. 229

Correções subsequentes

Comandos subsequentes

MC — CARROS DISP — 2 IMOBILI-
ZADOS

BIA RP VG

Munição (esp.)	EX PE	EX TE	FU
Existência	240	50	30
Consumida	32	—	—
Fica existindo	208	50	30

Correção para as outras bta. :

Elementos de relocação :

Direção : Alcance :

Observação — (a) Dada a mobilidade do objetivo o mecanismo é desencadeado totalmente.

Dez./

3ª Missão

Origem do p

OAE

Missão de tiro

REC. MRT.

Decisões do S

Transporte so

Dimensões do

Dimensões m

N. de bateri

Quantidade d

Duração da e

Munição

Espécies

Existente

Existida

Fica existindo

- (1) Se 10
- (2) Espéc
- (3) Se "r
- (4) Sob o
- (5) Quan

Observação
 Se a bta pode bater

3ª Missão — AQ OAE MT — COORDENADAS (3509) — SEC. MRT POS — AJ

FICHA DE TIRO DO S/3

Origem do pedido: Hora do recebimento: _____ Missão n. 3
 OAE Hora do desencadeamento: _____ Data: _____

Missão de tiro:

SEC. MRT. POS AJ

Ordem do S/3

Aos calculadores e ao observador do tiro

Decisões do S/3:

Nome e n. da missão _____

Transporte sobre o _____

Unidade que atira _____

Dimensões do objetivo _____

Unidade que regula (1) _____

Dimensões majoradas _____

Quem observa (1) _____

N. de baterias _____

Munição (2) _____

Quantidade de munição _____

Feixe (3) _____

Duração da eficácia _____

Mecanismo de eficácia _____

Escalonamento de alça _____

Desencadeamento (4) _____

Horário e cadências (5) _____

AO OAE — NÃO ATIRAREI (a)

Munição

Ordem do comandante do Grupo:

Espécies	EX PE	EX TE	FU	
Existente	624	150	90	
Creditada				
Fica existindo				

Comunicação ao escalão superior:

SEC. MRT. POS (3509) .
 GR NÃO ATIROU
 FORA DA Z.A.

(1) Se for o caso.

(2) Espécie, espoleta e quantidade para as baterias.

(3) Se "normal" não comandar.

(4) Sob uma das formas: quando pronto (QP), ao meu comando (AMC), tempo no objetivo (TO) e hora tal (H).

(5) Quando houver horário, não será dado o mecanismo de eficácia.

Observação — O S/3 verificou estar fora da zona de ação do Grupo o objetivo — Fora da zona só pode bater com autorização da A.D.

4ª Missão — AQ L I MT — L 0310 Do PV RD RAL — MTR POS 100 x 100 — NÃO POSSO OBSERVAR — EFI.

FICHA DE TIRO DO S/3

Origem do pedido: Hora do recebimento: _____ Missão n. 4
L₁ Hora do desencadeamento: _____ Data: _____

Missão de tiro:					Ordem do S/3	
MTR. POS 100 x 100					Aos calculadores e ao observador do tiro	
NÃO POSSO OBSERVAR EFI					Nome e n. da missão	CON ≠ 4
					Unidade que atira	GR
Decisões do S/3:					Unidade que regula (1)	
Transporte sobre o	PV				Quem observa (1)	
Dimensões do objetivo	100 x 100				Munição (2)	16 EX. 5 EI
Dimensões majoradas	150 x 200 (a)				Feixe (3)	CNV
N. de baterias	Grupo				Mecanismo de eficácia	Q4 (b)
Quantidade de munição	48 EX. 5 EI				Escalonamento de alça	ADC
Duração da eficácia	1 m				Desencadeamento (4)	AMC
					Horário e cadências (5)	
Munição					Ordem do comandante do Grupo:	
Espécies	EX PE	EX TE	FU			
Existente	624	150	90		Comunicação ao escalão superior:	
Creditada	48	—	—		CON ≠ 4 (5394) MTR POS — GR ATIROU	
Fica existindo	576	150	90			

- (1) Se for o caso.
- (2) Espécie, espoleta e quantidade para as baterias.
- (3) Se "normal" não comandar.
- (4) Sob uma das formas: quando pronto (QP), ao meu comando (AMC), tempo ao objetivo (TO) e hora tal (H).
- (5) Quando houver horário, não será dado o mecanismo de eficácia.

CA

Escrever
deste trab
as suas m
redividir
ferir a sed
como as d
para o int
mente, em
isto é, no
rial, repub
respectiva
vras, enqu
politicamen
de submiss
e do Impér
za para de
mia, princ
lar-se do j
com uma p
estradas, in
de capita
da explora
sertão. As
mentos poli
ciais, em
espírito da
causas de r
porque, prin
ponderam, n
na econom
daram adiar
com a evol
ões, é tradic
econômicas
e até se têm
com estas, o
suma, é qu
necessidades

N.R. —

PROBLEMAS DO BRASIL

Ten.-Cel. ADALARDO FIALHO

VIII

RAZÕES DE UM LENTO PROGRESSO

CAUSAS POLÍTICAS

Escrevemos, em outro capítulo d'êste trabalho, que o Brasil perdeu as suas melhores oportunidades de redividir o seu território e transferir a sede política da Nação, bem como as das Províncias ou Estados, para o interior do país, sucessivamente, em 1822, 1889 e em 1930, isto é, no início dos ciclos imperial, republicano e revolucionário, respectivamente. Em outras palavras, enquanto a Nação progredia politicamente, passando do regime de submissão ao da independência e do Império à República, nada fazia para desenvolver a sua economia, principalmente para libertar-se do jugo do oceano e lançar, com uma política de construção de estradas, imigração e chamamento de capitais estrangeiros, as bases da exploração de todo o seu vasto sertão. As fórmulas e pronunciamentos políticos e, ultimamente, os sociais, em conformidade com o espírito da época, têm sido sempre causas do retardamento d'êste país, porque, principalmente, não corresponderam, no tempo, ao estado de sua economia. Quase sempre andaram adiantados, descompassados com a evolução do Brasil. Entre nós, é tradicional solucionar crises econômicas com fórmulas políticas e até se têm desencadeado aquelas com estas, quando a política, em suma, é que se deve adaptar às necessidades e às realidades da

vida da Nação. E, para cúmulo dos cúmulos, essas fórmulas foram, quase sempre, importadas de plagas estrangeiras, pouco se acomodando ao quadro nacional.

No Império, a libertação dos escravos, ato essencialmente político, destinado a criar uma aureola de simpatia em torno da princesa Isabel e a preparar a sucessão do trono, causou um verdadeiro desajustamento econômico em todo o país. Milhares de braços escravos foram, com uma simples penada, libertados, sem que qualquer outro sistema de trabalho se houvesse previsto para substituí-los. A consequência inevitável foi a morte ou decadência de regiões inteiras e uma terrível depressão geral.

Na República, novo e arrasador golpe político, desfechado de chofre. De Império centralizado e unionista, que éramos, passamos à República federalista e até à autonomia municipal, para a qual, na época, não estávamos preparados. Copiamos uma Constituição alienígena, feita para outro povo, sem nos lembrarmos que esse outro povo estava em estágio cultural superior ao nosso, já gozava de franquias políticas e sociais que ainda não gozávamos, tinha adotado uma grande divisão político-territorial sobre um país fácil e há muito havia enveredado por uma política de livre importação de capitais e braços.

Os resultados não se fizeram esperar. A autonomia municipal, cedo concedida, propiciando liberalidades tais como o lançamento e cobrança de impostos municipais, desde logo taxados absurdamente, levou as populações do interior à exacerbação e, finalmente, à revolução. Surgiu Canudos, episódio no qual Antônio Conselheiro e sua mística nada mais foram que mero pretexto para o levante. Seguiu-se um presidencialismo rígido, também copiado, logo conduzido ao exagero, em oposição brusca ao parlamentarismo equilibrado e moderador do Império. Tal presidencialismo, desviando-se para o caudilhismo, não oferecendo alternativas à sucessão presidencial, cobrindo, pouco a pouco, as liberdades individuais, coarctando as dos Estados, teria necessariamente que solapar o moral da Nação e influir nefastamente em sua economia. Nova crise. Surge a fase revolucionária, ou melhor, surgem tantas crises e revoluções quantas são as sucessões presidenciais e as privações dos direitos de cidadãos e Estados. E por fim, o desajustamento econômico e social de nossos dias se deve, em grande parte, a novas fórmulas, desta vez de caráter social, embora, no fundo, ainda tragam uma origem nítidamente política.

CAUSAS SOCIAIS

A legislação social de nossos dias está próxima, guardadas as proporções, do ato de libertação dos escravos, na época imperial, quanto aos seus efeitos sobre a economia nacional. Adotando desde logo tudo o que há de mais avançado na matéria, mas aplicada, unilateralmente, ao trabalhador urbano, provocou, pelo desnível de condições sociais, o êxodo dos trabalhadores dos campos para as cidades, fenômeno social do qual a baixa de produção agrícola, a alta do custo da vida e o mal-estar geral foram as consequências imediatas. Nosso trabalhador rural nunca teve garantias efetivas para o seu trabalho. Muito menos assistência médica ou hospitalar. Desprovido de assistência técnica, de instrução e

sem recursos, seus produtos estiveram sempre mais ou menos à mercê de especuladores intermediários. O próprio fazendeiro, que é quem o auxilia, nas horas amargas, vê-se, também, impossibilitado de fazê-lo, muitas vezes, atirando-o ao desânimo. A nossa legislação social, repetimos, protege mais as populações dos grandes centros urbanos, em detrimento das populações do interior.

Mas mesmo a legislação aplicada ao operariado urbano teria sido adequada, oportuna, própria? Vejamos. As conquistas sociais, na Europa, surgiram lentamente, como consequência de condições de trabalho que se agravavam na razão direta do empobrecimento das terras e do aumento da população. Lá, a terra é exígua e pobre, porque supertrabalhada e a população densa. Deve produzir-se sempre mais, para alimentar muitos e trabalhando-se em espaço cada vez mais reduzido e exaurido. Seja na agricultura, seja na indústria, as condições de trabalho foram ficando cada vez mais duras, até que a consciência social despertou, criando leis como a da limitação das horas de trabalho e outras. Com elas, dava-se a todos a oportunidade de trabalhar, mas tornava-se mais humana as condições de trabalho. Em última análise, racionalizava-se o trabalho para que todos pudessem ganhar a sua vida e em condições mais suaves. O Brasil não só copiou essa legislação, como foi além, sobrepondo-se aos países de largo índice demográfico e de fraca área territorial. E, contudo, as condições aqui são diferentes das da Europa. Trata-se de um vasto país, escassamente povoado e no qual tudo está por fazer. Racionar o trabalho, aqui, é um atentado contra o progresso desta gigantesca terra, pois a falta de braços, como ainda há pouco, reconheceu-o Stefan Zweig, arguto observador, sempre foi, é e ainda por muito tempo será a sua principal deficiência. Nação sem reservas monetárias e precisando exportar, vale dizer, produzir, para obter as divisas estrangeiras com que pagar as suas importações vitais, a

limita
os ex
inglês
que p
legista
mundo
divorc
lidade

Long
contra
hora c
baldad
mões to
human
vida pa
procede
tempo
baldad
Não ser
dadeiro
lamento
ceadora
ladoras
mais co
de deve
este pa
rapuca
da Naci
passados
tende a
a brecha
dade e
Resumin
lise histó
através
uma plan
mento e
sucessiva
fertilizan
tados neg
volvimen
estão: o
e social p
vicioso qu
arbusto m

CAL

Voltand
enquan
mesmo p
mente, cr
fronte do
tas para
xamos o n
trague à
gitar de p
anad-lo,
mente. Na
má situaçã
e a deficien

limitação do trabalho, no Brasil, os excessivos feriados, as semanas inglesas e outras liberalidades com que pagamos o luxo de possuir a legislação social mais avançada do mundo, é, tudo quanto há de mais divorciado das necessidades e realidades do caso brasileiro.

Longe de nós a idéia de sermos contra tudo que signifique melhora das condições sociais do trabalhador brasileiro. Todos queremos tornar mais suportável, mais humano, mais cristão o fardo da vida para todos. Porém, devíamos proceder por etapas, espaçadas no tempo e contemplar tanto o trabalhador urbano, como o rural. Não será com leis sobre leis, verdadeiro cipoal de exigências, regulamentos e disposições, mais cerceadoras do trabalho que estimuladoras e protetoras do operário, mais codificadoras de direitos que de deveres, que desenvolveremos este país. Esse corpo de leis, carapuça mal assentada à economia da Nação, provinda de governos passados, aplicada unilateralmente, tende a aprofundar cada vez mais a brecha que separa o campo da cidade e estagnar a vida do país. Resumindo, para ficarmos na análise histórica, a imagem do Brasil, através dos tempos, tem sido a de uma planta em fase de desenvolvimento e à qual se tem aplicado sucessivamente doses excessivas de fertilizantes variados, com resultados negativos para o seu desenvolvimento. As consequências aí estão: o excesso de adubo político e social produziu, em vez do tronco vicioso que todos esperávamos, o arbusto mirrado.

CAUSAS ECONÔMICAS

Voltando ao ponto de partida, enquanto progredíamos e até mesmo nos excedíamos politicamente, cruzávamos os braços de frente do oceano, voltando as costas para o cerne da Pátria. Deixamos o nosso opulento interior entregue à própria sorte, sem cogitar de povoá-lo uniformemente, saneá-lo, explorá-lo convenientemente. Não se tratou de corrigir a má situação geográfica das capitais e a deficiente repartição territorial

do sertão com um sistema de comunicações que ligasse as longínquas regiões do país com o mar e as unisse umas às outras. O Brasil com 8.500.000 km² de superfície possui, hoje, apenas 290.000 km de más estradas de rodagem e 35.000 km de sofríveis vias férreas. Em todos os tempos se recorreu aos caminhos para ligar distantes províncias ao centro e unir povos. A Pérsia deveu a sua grandeza à estrada que, partindo de Susa, no Irã e passando por Thapsaco, no Eufrates e por Hatti, atravessava a Ásia menor e terminava em Efeso. Os romanos construíram as suas célebres estradas calcadas e que, em número de sete, punham Roma em comunicação com as extremidades do Império.

Na França, a derrubada do feudalismo foi seguida da construção de rodovias, que constituíram as bases da unidade da França. Mais recentemente, a América do Norte deve a conquista do seu "Far-West" e a consolidação da sua união ao seu colossal sistema de comunicações, que anda pela casa dos 500.000 km, só em ferrovias. Por toda a parte, as estradas não só contribuíram para a unidade nacional, como, passando por alto pela sua utilidade estratégica, permitiram a expansão da cultura, o estreitamento dos povos, o desbravamento do interior e a localização de agrupamentos humanos, principalmente nos seus cruzamentos. Onde quer que penetrassem, levaram sempre o progresso e a civilização. Voltando as vistas para o nosso país, começamos por registrar o milagre da unidade nacional. Custa a crer que o nosso povo tenha se mantido unido, num país de geografia dissociante e baldo de vias de comunicações. Até o fim do século passado era mais rápido ir a Mato Grosso por Buenos Aires. Foi só no começo deste século, com a construção da Noroeste que pusemos Mato Grosso a 5 dias da Capital Federal, em vez dos 20 ou 30 consumidos pela rota platina ou dos meses que gastava o percurso terrestre. A São Paulo-Rio Grande data do último

quartel do século passado. Ainda hoje, vai-se mais depressa a Goiás, passando por S. Paulo do que por Minas, caminho direto. A Central morreu em Pirapora. Para alcançar o Pará, ou o Amazonas, temos que recorrer às mesmas rotas das caravelas. Algumas iniciativas surgiram, servindo interesses locais, no Nordeste e a Leste. Porém, o quadro de conjunto é o de um arquipélago em que as ilhas ferroviárias são separadas por inúmeros e algumas vezes vastos intervalos, verdadeiros espaços mortos. No terreno das rodovias, nenhuma longitudinal ou transversal de sentido nacional, a não ser as que se construíram nesta primeira metade de século. A recente guerra mundial, por fim, veio provar que a viagem por terra, do Rio a Recife, só se pode fazer em 30 dias!

Nenhuma Nação pode fundar solidamente a sua economia, a sua unidade Política e até mesmo a sua independência, sem o concurso de uma densa rede de vias de comunicações. Entre nós mesmo temos um exemplo da influência das estradas na vida de uma região. O sistema que tem por centro a cidade de S. Paulo e que se estende nas direcções do Paraná, Mato Grosso, Goiás, Minas e Rio de Janeiro, é o modelo exato, em escala pequena, do que, tendo por centro a capital da República, localizada no planalto central, deveria se estender para o Norte, para Leste e para o Sul do país. A grandeza de S. Paulo funda-se no fato de ligar inexoravelmente o destino de 15 milhões de almas à sua capital por meio de densa e entrelaçante rede de caminhos. É visível, para quem viaja pelo interior dos cinco Estados circundantes de São Paulo, a sua dependência em relação ao grande Estado bandeirante.

Tudo lhes vem de S. Paulo, a influência deste, exerce-se até os mais longínquos rincões desses Estados e sobre tudo. Compreenderam-no os paulistas, homens de larga visão, quando, em 1930, por ocasião da revolução, refutaram

os pruridos separatistas do grande Estado, declarando que isso lhe seria funesto, pois, imediatamente se formaria em volta de S. Paulo terrível barreira alfandegária, que mataria as suas indústrias, em plena expansão.

AINDA É TEMPO DE REAGIR

Queremos crer que uma nova mentalidade se apossou dos homens do Brasil de hoje. Já temos planos nacionais de ferrovias, bem como de rodovias. Estas estão sob sadia orientação centralizadas no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. O recente conflito mundial, trazendos, com os submarinos, sérias advertências, vai nos fazendo dar corpo à ligação Norte-Sul. O plano SALTE, produto da união de vistas dos partidos nacionais, caso virgem em nossa história política, traz-nos grandes esperanças no setor das vias de comunicações e dos transportes. Praza aos céus que a electrificação esteja presente nesse plano, pois é a solução para um país pobre de carvão e rico de hulha branca, como o Brasil. Possuímos mais de 20 milhões de cavalos-vapor potenciais, ou sejam 50 % da força hidráulica de toda a América do Sul e das quais apenas 5 % ou um milhão, aproveitamos. Volta Redonda, que agora é uma realidade, poderá concorrer com enorme parcela de materiais nacionais para dar-se execução àquele Plano.

Só assim faremos algo de sólido, construindo para o futuro. Só assim venceremos a pressão dos fatores geográficos, que diversificam os aspectos económicos e sociais deste imenso país, impelindo-o para a desagregação.

Só são dignos do epíteto de civilizados os agrupamentos humanos que, pelo seu esforço próprio, venceram as forças e influências naturais, soerguendo ao máximo o grau de sua independência em relação ao meio ambiente.

Exte
pela P
influên
como
de em
compre
parte
profiss
são in

A P
ção obj
o home
como d
estudo
dos seu
e aptid
dade, e
qualqu
sua apl
ciso e
pleto d
portame
possibil
rendim
de pro
útil e o
seqüên
análise,
má qu
complex
de PER
DAR, A
AGIR,
conduz
des cap
que lhe
rentes.

Entre
principa
APREN
não há
curando,
cando, n
que o

PSICOLOGIA E APRENDIZAGEM

(PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS BÁSICOS)

Ten.-Cel. Antonio M. Coimbra

Extenso é o campo abrangido pela Psicologia, mas notável é sua influência, não só na Pedagogia como também na Didática — arte de ensinar. É inexplicável e incompreensível seu desprezo por parte daqueles que, por força da profissão, ora são instrutores, ora são instruídos.

A Psicologia, em sua conceituação objetiva, é a ciência que estuda o homem como ser vivo, porque e como ele faz tudo o que faz. É o estudo do homem como ser vivo, dos seus sentidos, das suas reações e aptidões, isolado e em coletividade, estudo que exige, desde logo, qualquer que seja o domínio de sua aplicação, o conhecimento preciso e tanto quanto possível completo de sua constituição, seu comportamento, suas habilidades, suas possibilidades e limitações, seu rendimento, enfim, o que é capaz de produzir máxima, mínima e útil e o que dele se pode, em consequência, exigir. É, em última análise, o ser vivo, uma perfeita máquina, extraordinariamente complexa, sensível e precisa, capaz de PERCEBER, SENTIR, RECOR-DAR, APRENDER, PENSAR e AGIR, faculdades, cujo estudo conduz à determinação psicológica das capacidades correspondentes que lhe são características e inerentes.

Entretanto, ao instrutor interessa principalmente a faculdade de APRENDER e, nesse particular, não há como negar que é vendo, ouvindo, pegando, cheirando e provando, isto é, através dos sentidos, que o ser humano adquire essa

eminente variável, individual e diferenciada capacidade.

Impõe-se, portanto, um conhecimento preciso e completo no que interessar possa à ação de aprender, dos sentidos humanos da VISÃO, AUDIÇÃO, TATO, OL-FATO e GUSTACÃO, base de uma apreciação objetiva razoável da máquina humana, visando selecioná-la convenientemente, ministrar-lhes os ensinamentos adequados ao seu tipo, constituição e tendências, e explorá-la com maestria em suas habilidades de aprender.

Surge daí uma Psicologia toda especial e particularizada ao fim que se tem em vista — aprender — e conhecida por PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM.

Mas, o que vem a ser aprender? É saber fazer as coisas certo, por isso que não é possível, é mesmo contra-senso, não forma sentido, a afirmativa — aprender errado — visto como quem aprende errado, necessariamente não aprende. Tão pouco forma sentido ensinar errado, pois, quem ensina errado, positivamente pode fazer tudo, menos ensinar!

Aprender é um processo de integração e seleção ou mais simplesmente, repetindo, é a capacidade de não fazer as coisas erradamente.

É fora de dúvida que o interesse facilita a compreensão é indispensável e a repetição necessária à ação de aprender. Daí as ações MOTIVAR, COMPREENDER, PRATICAR, que aliadas a uma adequada exploração dos sentidos

do homem, constituem os pilares e o arcabouço da aprendizagem.

MOTIVAR, significando interessar, despertar a vontade de aprender, participar intimamente da aprendizagem, tornar a aprendizagem simples, fácil, atraente, sugestiva. Do verbo decorre o ato **MOTIVAÇÃO**, que é máxima quando o instruindo crê que "aprende o que quer aprender".

Mas, será possível interessar alguém que não consegue compreender aquilo que se deseja que aprenda? Necessariamente não! A compreensão desperta e complementa o interesse. **COMPREENDER** é ação inseparável e sem a qual a motivação é fracasso certo. É pela associação e seqüência lógica e racional das idéias, pela simplicidade, partindo do simples para o complexo, do conhecido para o desconhecido, do concreto para o abstrato, pela afetividade, respeito ao amor próprio, conhecimento profundo de suscetibilidades, dedicação, sinceridade e honestidade, que o instrutor não só se impõe ao crédito do instruindo como também atinge e coroa a razão de ser da instrução: — a aprendizagem.

Entretanto o despertar exclusivo do interesse não basta à aprendizagem, exigindo a compreensão o ensino que pode assumir diferentes formas e associar métodos e processos, em mecanismo capaz de, com o mínimo de dispêndio, obter o máximo de rendimento.

A motivação e compreensão são atos intercorrentes e indispensáveis à aprendizagem, que seria integral e para sempre parte do instruindo, não fora a faculdade de esquecer de que é dotada a máquina humana. Somente a prática através da repetição óbvia, em muito, os inconvenientes decorrentes do esquecimento e daí a importância de **PRATICAR** com a significação de **REPETIR**, mas repetir

inteligente e oportunamente sem fatigar e desinteressar, garantia segura de uma aprendizagem eficaz e duradoura.

As considerações anteriores, convenientemente expressas, nada mais constituem que os princípios pedagógicos básicos, mandamentos inseparáveis do instrutor realmente dotado dos atributos e qualidades que podem ser adquiridos ou aperfeiçoados, mas de certo modo um privilégio que a natureza não se manifesta tão pródiga como seria de desejar.

Cumpra, pois, ao instrutor, quer no planejamento, quer na execução, quer na supervisão da instrução, jamais olvidar, naquilo que forem aplicáveis, os princípios pedagógicos básicos, sempre de frutos esplêndidos e por isso mesmo, um prazer de citação:

1 — **SELECIONAR JUDICIOSAMENTE O QUE ENSINAR** (Eliminar o supérfluo do necessário. Ater-se às idéias básicas).

2 — **PARTIR DO SIMPLES PARA O COMPLEXO, DO CONHECIDO PARA O DESCONHECIDO, DO CONCRETO PARA O ABSTRATO.**

3 — **INTERESSAR O INSTRUINDO NA APRENDIZAGEM FAZENDO-O DESCOBRIR O QUE SE QUER QUE APRENDA.**

4 — **ASSOCIAR AS IDÉIAS DE MODO A SE TORNAREM COMPREENSÍVEIS.**

5 — **REPETIR COM OPORTUNIDADE O ESSENCIAL A RETER.**

6 — **ATUAR SOBRE A SENSIBILIDADE DOS INSTRUINDOS** (Manter-lhes o moral alto).

Princípios que, como sumariamente vimos, são uma resultante da investigação psicológica da faculdade de aprender do ser humano e que, complementados pela conveniente e oportuna exploração de seus sentidos, conduzem ao rendimento "optimum" da instrução realmente orientada ao instruindo.

BANCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SANTA CATARINA S/A

Agência do Rio de Janeiro — Rua Visconde de Inhaúma n. 134-C.

ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE

a) tal env
exige t
bilidade
consequ
para o
justame
dade br
ao solu
vidas:

b) A
mos im
negativa
Profis
não hav
vida mi
Intelec
de conhe
cientes p
dar, equ
assunto.

c) Vi
trições,
marcial
fim de q
dades ap
resolvida
hauridos
Em face
da certez
dores de
que hone
encarar e
tanto nos

II — I

A) Int

1 — O
Sua class
2 — A
3 — O
apreciação
4 — A
valor. Seu

É O EXÉRCITO FATOR DE DESPOVOAMENTO DOS CAMPOS?

Cap. AUGUSTO DE OLIVEIRA PEREIRA,
da E.E.M.

I — APRESENTAÇÃO

a) O problema proposto é de tal envergadura, e a resposta a ele exige tamanho senso de responsabilidade, em vista de suas possíveis consequências de poder contribuir para o estudo da solução dos desajustamentos observados na sociedade brasileira, que se apresentou ao solucionador uma série de dúvidas:

b) *Morais*: com receio de darmos imediata resposta positiva ou negativa à tese proposta;

Profissionais: na incerteza de não havermos observado em nossa vida militar o fato social fixado;

Intelectuais: por recarmos falta de conhecimentos sociológicos suficientes para podermos situar, abordar, equacionar e solucionar o assunto.

c) Visando eliminar estas restrições, sentimos necessidade primordial de planejar sua solução, a fim de que cada uma das dificuldades apresentadas fossem sendo resolvidas à luz dos conhecimentos hauridos nos documentos e livros. Em face desta base intelectual e da certeza de que éramos possuidores de uma soma de observações que honestamente nos permitiriam encarar e resolver o problema, a tanto nos aventuramos.

II — PLANO DE TRABALHO

A) Introdução

1 — O fato social em questão. Sua classificação.

2 — A lei social e sua fixação.

3 — O método seguido para apreciação do fato social.

4 — A pesquisa sociológica e seu valor. Seus processos.

B) Sociologia Militar

- 1 — O Exército e sua ação.
- 2 — A relação dos indivíduos com o Exército.
- 3 — Algumas conclusões.

C) Aplicação do método de pesquisa e suas conclusões

- 1 — Os grupos econômicos.
- 2 — Aspectos fundamentais de apreciação.
- 3 — As observações nos grupos.
- 4 — Conclusões parciais.

D) Resposta ao problema

- 1 — A mobilidade rural e suas causas.
- 2 — Como a Sociologia pode contribuir para a sua solução.
- 3 — O que cabe ao Exército fazer.
- 4 — O que cabe à Política fazer.

III — DESENVOLVIMENTO

A) Introdução

1 — O fato social em questão. Sua classificação.

O Exército Brasileiro é um fator de despovoamento dos campos?

É isto um fato social, na sua acepção, de motivo de indagação da Sociologia? É um fenômeno social que se produz na sociedade, e aí pode ter papel de causa e efeito?

É durável ou transitório? Em que classe de relações se inclui este fenômeno?

a) Nas relações entre um fenômeno social e outro fenômeno social?

b) Nas relações entre um fenômeno e o meio?

c) Ou nas relações entre um fenômeno social e o homem?

Respondemos, ao primeiro quesito, que estamos em presença de um fato social transitório, e a classe de suas relações é a de um fenômeno social com outro fenômeno social.

2 — A lei social e sua fixação.

Sempre que admitimos a existência de um fato social e estudamos os fenômenos sociais, procuramos estabelecer uma relação constante, de um tipo qualquer. Uma vez estabelecida esta relação, podemos afirmar sua natureza e a conclusão será uma lei social. Que expressão terá essa lei? A de uma relação constante entre um fenômeno social e quaisquer dos seguintes elementos: outro fenômeno social, o meio ou o homem. É então por excelência uma lei objetiva, pois exprime o que objetivamente se passa na sociedade, friamente, sem outras cogitações. Poderemos, então, dizer, que se a conclusão do presente estudo nos conduzir a uma afirmativa, poderemos estabelecer a lei social que rege este fenômeno. Se a uma negativa, não existirá o fato social com a amplitude que se lhe quer atribuir.

3 — O método sociológico. Suas regras.

Já que estamos em presença de um fato social, e que nossa finalidade é estabelecer qual a lei social que rege este fenômeno, como chegaremos a isto?

Por um único caminho: adotando um método de solução, que no caso, tem que ser um método peculiar à Sociologia, o método sociológico. Mas o método está ligado a uma escola sociológica e qual delas nos convém? A escola mecanicista? a da reforma social? a geográfica? a organicista? a bio-social? a economicista? a do psicologismo? a racista de Gobineau e Gunther? ou a moderna escola sociológica de E. Durkheim?

Seguiremos aqui, as regras e indicações do método sociológico de Durkheim por nos parecer mais consentâneo com o tema proposto. As regras de seu método resguardam o *objetivismo desinteressado* que no fundo é a verdadeira essência do conhecimento sociológico.

Assim: é preciso considerar os fatos sociais como coisas, coisas que existem, surgem ou são impostas, independentes da nossa vontade e da nossa consciência; que os fatos se manifestam em grupos; é necessário aceitá-los como objeto de conhecimento e não de julgamento; abordar o fato sem prenoções; uma vez admitida a existência do fato, investigar sua natureza e suas relações com outros fenômenos, pois não há Sociologia sem pesquisa, e que é necessário isentar os estudos de manifestações pessoais.

Assim, sendo o Exército um fenômeno social e a vida rural, sob qualquer aspecto, outro fenômeno social, se apontarmos o fato social do despoamento do campo, estamos perante uma relação sociológica complexa, porque, por si só, conduzirá a outras múltiplas relações que serão tratadas quando falarmos de Sociologia Militar.

4 — A pesquisa sociológica. Seu valor e seus processos.

É lógico concluir que o Sociológico, se transformando, para fins de pesquisa num laboratório, se apresentará como vastíssimo campo de observação, pois é todo o imenso espaço social a encarar. Ora, a pesquisa nada mais é que um levantamento em torno de um fato social, porém, este levantamento não é empírico: possui processos indicados para cada tipo específico do fato social. Dêstes processos de pesquisa, três sobressaem os demais: o da pesquisa indireta (a base de outras pesquisas já realizadas); o da pesquisa direta (presupondo a presença, no campo social, do pesquisador e do pesquisado); e o de observação participante (em que o pesquisador toma parte na vida e ambiente do pesquisado).

Ora, os processos de pesquisa que foram adotados na apreciação do caso em foco, são dois: o da pesquisa direta e o de observação participante.

O da pesquisa direta, pela circunstância da Regulamentação Interno e dos Serviços Gerais do Exército (art. 156, item 6) vem caracterizar "que o Capitão Comandante

da Sub-unidade como uma ser o chefe nascerem a nhecimento cularidades cidades e seus elem

O de c pois o mel o homogêni siação mlti hábitos, qu nizado em dades, que ambiente, q em relação exemplos t cavalaria, c (fronteira) rente do so Forte de Co ponto de a de Infanteri Amazonas n lhança com das do Rio sentido amp lógicas n ção, saúde,

Assim, cit ploa, para m versificação multiplicidac ser examina razão disto, far este ensi somente que Sociologia M

B — Socio

1 — O Er

Antes de e responsabilid despoavamen te faz que, n talhes ou expl em tese, os ti existem no E os largos hor sentam no hor quartel.

a) A hiera conscrito obs hierárquica, v gento, subten ternos, capitão generais, e su fazer para se

da Sub-unidade deve considerá-la como uma família, da qual deve ser o chefe enérgico e justo". Daí nascerem as ligações íntimas, o conhecimento minucioso das particularidades, possibilidades, necessidades e reações de cada um de seus elementos.

O de observação participante, pois o meio militar apesar de uno e homogêneo, obriga a uma aquisição mútua de costumes, regras e hábitos, quer do meio militar organizado em relação aos novos soldados, quer em relação ao meio ambiente, quer dos soldados novos em relação àqueles. Vejamos dois exemplos típicos: um soldado de cavalaria, do Rio Grande do Sul (fronteira) é absolutamente diferente do soldado de artilharia do Forte de Copacabana, em qualquer ponto de apreciação. Um quartel de Infantaria na fronteira do Alto Amazonas não tem qualquer semelhança com o do Batalhão de Guardas do Rio de Janeiro. Isto num sentido amplo de "habitat", de contingências mesológicas, alimentação, saúde, ligações morais, etc.

Assim, citamos estes dois exemplos, para mostrar que grau de diversificação se apresenta e que multiplicidade de aspectos terão de ser examinados para se concluir a razão disto. Quase empolga o tentar este ensaio mas aqui diremos somente que existe de fato uma Sociologia Militar a ser estudada.

B — Sociologia Militar

1 — O Exército e sua ação.

Antes de encarar o problema da responsabilidade do Exército pelo despovoamento dos campos, mister se faz que, rapidamente, sem detalhes ou explicações, relacionemos, em tese, os tipos de atividades que existem no Exército, para perceber os largos horizontes que se apresentam ao homem quando entra no quartel.

a) *A hierarquia militar*: o conscrito observa a grande gama hierárquica, variando do cabo, sargento, subtenente, oficiais subalternos, capitães, oficiais superiores, generais, e sabe o que necessário fazer para se ascender a ela: in-

teligência, estudo, capacidade física, esforço, caráter, energia, etc.

b) *A graduação econômica*: ao mesmo tempo ele toma conhecimento de que, quanto mais alta a graduação, maiores os vencimentos, e com isto: maior amparo à família, melhor educação aos filhos, mais conforto e mais diversões, etc.

c) *A escala social*, com sua dupla base militar e da sociedade, ele vê que o simples soldado, por fatores vários, não frequenta a mesma sociedade dos seus superiores e daí: rebaixamento do seu nível social, frequência em lugares condenáveis, conhecimentos depressivos, doenças venéreas, etc.

d) *A escola educacional*, só para se falar no seu âmbito alfabetizador. Entra analfabeto e sai alfabetizado.

e) *A escola de alimentação e higiene*, só para tocar em seus aspectos simples. Aprende a alimentar-se e cuidar de si e da sua saúde.

f) *A escola de nacionalismo, civismo e patriotismo*, em suas manifestações mais lógicas e públicas. Entra um indivíduo e sai um brasileiro.

g) *A formação profissional militar*, no sentido amplo, pois teremos que nos deter nela mais detalhadamente. Entra civil e sai militar.

Isto é o mínimo que teríamos a encarar no terreno descritivo de atividades militares, para só falar no que ao soldado se depara num quartel.

Que devemos concluir daí? Que seja qual for o tipo ou nível do soldado, ele sofre uma evolução física, moral, espiritual e profissional, ou pelo menos, recebe informações laterais de conhecimento que não possuía. Melhora pois. Ninguém, nem nada, poderá fazer com que haja uma involução, uma regressão em qualquer sentido, após um licenciamento de uma classe. Há um tipo de instrução, de educação, de espírito coletivo, de vida em comunidade, de amizade que, por si só, constitui evolução.

2 — O Exército e suas relações com os indivíduos ; a especialização militar.

Ao se encarar, modernamente, um Exército, este deve ser olhado como um campo de *experimentação de materiais e homens*, com o fim de preparar a Nação para a guerra. Partindo da idéia da guerra total, guerra econômica, guerra industrial, científica, técnica; guerra moral, psicológica, de propaganda; guerra fria na paz, espionagem, quinta coluna, etc. ... fácil será concluir que dentro dos diferentes organismos do Exército, todas estas questões têm de ser abordadas, estudadas, manuseadas e praticadas. É desnecessário enumerar aqui os organismos superiores que delas tratam.

Vamos cair diretamente nos corpos de tropa, por interessar imediatamente ao tema proposto: escola de instrução e da preparação militar, para o combate. Ainda assim, qual das armas iremos considerar: Cavalaria, Artilharia, Engenharia, Infantaria, Blindados, Transmissões, Guerra Química?

Vamos restringir mais ainda o problema. Tomemos uma unidade de Infantaria: um Regimento de Infantaria e nela relacionemos algumas das especialidades, isto é, atividades militares que exigem uma instrução separada e peculiar para cada um de seus tipos, para ficarmos cientes de que um soldado ao entrar, tem que ter uma classificação militar, ter uma especialidade militar, para que cada um faça bem uma coisa, a fim de tomar parte exercendo uma função específica na fração orgânica que funcionará como um todo; que estas frações se agruparão formando um conjunto que terá de operar com eficiência etc., etc. Relacionemos algumas delas:

Motorista de viatura-automóvel;
Telefonista;
Radiotelegrafista;
Mecânico de viatura-automóvel;
Elettricista;
Observador;
Soldado de guerra química;
Soldado do Serviço de Saúde;
Soldado cozinheiro;

Soldado especialista de Arma-mento (obus 105, canhão 57, morteiro 81, etc.);

Desenhista;
Dactilógrafo, etc.

Estas especialidades impõem técnica de um material industrial ou científico, *absolutamente desconhecida* ao homem. Ora, só por isto, a apreciação de um objeto desconhecido, fruto de uma *técnica industrial desconhecida*, dará muito que pensar a este homem. Após sua formação como especialista, exercerá função até a época de licenciamento.

Vamos, então, admitir que um jovem recruta, normal, lavrador, teve capacidade de se tornar um motorista de viatura-automóvel e, como tal, é categorizado para a reserva. Terminou a função militar, findou a ação do Exército, dando-lhe uma elevação de nível técnico que de modo algum prejudicará a função de lavrador, muito pelo contrário, poderá até auxiliá-lo para a mecanização de sua lavoura. Porém, este homem não voltou ao campo, pelo muito simples motivo seguinte: enquanto que no campo ele é escravo de alguém, na cidade é um categorizado, solicitado por todas as organizações automobilísticas. É o Exército responsável por este desajustamento?

O Exército em si próprio, como organização altamente evoluída, tecnicamente falando, estará tão *activa* do nível cultural e técnico da nação que *desajustará* os homens que nele ingressaram? É este desajustamento negativo, no ponto de vista técnico, educacional, cultural, etc. Sim ou Não? Que se passa então no quadro social da Nação?

3 — Primeiras conclusões:

De tudo o que vimos dizendo aqui, já podemos chegar a algumas conclusões que nos ajudarão a ir restringindo o natural desejo de análise para chegarmos a uma síntese.

a) O Exército é, no campo social, a mais ampla escola de *educação técnica* do país, pois recebe homens de todos os níveis, seleciona-os, dá-lhes instrução, impõe-

lhes p
exigir
seus l
moto-

São,
homem
é a o
que a
Quanto
fistas,
todas
dadore
mecâni
ros, vet
tregues
ção que
mais e
de ama
tísticas
ser reve
vez ho
mais r
pela ob
cito.

Porém
o seguin
ou não
em seu
mens de
o seu m
aparente
dido po
inicial é
tiva, ain
tros aspe
tal do p
econômico
ajustar t
ficar sua
b) É
cível d
as que ti
ples acer
instruir, r
genizar, r
pátria, de
cional).

c) O
social vie
de adap
componen
loais nun
civilização
adapta-se
neio amb
condensa
humanas
tém, divul
de normas
qualquer p

lhes produção e, sem nada mais exigir, manda-os de retorno aos seus lares. E o ciclo prossegue em moto-contínuo.

São, anualmente, quase cem mil homens que por ele passam. Qual é a outra organização não militar que apresenta esta produção? Quantos motoristas, rádio-telegrafistas, rádio-mecânicos, artífices de todas as categorias (torneiros, soldadores, carpinteiros, etc., etc.), mecânicos, dactilógrafos, enfermeiros, veterinários, etc., etc., são entregues à Nação, sem outra intenção que a de prepará-la, num nível mais elevado, para os maus dias de amanhã? Estes dados, as estatísticas desta produção, não podem ser revelados. Se o pudessem, talvez houvesse mais compreensão, mais respeito e mais admiração pela obra técnico-social do Exército.

Porém ao que queremos chegar é o seguinte: A Nação brasileira está ou não está preparada para receber em seu seio um contingente de homens de nível mais evoluído que o seu nível médio? Se este fato, aparentemente simples, é respondido por uma afirmação, a tese inicial é falsa. Se por uma negativa, ainda temos que verificar outros aspectos, tais como nível mental do povo, índice cultural, bases econômicas, etc., etc., a fim de ajustar todos os fenômenos e verificar suas relações.

b) É o Exército um fator indiscutível de evolução do homem, seja de que tipo for, seja na mais simples acepção deste termo (educar, instruir, alfabetizar, alimentar, higienizar, dar espírito coletivo, de pátria, de sentimento de defesa nacional).

c) O Exército é um organismo social vivo, de absoluta capacidade de adaptação. Disperso, com seus componentes por todo o país, em locais nunca antes penetrados pela civilização, ajusta-se, amolda-se, adapta-se, por múltiplas formas, ao meio ambiente; assimila, absorve, condensa as características sócio-humanas dos seus conscritos; mantém, divulga e exige o cumprimento de normas específicas militares, em qualquer ponto do território.

São estas as primeiras conclusões.

Passemos, agora, a relatar as nossas observações.

C — A aplicação dos processos de pesquisas e suas conclusões.

1 — No estudo abaixo, dividiremos as observações por grupos, de acordo com suas características econômicas:

a) Grupo econômico à base de indústria e comércio (D. Federal e S. Paulo).

b)) Grupo econômico agropecuário (Paraná e Rio Grande do Sul).

c) Grupo econômico misto (Pernambuco); tudo de acordo com as guarnições em que servimos, a saber:

Grupo a — Rio de Janeiro e Pindamonhangaba.

Grupo b — Ponta Grossa, Foz do Iguaçu e S. Leopoldo.

Grupo c — Recife.

2 — Na apreciação dos fatos, devemos ter em conta os seguintes aspectos fundamentais:

a) O recrutamento feito no local, isto é, o soldado reside e trabalha num raio de duas (2) horas de viagem, por qualquer meio de transporte local (menos avião).

b) O recrutamento é feito em locais distantes, exigindo verdadeiras correntes migratórias, isto é, o soldado é obrigado a deixar sua família, seus trabalhos, suas propriedades por um espaço de tempo de um ano.

c) O nível econômico da região em que vivia o recruta é superior, igual ou inferior à região do quartel.

d) O meio educacional, ambiente de família, formação religiosa é, acima de tudo, do tipo de ascendência paterna sobre os filhos, principalmente em núcleos coloniais estrangeiros (alemão, polonês ou italiano), em que isto se pronuncia incisivamente.

Isto pôsto, teremos sempre em mente quatro ordens de idéias:

1º) O grupo econômico onde se deu o recrutamento;

2º) O deslocamento do recruta;

3º) O nível econômico das regiões da recruta e do quartel;

4º) A educação doméstica da recruta.

3 — As observações.

Grupo a:

(1) Batalhão-Escola — Rio de Janeiro — 1935 — 150 recrutas, sendo a maioria da região S. do Espírito Santo e N. do Estado do Rio de Janeiro. Quase todos regressaram aos seus lares. Não houve demasiada atração pela vida da cidade.

(2) Batalhão de Guardas — Rio de Janeiro — 1937 — aproximadamente 90 recrutas, em sua maioria do Nordeste. Quase todos quiseram ficar no Rio, em empregos nas organizações militares locais (Policia, Policia Municipal, Guarda-Civil).

(3) 1º Batalhão de Carros de Combate — S. Paulo — Pindamonhangaba — 1944 — aproximadamente 100 recrutas, em sua maioria da cidade de S. Paulo. Todos regressaram aos seus locais de origem.

Grupo b:

(1) 13º R.I. — Paraná-Ponta Grossa — 1936 — 90 recrutas, de origem alemã ou polonesa, agricultores ou criadores de gado. A quase totalidade retornou aos seus lares.

(2) Companhia de Fronteiras do Iguaçu — Paraná — Foz do Iguaçu — 1937 — 200 recrutas. 80 % do interior do Paraná, região W de descendência alemã ou polonesa; 10 % da própria região: misto brasileiro-paraguaio.

Mentalidades absolutamente diversas: aos primeiros, os outros chamavam "polacos"; aos segundos, os primeiros chamavam "paraguaios".

Todos os 90 % retornaram aos seus lares.

(3) 8º Batalhão de Caçadores — Rio Grande do Sul — S. Leopoldo — 1939 — 90 recrutas, de áreas próximas (Novo Hamburgo, Taquari, Canela) e do próprio município. Descendência alemã ou italiana, grupos estes de mentalidades, maneiras e costumes inteiramente diferentes. A totalidade regressou aos seus lares.

Grupo c:

1º Batalhão de Carros de Combate — Pernambuco — Recife — 1942, 1943, 1944. Foi este o grupo mais complexo, e por isso, desde aquela ocasião, mereceu cuidadosa apreciação de nossa parte. Possuía elementos absolutamente heterogêneos, dentre os 290 homens de nossa Cia. de Carros de Combate.

A maioria era de Pernambuco, oriundos da zona do sertão, da área de criação de algodão, dos canaviais, dos engenhos e usinas, de fábricas de tecidos, de oficinas mecânicas e de fundição, moradores de mucambos. Um complexo humano, de características diversas e de baixo, baixíssimo nível econômico. Uma certa parte (30 homens), da Paraíba: analfabetos, sem profissão, brigões e extremamente suscetíveis à menor observação. Uma outra parte (30 homens) de Alagoas: sem profissão, analfabetos, retraídos e desconfiados. Do núcleo pernambucano, ressaltava o seguinte: quando alguém, dos mais pobres, morador de mucambos, pedia dinheiro emprestado (em virtude de grande número de pedidos de dinheiro, tínhamos que limitar ao máximo de Cr\$ 50,00 essas provas de solidariedade), em situações de crise, e nós não satisfazíamos o total das necessidades, reagiam violentamente pela recusa da parte que lhe era oferecida: ou tudo ou nada. Custamos muito a conformar-nos com isto, e só após muito tempo conseguimos compreender este fato e passamos a orientá-los do seguinte modo: que o dinheiro que pudesse dispor para tantas necessidades era limitado, que o dinheiro era do Capitão e portanto, particular; que este não tinha obrigação de fazer isto; que o Capitão não dispunha de uma verba especial para este tipo de solidariedade, etc.

Para eles o Capitão tinha muito poder e muito dinheiro! Que ilusão! Quanto custou tirá-la desses soldados...

Estes homens podem ser bem lembrados: os que deixaram mulher, filhos e propriedades, regressaram aos seus lares; aqueles cuja

famil
dênci
dênci
mais,
de ig
com u
torist
man
vier
Paulo
Rio e
rém,

4 —
Pod
guma
vaçõe

1 —
mica
perior
quart
seus l

2 —
famili
grand
nas z
mas e
savam

3 —
a sua
(mulh
tornav

4 —
lidade
stritos
retorn

5 —
vam
mente
analfa
fissão
civil,
para
car o

6 —
litari
ambie
neces
apesar
milar

D —

1 —
crisad

Não
a caus
que a
nas ci
vem d
ora e

família os assistia com correspondência e cujos pais tinham ascendência, voltavam também; os demais, que chegaram na estaca zero de ignorância e pobreza, e saíram com uma profissão (mecânicos, motoristas, etc.) e alfabetizados, permaneceram na cidade e quando vieram com o Batalhão para São Paulo, ficaram alguns lá, outros no Rio e os demais regressaram, porém, para o Recife.

4 — Conclusões parciais.

Podemos, já agora, chegar a algumas conclusões sobre as observações efetuadas.

1 — Quando a situação econômica da região de origem era superior à da região da sede do quartel, os homens regressavam aos seus locais de origem.

2 — Quando a ascendência da família (mórmente do pai) era grande, de modo quase absoluto nas zonas coloniais polonesas, alemãs e italianas, os homens regressavam aos seus lares.

3 — Quando havia sido deixada a sua propriedade e a sua família, (mulher e filhos), os homens retornavam ao seio de suas famílias.

4 — Quando havia incompatibilidade regional, com acidentes ou atritos pessoais, os homens também retornavam.

5 — Quando os homens chegavam já desajustados, economicamente falando, sem profissão ou analfabetos e adquiriam uma profissão que lhes renderia na vida civil, ficavam ou no local ou iam para outro lugar onde pudessem aplicar o que aprenderam.

6 — Quando gostavam, sem utilitarismo material, da vida e do ambiente militar, queriam permanecer nas fileiras por mais tempo, apesar do futuro para eles se limitar à graduação de sargento.

D — Resposta ao problema.

1 — A mobilidade rural e suas causas.

Não é propriamente o Exército a causa da mobilidade rural, pois que apesar dos quartéis ficarem nas cidades e localidades, estas vivem do ambiente econômico local, ora em áreas agrícolas, ora em

áreas pecuaristas ou em áreas industriais.

Se observarmos o Rio de Janeiro, com dois milhões (2.000.000) de habitantes e com quartéis que totalizam no máximo, por ano, vinte mil (20.000) recrutas, veremos que o crescimento da sua população, à base da mobilidade rural, nem de leve pode ser imputado a esta quantidade de homens. As causas são outras e serão bem apreciadas pelas respostas às seguintes perguntas:

a) Qual o preço do produto no centro da produção e quanto ganha o distribuidor no centro de consumo?

b) Qual o crédito do lavrador no interior em comparação com o crédito de comércio e de imóveis nas cidades?

c) Qual a assistência médica, sanitária, hospitalar e escolar do interior em face das mesmas das cidades?

d) Qual a projeção social do trabalhador, honesto e patriota homem do campo em face do operário sindicalizado da cidade?

2 — Como a Sociologia pode contribuir para sua solução.

Justamente estabelecendo as leis sociais que estes problemas criaram, e apresentando as recomendações para a correção desses desajustamentos.

3 — O que cabe ao Exército fazer.

No nosso fraco entender, nada, por isso que ele, Exército, em qualquer lugar, época ou contingência, continua a exercer o seu único papel: *Fazer a evolução do homem, de cidadão para soldado.*

Podem ser adotadas as soluções mais simplistas:

quartéis de intendência e subsistência nas áreas agrícolas;
quartéis de cavalaria e veterinária nas zonas pecuaristas;
quartéis de unidades blindadas e mecanizadas de mecânicas várias nas áreas industriais;

quartéis mistos nas áreas mistas. Nada disto adiantará.

Permanecem de pé aqueles aspectos fundamentais já citados nas

conclusões parciais do capítulo anterior.

4 — O que cabe à Política fazer :

É problema complexo e não cabe, por insuficiência do autor, senão umas observações simplistas :

1 — Aumentar o crédito de produção (agrícola, pecuarista e extrativa);

2 — Limitar, legalmente, o número de intermediários por taxações progressivas em função do número deles.

3 — Congelar os lucros do vendedor de produtos do campo, re-

vertendo este dinheiro ao crédito de produção.

4 — Estender às zonas agrícolas as redes hospitalares, sociais e educacionais.

5 — Ampliar, muito mais, a rede de transportes do interior ao invés de melhorar o luxo e conforto dos transportes urbanos.

6 — Enfim, administrar no sentido do bem coletivo, da massa inerte e desamparada do homem do campo, e não, exclusivamente, em benefício de grupos ou agrupamentos citadinos que dão votos nas eleições e que têm que ser agradados "a outrance".

PANIFICAÇÃO SANTA CATARINA

FRANCISCO DA COSTA



☆

PAO, DOCES, BISCOITOS FINOS E DE
TODAS AS QUALIDADES, ROSCAS,
BOLACHAS E BOLACHINHAS
DE AGUA E SAL

☆

PANIFICAÇÃO MECÂNICA MOVIDA A ELETRICIDADE
RUA DA AMÉRICA, 235 — TELEFONE: 43-2006
RIO DE JANEIRO
FUNDADA EM 1940

MOBILIARIA

IMBUIA

MÓVEIS E DECORAÇÕES — VENDAS A VISTA E A PRAZO

J. VODOVOZ e G. CYWIAK Ltda.

RUA DO CATETE, 215 — FONE 25-2497 — RIO DE JANEIRO

Uma
rículos
de nos
sem d
essenci
tadame
peito à
o preju
conside
econôm
prios in
mais ai

Nas
tado é
poderes
desconh
sima,
demago
dos neg
aos mal

Aos m
são, hoj
mente p
nacional
fator eco
papel q
quadro
tica, esp
juntos a
quentes

O con
lítica mo
essencial
de saúde
cional, m
lítico vig
que está
ral dos
da políti
vernos ex
ação sob
man, o
contempo

De fato
lítica mo
cional se

O MEIO CIRCULANTE E O CUSTO DA VIDA

Cel. J. B. MAGALHAES,
da Reserva de 1ª Classe do Exército.

Uma das maiores falhas nos currículos de preparação intelectual de nossos cursos de formação é, sem dúvida, a ausência de noções essenciais de economia política, notadamente quanto ao que diz respeito à moeda. Para medir-se bem o prejuízo daí decorrente, basta considerar a importância do fator econômico na vida social e dos próprios indivíduos. Basta considerar, mais ainda, o papel do dinheiro.

Nas democracias, em que o Estado é dirigido por delegação de poderes a certos indivíduos, esse desconhecimento é lacuna gravíssima. Facilita a especulação dos demagogos das finanças e o êxito dos negociistas, sujeitando a Nação aos mais graves erros políticos.

Aos militares tais conhecimentos são hoje indispensáveis, não somente porque a capacidade bélica nacional depende precipuamente do fator econômico, como por causa do papel que eles desempenham no quadro geral da política democrática, especialmente nos países sujeitos a crises, mais ou menos frequentes e intensas.

O conhecimento dos fatos da política monetária é-lhes, por certo, essencial, pois que ela mede o grau da saúde, não só da economia nacional, mas de todo o sistema político vigente no país, dependente que está do valor intelectual e moral dos governantes. É por meio da política monetária que os governos exercem principalmente sua ação sobre o país, disse R. Schuman, o notável estadista francês contemporâneo.

De fato, pois a influência da política monetária na existência nacional se revela principalmente

através do custo da vida. Do custo em dinheiro e do custo em facilidades ou dificuldades de se viver a vida. ...

Temos disto, nós brasileiros, farta experiência. Experiência que precisamos compreender para não limitar as nossas reações contra os desregramentos da política, às simples atividades de reclamação de aumento de salários e vencimentos. De que valem esses aumentos se a moeda perde o seu valor?

Certamente, não é só do volume do meio circulante que depende o custo de vida. Há fatores físicos, políticos e psicológicos também nele influentes. Mas, aqueles, de que resulta o valor aquisitivo, o poder de compra da moeda, é preponderante. Tem ação persistente. É apenas mais ou menos modificado pelos outros fatores.

Para ver a correlação existente entre o volume do meio circulante e o custo da vida, dada uma situação econômica qualquer mantida inalterada para o cômputo da riqueza nacional, basta considerar os seguintes dados, extraídos de uma publicação da Câmara de Comércio Britânica de São Paulo, reproduzidos do "Jornal do Comércio" que os publicou e comentou.

—o—

"A informação quinzenal da Câmara Britânica do Comércio de São Paulo focaliza a conjuntura do país no tocante ao custo da vida. Ao mesmo tempo, divulga os índices relativos ao crescimento do volume do meio circulante, no período compreendido entre 31 de dezembro de 1945 e 30 de junho último.

Começemos por onde deve ser começado, reproduzindo as séries numéricas insertas na circular da Câmara Britânica do Comércio de São Paulo. Noutras palavras, fixemos primeiro os dados que refletem a expansão das emissões de papel-moeda:

VOLUME DO MEIO CIRCULANTE

		Índices
	Cr\$ 1.000 1945 = 100	
1945	17.530.500	100.00
1946	20.489.362	116.86
1947	20.894.836	116.34
1948	21.692.976	123.74
1949	24.042.173	137.14
1950 — Janeiro	23.837.448	136.00
Fevereiro	23.654.977	134.71
Março	23.632.135	134.29
Abril	23.630.032	134.30
Maio	24.027.635	137.12
Junho	24.822.686	142.13

Entre 31 de dezembro de 1945 e 30 de junho de 1950, o volume do meio circulante cresceu de 42,13 %.

CUSTO DA ALIMENTAÇÃO

	1939 = 100
1940	110.2
1941	123.6
1942	143.1
1943	160.7
1944	223.3
1945	253.6
1946	339.8
1947	367.9
1948	392.0
1949	419.6
1950 — Junho	438.5

Esses índices se referem à capital de São Paulo. Inserimo-los porque figuram nas publicações internacionais especializadas sobre questões de salários e custo de vida.

Veja-se bem o que significa, pela sua gravidade extrema, o problema do custo da vida, nos dias atuais.

PREÇOS A RETALHO

Em agosto de 1950

1939 = 100

Arroz	583
Feijão	500
Açúcar	342.
Farinha de trigo	800
Farinha de mandioca	871
Milho	1.000
Fubá	580
Batatas	955
Lentilhas	600
Manteiga	444
Café	967
Mate	394
Leite	373
Cacau	626
Macarrão	714
Outras massas alimentícias	800
Massa de tomate	444
Ovos	393
Sal	1.353
Vinagre	561
Sardinhas nacionais	213
Óleos de cozinha	500
Cebolas nacionais	333
Galinha	383
Banha	458
Carne de vaca	440
Toucinho	520
Carne de porco	636
Bananas	500
Laranças	500
Pão	620
Verduras	600

—O—

Convém agora, lembrando o incrível fenômeno dos nossos orçamentos deficitários, sem nenhum esforço dos nossos políticos para os equilibrar, meditarmos sobre o que segue, que condensamos de uma gazetilha do "Jornal do Comércio".

"A principal ameaça que pesa sobre a moeda, assinala The National City Bank of New York, no seu boletim de setembro, decorre das condições insatisfatórias do orçamento público, quando em regime deficitário.

Ora, se os Estados Unidos, com um arcabouço monetário e financeiro sem paralelo, correriam o perigo de afetar a sua moeda, se ado-

tasse o sistema, os países providos adquirir, de moeda mercadorias remon-

Há princípios imprescindíveis para o aperfeiçoamento das condições

Fixemos o câmbio, a der de comércio internacional, vícios com normas. canto de se interessar tática de mento econômico.

A nação de galho e das ocasiões

Quem se ponto de erros como subreptício aos governos cessantemente quência de

A ordem rança do v. comparável que o preço ram ao m. o barco do sob a ame do peso d. pios. A na

A nação amadurecer julgar os h. que fizeram que dissera mas pouca comparado da vida ad. qualquer d.

Nada ma dade econô do que a c. segurança moeda, no dem orçam tado opere

tasse orçamentos deficitários, por sistema, que se dirá de nós todos, os países latino-americanos, desprovidos de capacidade até para adquirir, no estrangeiro, por falta de moeda forte, equipamentos e mercadorias imprescindíveis? Miremo-nos, portanto, nesse exemplo.

Há princípios básicos, invioláveis, imprescindíveis como o ar que respiramos, desde que procuremos trazer o aparelho respiratório em sadias condições.

Fixemos dois deles: a ordem orçamentária e a estabilidade do poder de compra da moeda, no mercado interno. Previnam-se os governos contra o menoscabo de tais normas. Cerrem os ouvidos ao canto de sereia dos empreiteiros dos interesses pessoais, afeiçoados à tática de agradecer, para conseguinte exclusivo de ambições individuais.

A nação subsiste. Eles saltitam de galho em galho, aproveitando-se das ocasiões.

Quem seria bastante ingênuo ao ponto de poder alegar boa fé nos erros cometidos por sugestão desses subreptícios conselheiros, aderidos aos governos que se sucedem incessantemente, na infundável sequência dos anos? Quem?

A ordem orçamentária e a segurança do valor da moeda valem incomparavelmente muito mais do que o precário aplauso dos que atiram ao mar os princípios, quando o barco dos interesses pessoais fica sob a ameaça de socóbro diante do péso daqueles mesmos princípios. A nação somos nós todos.

A nação só atingirá uma fase de amadurecimento definitivo, quando julgar os homens de governo pelo que fizeram ou fazem; não pelo que disserem ou digam. Programas pouca valia intrínseca têm, comparados com os fatos flagrantes da vida administrativa do país, em qualquer de suas etapas.

Nada mais favorece a prosperidade econômica e financeira do país do que a ordem orçamentária e a segurança do poder aquisitivo da moeda, no mercado interno. A ordem orçamentária evita que o Estado opere como bomba de sucção

da economia particular, absorvendo recursos para cobertura de "deficits", os quais melhor se destinariam a assistir às atividades produtivas.

A segurança da capacidade de compra da moeda cria, desperta, estimula hábitos de poupança. Uma nação que não sabe economizar, caminha às cegas, incertamente, para futuro pressago."

—o—

Para se ter uma idéia precisa do que representa efetivamente a desvalorização da moeda por efeito do inflacionismo monetário, isto é, do excesso de dinheiro sobre a riqueza nacional efetiva, em nossa vida pública e particular considere-se o decréscimo contínuo do poder aquisitivo do cruzeiro, em nosso mercado interno.

Conforme publica "Conjuntura Econômica" de setembro último, os índices desse poder aquisitivo mostram o seguinte:

1912 —	100
1917 —	76,3
1922 —	53,2
1927 —	36,6
1932 —	46,2
1937 —	30,6
1942 —	22,1
1944 —	18,0
1945 —	15,5
1946 —	13,8
1947 —	10,8
1948 —	11,1
1949 —	10,1
1950 —	?

Qual será o índice de 1950, com o fenomenal aumento do papel moeda, cujas emissões se têm feito num volume e ritmo sem precedentes, elevando o meio circulante, este ano, numa média mensal de mais de um milhão de contos?

Que sucederá em nossa vida quando o poder aquisitivo do cruzeiro estiver a zero?

Zero é a bancarrota e o apocalipse revolucionário...

APROVEITAMENTO DO SÃO FRANCISCO

Gen. ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO

III

TRANSPORTES

O Rio São Francisco deve a maior parte de sua importância à circunstância de ser uma via de transporte entre o Norte e o Sul e pelo serviço prestado pelos seus tributários da margem esquerda, como vias de penetração para oeste. Apesar de ser o São Francisco um sistema de transportes por si mesmo, um dos grandes problemas da região é a falta de um sistema organizado e adequado de comunicações, que resulta na instabilidade econômica e no mal-estar social.

A falta de transportes cria a insegurança nos mercados, fazendo com que os compradores paguem pouco ao produtor.

A deficiência de transportes restringe a cooperação para o desenvolvimento dos recursos regionais.

As linhas de navegação do Médio São Francisco são propriedades de 4 companhias, duas estaduais e duas particulares.

TRANSPORTE FLUVIAL

Num país de precárias vias de transporte inter-regionais, um rio interior navegável e longitudinal tem grande significado. Lembra-mo-nos do que sofremos no Nordeste, depois que nossos barcos mercantes foram torpedeados em nossas águas territoriais e tivemos que apelar para o São Francisco. Este não estava aparelhado para suportar uma navegação intensa levando tropas e víveres para a defesa e a população do nordeste.

O engenheiro Jaime Martins de Souza, em relatório diz que: "Algo deve ser feito pelo São Francisco, do contrário, a navegação no curso médio será interrompida na estação seca, pois os barcos não atravessam trechos do rio em que a areia e os bancos de cascalho se depositam em ambas as margens durante os períodos de cheias. Apenas os que viajam constantemente pelo rio, como nós o fazemos, podem ver os resultados desastrosos e rápidos da erosão intensiva e dos desmoronamentos: que alargam o rio e levantam o seu leito, tornando-o o mais raso.

A população local constata que cada ano o rio se torna menos navegável e que se não se realizar um programa de conservação o grande rio será brevemente reduzido a uma corrente in navegável como sucedeu com o seu afluente, o Rio das Velhas.

O São Francisco necessita de uma varredura e conservação como qualquer estrada de ferro ou de rodagem".

Em relatório de 1935 os engenheiros Otacilio Leal e Jacinto de Andrade Sobrinho diziam o seguinte:

"As corredeiras, os bancos de areia e de cascalho, os recifes e pedras submersas são obstáculos e perigos que ameaçam seriamente a navegação pelas mudanças frequentes do canal durante as cheias. As corredeiras que poderiam ser vencidas são as situadas entre Juazeiro e Pirapora. De Juazeiro para jusante, até Itaparica, o rio não é na-

vegável ao menos do ponto de vista econômico. A navegabilidade só se conseguiria pela construção de um canal entre o curso médio e o inferior.

Os cálculos do Conselho Nacional de Geografia dão para todo o rio 3.161 quilômetros, como se segue:

São Francisco Superior — Das cabeceiras às corredeiras de Pirapora	1.039 km
Médio São Francisco : De Pirapora até P. Afonso	1.805 km
S. Francisco Inferior — De Paulo Afonso ao Oceano	317 km
Total	3.161 km

EMBARCAÇÕES

Os vapores com fundo chato e roda traseira, em uso presente no rio, em geral não são apropriados, pois calam muito. Frequentemente encalham, atrasando-se na viagem e tornando-a mais cara.

TRANSPORTES TERRESTRES

A Bacia do São Francisco, em geral, dispõe de poucos e inadequados meios de transportes terrestres.

Estradas e caminhos — No vale médio do São Francisco, as estradas principais, exceto as da parte norte da Região das Quedas, servem como tributárias de transportes às partes navegáveis do rio. As melhores estradas, com conexões externas, encontram-se ao norte da Região das Quedas. Foram construídas principalmente pelo Departamento Federal de Obras Contra as Secas e pelo Exército. Apesar de serem estradas de terra batida, podem ser usadas em qualquer tempo, como por exemplo a estrada principal leste-oeste, a transnordestina, que hoje pode ser alcançada por Petrolina. Utilizam-se também as estradas de penetração que saem de Pirapora e Juazeiro para o oeste e de Remanso para o norte e noroeste. De Petrolina, a conexão para a transnordestina está sendo melhorada. A leste, a conexão principal com a costa principia em Xique-xique, Bom Jesus da Lapa e Maria da Cruz, no mu-

nício de Januária. De Belém ao sul da Região das Quedas uma estrada sai também para sudeste. As estradas de penetração para oeste e o sistema rio Grande-Preto e corrente não só interessam ao Vale, mas também são importantes saídas da zona central de Goiás e do sul do Piauí.

Estradas de ferro — As ferrovias do médio São Francisco servem principalmente de ligação entre algumas da região com centros industriais mais povoados do sul e leste e com os portos do Atlântico. Dois ramos da E. F. Central do Brasil ligam Montes-Claros e Pirapora a Belo-Horizonte e pontos além; a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro liga Juazeiro a Salvador; a E. F. Teresina-Petrolina liga Petrolina a Paulista, no Piauí, e a E. F. Paulo-Afonso, sob a administração da Gref Western, serve de comunicação contornando as quedas entre Itaparica e Marechal Floriano.

A parte central do médio São Francisco requer uma ligação mais curta com o leste que serviria como escoaço para o progressista Planalto Ocidental e para a região de Januária-Rio Branco, ao longo do curso principal. A idéia de construir uma linha direta de Bom Jesus da Lapa para leste, até o litoral, não é nova.

A ferrovia partindo de Palmeira dos Índios até Porto-Real de Colégio, vai se ligar com a ferrovia de Sergipe, em Propriá.

Melhorando as conexões ferroviárias dos dois extremos de navegação ao norte e ao sul e estendendo a Petrolina-Paulista para o norte até que encontre a rede nordestina, prestar-se-á um benefício à região de considerável significação política e econômica. A comércio com o Brasil Nordeste se desenvolveria e melhoraria o padrão de vida de extensas regiões do país, e além do que se proveria um caminho seguro para o norte.

Enquanto os ramais ferroviários e rodoviários entre a parte norte e a parte sul não se completarem, o Rio São Francisco poderá prestar um serviço de caráter nacional.

Os vapores com fundos chatos e rodas traseiras, em uso presente no rio, em geral não são apropriados, pois calam muito. Frequentemente encalham, atrasando-se na viagem e tornando-a mais cara.

A Pan-Am sua linha de Vale. O que carregais, para Carlinhanha Xique-xique.

A SAÚDE

A saúde entre os grileiros.

A pior de A sífilis, a tória causada Também a o tracoma s A malária é brevedo no t A falta de higiênicos e da população recursos, na grama sanitária bificação, sem terra batida, facto direto A falta de e nalizada e tr leria, o tipo e ativos.

A alimentação problema. A que é a maior carne seca, pe dioca e feijão namente famin As causas dade de adult tuberculose e o varíola. O n é grande e Há necessid Sécia do S. P un crédito de atender as de trução dos Ho Pirapora, Jan Maria da Vito do Açúcar, Pro

Os vapores, as ferrovias e os veículos motorizados, apesar de numerosos, não são suficientes. A inter-comunicação local é principalmente efetivada pela tropa, pelos carros de boi, pelos paquetes e pelas canoas. O jumento é muito importante, presta ótimos serviços, aí.

A Pan-American Airways com sua linha comercial faz escalas no Vale. O Correio Aéreo Nacional, que carrega somente malas postais, para em Pirapora, Januária, Carinhanha, Bom Jesus da Lapa, Xique-xique e Petrolina.

A SAÚDE E O SANEAMENTO

A saúde e saneamento contam-se entre os grandes problemas brasileiros.

A pior doença não é a malária. A sífilis, a tuberculose, e a desintéria causam maior devastação. Também a difteria, o sarampo, e o tracoma são muito generalizados. A malária é periódica e ocorre sobretudo no tempo da vazante.

A falta de educação de hábitos higiênicos e de facilidades materiais da população local de insuficientes recursos, não favorece um programa sanitário. O sistema de habitação, sem fôrro e com piso de terra batida, põe o morador em contacto direto com o solo e o tempo. A falta de esgotos e de água canalizada e tratada torna a disenteria, o tifo e a difteria muito mais ativos.

A alimentação é outro grande problema. A população mais pobre, que é a maioria, vive sobretudo de carne seca, peixe, farinha de mandioca e feijão, e sem ser precisamente faminta, é mal nutrida.

As causas principais da mortalidade de adultos são: a malária, a tuberculose e a desintéria, sarampo e varíola. O número de nascimentos é grande e o de mortes também.

Há necessidade de médicos na Bacia do S. Francisco. Foi aberto um crédito de Cr\$ 1.114.352,50, para atender as despesas com a construção dos Hospitais Regionais de Pirapora, Januária, Lapa, Santa Maria da Vitória, Petrolina, Pão de Açúcar, Propriá e Hospital Eu-

rico Dutra, da Fundação Antônio Geraldo, e de Barreiras.

OBRAS PÚBLICAS

A maior parte dos projetos de obras públicas refere-se à Região das Quedas, porque esta zona está incluída na região de atividade do Departamento Federal de Obras Contra as Secas. O trabalho das corredeiras de Sobradinho foi realizado pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação.

O Ministério da Agricultura encampou uma empresa particular falida que pretendia o desenvolvimento de Itaparica e, hoje, está construindo lá um centro de povoamento. Projeta desenvolver a força hidráulica em Itaparica e Paulo Afonso.

O controle da erosão, das cheias e do reflorestamento, não é feito.

IRRIGAÇÃO

Há urgente necessidade de irrigação para aumentar e regularizar a produção no Vale do São Francisco.

Ocorrem duas situações diferentes. Os grandes proprietários, que não estão usando a terra diretamente, guardam-nas esperando altos preços ou rendas e meações extorsivas. Outros que são proprietários sem um título legal da propriedade, não conseguem ou não querem combinar seus esforços para organizarem cooperativas para fins de irrigação.

Diz o Chefe da Seção de Irrigação da Divisão de Águas do Ministério da Agricultura:

"As planícies aluvionais do São Francisco são geralmente próprias para a irrigação intensiva; a única necessidade é levantar o nível da água e fazer uma distribuição desta".

As condições do solo são em geral favoráveis e este é rico em húmus.

O problema mais sério a ser resolvido no Vale do São Francisco é o da navegabilidade permanente. Quem viaja no período das águas baixas observa em todo o curso do rio sinais de intensa erosão nas

margens e vê como os bancos de areia tornam a navegação difícil.

O aumento da produção agrícola do Vale do São Francisco está diretamente ligado à navegabilidade livre do rio pois já a irregularidade da navegação está prejudicando a produção que espera pelo transporte nos centros produtores e pontos de embarque.

O engenheiro João Coelho Brandão em artigo recente assim se expressou:

"Produzir é transportar."

Todos sabem ser a base da prosperidade, valor econômico e prestígio das nações, mas que, infelizmente, é um aspecto, sob o qual fazemos má figura diante de outras, mesmo de nossa América. Transportes e produção, porque *"Mover é Produzir"*; eterna, imutável lei da economia, que a evolução das coisas não destrói".

FONTE PERENE DE UNIDADE E PRODUÇÃO

É essa fonte perene de unidade e produção que se vai lançar no oceano, logo depois de ter atravessado inutilmente, a região mais seca do Brasil, situada exatamente no seu Vale, entre Sobradinho e Paulo Afonso, quando uma baragem, convenientemente instalada, dois grandes canais de irrigação, por simples gravidade e dois reservatórios de compensação, nos principais riachos afluentes das suas margens, cortados pelos dois canais, resolveriam plenamente o aproveitamento do rio, sob este aspecto, para irrigar 40.000 quilômetros quadrados dessa calcinada região, sendo 23.000 em Pernambuco e 17.000 na Bahia, com largura média de 60 e 44 quilômetros, respectivamente. O canal da margem esquerda cortaria os riachos Pontal, Garça, Brígida, Terra Nova, Pajeú e Moxotó, onde se lançaria, na cota de 395 metros sobre o nível do mar, entre as fazendas Pernambuco e Forquilha, a 90 km da foz. O da margem direita, os riachos Salitre, Zeó, Poço Comprido, Curaçá, Varagem e Mucururé, indo despejar o resto de suas águas no rio do Bre-

jo, a 45 km de sua foz defronte do Moxotó.

A extensão do canal da esquerda é de 428 km, sendo 30 m a diferença de nível entre os extremos, resultando uma declividade e a própria média de 7 cm por km. O da direita de 257,7 km com um desnível de 35 metros entre os extremos e a declividade de 13,5 cm por km.

Sendo plano o terreno em questão, desaparece a precaução exigida na irrigação de superfície acidentada. Esse fato, a pequena declividade e a própria natureza do terreno, fazem aumentar a sua área irrigável.

As grandes dificuldades no emprêgo e distribuição das águas em terrenos mesmo ondulados, não se encontram na planícies do Nordeste, únicas no Brasil. A facilidade do serviço adapta-se à lei do menor esforço.

FORÇA HIDRELÉTRICA SEM RIVAL

São Francisco, 104 cachoeiras, com 7.760.000 C.F.

"Paulo Afonso, volume médio, em média enchente, 5.600 metros cúbicos, altura média 80 metros, energia total, 4.160.000 C.V. (eng. Souza Bandeira)".

Com a energia de Paulo Afonso e Itaparica, poderíamos conduzir um trem elétrico dali a Sobradinho (290 km) e a Piranhas (60 km); ligar Rio Branco, na E.F.C.P. a Itaparica; ligar Pão de Açúcar a Alagoinhas (300 km); conduzir um trem elétrico de Itaparica a Floresta Salgueiros, Brejo dos Santos, Riacho dos Porcos (260 km) na E.F.C. do Ceará, ficando assim Fortaleza ligada ao porto do Salvador na Bahia; por fim lavar um trem elétrico de Pão de Açúcar para Água Branca, Águas Belas e Garanhuns (200 km). Ficaria assim Recife ligada a Itaparica e Pão de Açúcar por duas vias: E.F.C. Pernambuco e E.F. Recife ao São Francisco. Com dois ramais de 75 a 60 km de Águas Belas para Vitória em Alagoas e de Cicero Dantas a Simão Dias, em Sergipe, ficariam Maceió e Aracaju compreendidas nos raios da estrela que

acabamos em Paul
chegam a

Conclu
Coelho B
quadrado
desvaloriz
rigado
leria mai
40.000 q
nosso pro
de cinco
zeiros. E
povoado
as melh
quanto va

O Dr. B
pelo Espi
terência
Vale do
expressou

"É para
poimento
tes, que n
são dos pr
Colocou e
navegabili
meio a co
pois dele,
transporte
horamente
gabilidade
porte nada
falta de
apoiado e
mente feit
cerne à m
como vimos

Sendo tr
damentais
dade, irrig
devem ter
as soluções
ável simult

Não é po
de um plan
mativa de d
se dispõem
menos certa
(um por ce
tárias do p
tuição de 15
ções Consti

Devemos
principal, co
Rocha e o
rício Japper
bradinho a l
mais feito qu

acabamos de formar, com o centro em Paulo Afonso e quase todas que chegam a Pirapora.

Conclui o Engenheiro Dr. João Coelho Brandão, "cada quilômetro quadrado da região mais seca e desvalorizada do Brasil, sendo irrigado e cultivado de algodão, valeria mais de 130.000 cruzeiros e os 40.000 quilômetros quadrados do nosso projeto passarão a valer mais de cinco bilhões e duzentos mil cruzeiros. E cada quilômetro quadrado povoado de parreiras, produzindo as melhores uvas do mundo, quanto valeria?"

O Dr. Henrique Morais, Senador pelo Espírito Santo, em sua conferência sobre a "Recuperação do Vale do São Francisco" assim se expressou:

"É para mim interessante o depoimento do engenheiro Clóvis Côrtes, que revelou uma perfeita visão dos problemas do São Francisco. Colocou ele em primeiro plano a navegabilidade do rio... e o primeiro a considerar, a meu ver, depois dele, deve ser o problema de transportes, o que implica no melhoramento das condições de navegabilidade dos rios, pois, sem transporte nada se faz. E encareceu, "a falta de um plano de conjunto, apoiado em estudos convenientemente feitos, mesmo no que concerne à navegabilidade, colocado como vimos em primeiro lugar.

Sendo três os problemas fundamentais desse rio: (navegabilidade, irrigação e hidreletricidade) devem ter prioridade, a meu ver, as soluções que tanto quanto possível simultaneamente os atendam.

Não é possível o estabelecimento de um plano geral sem uma estimativa de despesas máximas quando se dispõem de importância, mais ou menos certa a inverter anualmente (um por cento das rendas tributárias do país, art. 29 da Constituição de 1946 — Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).

Devemos começar pelo leito principal, como sugeriram Geraldo Rocha e o ilustre professor Maurício Joppert, para o trecho de Sobradinho a Itaparica, não tendo eu mais feito que lhes alargar o plano,

para montante alcançando o Paraopeba, e para jusante até Piranhas".

Paulo Afonso só tem sido encarada até agora sob o aspecto hidrelétrico; uma esplêndida fonte de energia, cuja mobilização a mínima de mercado próximo, se pretende levar até o litoral, procurando os centros consumidores de Bahia, Recife, Aracaju e Maceió.

Compreendo o aproveitamento dessa cachoeira dentro de um plano geral de recuperação do Vale do São Francisco e comigo pensa muita gente boa!

"O aproveitamento hidrelétrico da Cachoeira de Paulo Afonso não interessa neste momento, ao desenvolvimento do Parque Industrial da Bahia, porque o Estado em apreço, dispõe "da energia do Rio Paraguaçu e o gás de Aratu" (Depoimento do Dr. Paulo Pelier)".

E com este gás a Leste Brasileiro vai eletrificar suas linhas de mais denso tráfego nas proximidades de Salvador.

"Temos sempre presente no espírito as palavras sensatas de Agenor Miranda ao romper o cerco em que o puseram na Comissão Parlamentar do São Francisco, a respeito de Paulo Afonso.

Disse ele:

"Se se vai iniciar a execução de um plano de grande porte é preciso ver as possibilidades reais do orçamento para execução da obra, para não ficar em meio.

Com os recursos alviados, a eletrificação de Paulo Afonso levará 4 a 5 anos e não se fará o resto. O problema mais importante do São Francisco é o da navegação, fazer os portos, sanear o rio, serviços de saúde pública, fixação do homem ao solo".

Inquerido em seguida se haveria qualquer impedimento em dar início imediato às obras de Paulo Afonso e Boqueirão, respondeu decisivamente:

"Isso eu não faria. Trata-se de um melhoramento para o São Francisco e acho que todas as obras podem começar ao mesmo tempo, não fazendo uma em detrimento das

outras. Acima de tudo deve-se corrigir a situação de miséria que lá impera e melhorar a navegação".

"Antes aludimos ao justo receio de Agenor Miranda, no sentido de levar "Paulo Afonso" 4 ou 5 anos e não se fazer o resto". Não escondemos o nosso temor quanto a

realização desta profecia sombria para o vale magnífico.

"O São Francisco — seu protetor — não foi mártir da Igreja, ao que consta, praza a Deus não o afoguem na Cachoeira de Paulo Afonso".

(Continua)

PEDREIRA GUIMARÃES

A. GONÇALVES PEDREIRA

FORNECEDOR DE:

PEDRA DE ALVENARIA, MACADAM NS. 0-1-2-3, PÓ DE PEDRA, BARRO, SAIBRO, AREIA E OUTROS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES

RUA RAMOS DA FONSECA, 65 — BOCA DO MATO

TELEFONE 29-0324 — RIO DE JANEIRO



Ferragens São Pedro Ltda.
IMPORTADORES

FERRAGENS
FERRAMENTAS
TINTAS

AV. PRES. VARGAS No 710
DEP. R. DOS ANDRADAS. 100
FONES: 43-2630 - 43-3206

Officinas especializadas na execução de quaisquer tipos de chaves e consertos de fechaduras Yale, tipo Yale, e para automoveis

— RIO DE JANEIRO —

Não
circul
mente
passa
vista,
que d
flito,
exclus
(tanqu
aviões
porta-
armas
os avi
rádio-
meca-
tinos
os bel
usar.
tratores
tante
prégo
medida
pelo
conject
ao est
materi
tempo
ginar
guerra

Algu
tentam
princip
e que
1943, p
muito
A.C.
tenham
princip
continua
que du
escrito
guerra,
vro da
chines

PORQUE SE DEVE ESTUDAR A II GUERRA MUNDIAL

Pelo Cel. L. M. CHASSIN

Extraído da "REVUE DE DEFENSE NATIONALE" — Tradução do Major CESAR NEVES

Não é raro que se ouça, em certos círculos militares, que é absolutamente inútil o estudo da guerra passada, baseando esta, à primeira vista, estranha teoria, no fato de que durante os seis anos do conflito, os beligerantes usavam quase exclusivamente o material antigo (tanques, artilharia, metralhadoras, aviões, submarinos, encouraçados, porta-aviões, etc.) e de que as armas "revolucionárias" tais como os aviões de reação, os aparelhos rádio-dirigidos e a bomba atômica, apareceram somente nos últimos dias da contenda e, por isto, os beligerantes apenas as puderam usar. Portanto, continuam os detratores do estudo, não há bastante experiência sobre seu emprego mais eficiente e sobre as medidas defensivas contra seu uso pelo inimigo; apenas podemos conjecturar sobre estes extremos e ao estudar uma guerra feita com material já antiquado, é perder tempo e é melhor pensar em imaginar o que certamente será a guerra com estes elementos novos.

Alguns escritores ilustres sustentam, por outro lado, que os princípios da guerra não mudaram e que a batalha de TUNIS, em 1943, por exemplo, se assemelhou muito à de ARBELA, do ano 331 A.C. Embora as armas usadas tenham mudado completamente, os princípios da estratégia e da tática, continuam imutáveis. Os ingleses que durante os últimos anos têm escrito muito sobre a teoria da guerra, acabam de publicar o "Livro da Guerra", no qual o general chinês SUN-TZU assinalava clara-

mente, há mais de dois mil e quatrocentos anos, os princípios invariáveis que regem a arte de combater.

É indubitável, que o uso das armas tem exigido sempre a constituição de forças armadas, mais ou menos organizadas, cuja evolução se pode seguir facilmente no curso da história. Depois de um período inicial caracterizado por batalhas entre hordas pouco disciplinadas, que geralmente duravam menos de um dia e que terminavam com o aniquilamento do vencido, chegamos ao período das "campanhas" (que durante longos anos tiveram lugar somente nas épocas de bom tempo), levadas a cabo por exércitos profissionais; finalmente, chegamos a era da guerra "total" que exige a mobilização completa dos recursos nacionais.

Em todas essas pugnas entre exército mais ou menos importantes, a arte da guerra tem se baseado sempre em certo número de princípios cuja apresentação pode variar de acordo com o escritor que os expõe. O Marechal FOCH, por exemplo, acreditava serem suficientes apenas quatro: economia de forças, liberdade de ação, liberdade na disposição da força e segurança. Alguns escritores modernos elevam os princípios a nove: tratar de eleger um só objetivo, prioridade da ofensiva, concentração, mobilidade, surpresa, cooperação, economia de forças, segurança e simplicidade. Outros finalmente, mantêm o critério de que todos os princípios podem resu-

mir-se em uma regra única "concentrar a maioria dos meios na batalha decisiva".

Porém, de qualquer maneira que se encare o assunto, o certo é que os princípios da arte da guerra são inmutáveis.

A idéia da batalha de CANNES, por exemplo, esteve firmemente aferrado nos cérebros dos chefes de estado-maior, tanto aliados como alemães, durante toda a guerra e, os métodos através dos quais se conseguiu a surpresa nesta, são comparáveis aos que o grego ELLIEN mencionou em seu "Livro dos Estratagemas", tão estimado pelo abade JEROME COIGNARD.

Enquanto os exércitos forem necessários, será, portanto, indispensável ensinar aos chefes militares a dominar completamente esses princípios e, neste sentido, o estudo da contenda passada será grandemente frutífero, embora admitamos que as armas que nela se usaram estão já completamente antiquadas. Porém há um segundo aspecto do problema que é ainda mais importante: a preocupação fundamental dos estados-maior que têm a seu cargo a proteção de uma nação, é determinar que forma apresentará um futuro conflito, que armas se empregarão e que espécie de guerra ocorrerá. Isto é questão de vida e de morte. Porém para prever acertadamente o futuro, somente é necessário interpretar exatamente o passado. Na realidade nunca houve "revolução" na arte da guerra: "Natura non fecit saltus" e o que necessitam aqueles que tenham a seu cargo tal previsão é determinar a verdadeira direção da curva da evolução. A interpretação francesa da guerra de 1914-1918, conduziu à doutrina defensiva que se concretizou na linha MAGINOT enquanto que a dos alemães se traduziu nas divisões blindadas apoiadas por "Stukas". Neste caso os alemães julgaram acertadamente e a vitória foi o prêmio do seu acerto. Hoje o problema se apresenta de forma semelhante: é necessário estudar cuidadosamente o passado, para

discernir nele os germens do futuro.

Isto é exatamente o que o General MAC ARTHUR afirmou em junho de 1935, em uma informação ao Ministro da Guerra dos Estados Unidos, quando escreveu: "O militar é obrigado a investigar inteligentemente o passado para descobrir nele os sinais precursores do futuro. Se não puder instruir-se de um modo realmente prático em tempo de paz, o soldado deve voltar-se para a leitura da história para interpretá-la com aproveitamento, manter seu interesse profissional e ser capaz de cumprir eficientemente seu dever em caso de emergência. Somente mediante a aplicação da análise do passado, poderá sintetizar com propriedade os métodos de guerra, organização e doutrina".

Muitos historiados militares têm incidido nesta apreciação e têm se ocupado do passado.

Em seu livro "Armas e táticas", publicado em Londres em 1943, o senhor WINTRIGHAM tratou de definir as leis gerais da evolução da guerra. Assinala o autor que, em três ocasiões e com intervalos de mil anos de uma para outra, forças blindadas cruzaram o MOSA em SEDAN, marchando na direção de LESTE com CESAR e na direção de OESTE com OTTO da ALEMANHA e com BRAUCHITSCH. A primeira vez, foram a pé; a segunda, a cavalo e, a terceira, em carros. E seu estudo o induz a dividir a história militar em seis períodos sucessivos, três deles caracterizados pela ausência de blindagem e os outros três, por sua presença. O primeiro período "sem blindagem" durou desde os tempos pré-históricos até a batalha de PLATEA (479 antes de Cristo), na qual os hoplitas gregos, que levavam alguma blindagem, derrotaram as hostes persas, que a não levavam. O primeiro período "com blindagem" durou desde então até a batalha de ADRIANÓPOLIS, no ano 378 da nossa era, na qual os cavarianos godos destruíram as legiões romanas; este período caracteriza-

zou-se a legião desde PAVIA macia com fle (batalha) laria dência tempo este foi dagem" gou-se a cada fe gauleses ceiro pe durou a ques mo que ent "da blind

Os per racteriza instrume legião o golpeia de "cho cas, baio Confron força in de um rientação mais mó nos dens de adapt auxiliar gradativa mindo u maior e vamente eneficien gum te quando, e aprefei encontra com pouc fensivo inimigas cas, por cando cor quilômetr armas qu por minu por minut dade de a. l. Na aparecime vou a pr é para 20 as armas

zou-se pela falange macedônica e a legião romana. Segue-se o segundo período "sem blindagem" desde 378 até 774 (batalha de PAVIA), caracterizado pela supremacia da cavalaria ligeira, armada com flechas. Desde 774 até 1348 (batalha de CRECY), esta cavalaria teve que ceder a precedência à cavalaria blindada do tempo dos cavaleiros feudais; este foi o segundo período "da blindagem". A batalha de CRECY ligou-se a queda da cavalaria couraçada feudal diante dos arqueiros gauleses, com o que começou o terceiro período "sem blindagem", que durou até o aparecimento dos tanques modernos em 1917, data em que entramos no terceiro período "da blindagem".

Os períodos da blindagem se caracterizaram pela criação de um instrumento de choque (falange, legião ou divisão blindada) que golpeia como um ariete com armas de "choque" (espadas, piques, lanças, baionetas, canhões de assalto). Confrontada com este ariete de força irresistível a defesa, depois de um extenso período de desorientação, fez-se progressivamente mais móvel, mais profunda e menos densa. O "ariete" trata então de adaptar-se e se converte em um auxiliar das mais ligeiras; estas gradativamente, terminam assumindo uma importância cada vez maior e a arma blindada, excessivamente pesada e que se tornava ineficiente, desaparece durante algum tempo para reaparecer quando, aumentada sua velocidade e aperfeiçoada sua blindagem, for encontrado o meio de penetrar com pouco desgaste no sistema defensivo das armas de arremesso inimigas. Nas guerras napoleônicas, por exemplo, o soldado avançando com uma velocidade de dois quilômetros por hora, enfrentava armas que disparavam dois projéteis por minutos. A cadência de tiros por minutos, com relação a velocidade de "proximação" era igual a 1. Na guerra de 1914-1918, o aparecimento da metralhadora elevou a proporção para 400/2, isto é, para 200, com o que se voltaram as armas contra a ofensiva.

Pode-se também discernir alguns fatores constantes na evolução da guerra. Um deles é a extensão do raio de ação das armas de arremesso, porém, deve-se notar que isto não impediu aos soldados de 1914 entrar em luta corpo a corpo, isto é, a muito menor distância que seus antepassados dos tempos dos hunos e dos godos e ainda dos piqueiros das falanges. Outro fator constante é a incessante evolução até uma maior mobilidade das forças organizadas. Um terceiro fator constante é a evolução até uma incessante extensão do poder destruidor dos projéteis. O quarto, finalmente desde logo o mais importante, nos demonstra que cada nova arma ofensiva exige automaticamente uma nova arma defensiva, adequada para sua neutralização.

Sem dúvida e aqui têm lugar a originalidade peculiar do Sr. WINTRINGHAM, "a mudança de um período de blindagem por um período sem blindagem, ou inversamente, ocorre, no curso normal dos acontecimentos, quando os povos que formam uma nação, ou várias nações, descobrem novas formas de organização social ou, de outro modo conseguem dar nascimento a novas energias populares". Assim, o "hoplita" das democracias gregas se impôs às hostes do tirano persa; o cavaleiro couraçado feudal foi batido pelos arqueiros da milícia popular e os nazistas das forças blindadas de Hitler que conquistaram a FRANÇA, foram, por sua vez, vencidos pelas forças das nações democráticas.

Determinados, pois, estes elementos, um período, "da blindagem" ou não, presença o aparecimento, desenvolvimento e queda de uma classe de guerra específica. Queremos ocupar-nos agora de saber em que momento estamos do terceiro período "da blindagem" que começou em 1917.

O senhor WINTRINGHAM considerava em 1943 que o tanque blindado era a arma dominante, porém que o avião e a artilharia estavam se convertendo em armas auxiliares cada vez mais importantes. Reduzido em CRECY pelos projéteis

das armas auxiliares, a blindagem pôde ser derrotada de novo por meio de projéteis lançados pelos canhões e dos aviões, porém pôde também ser conquistado por um método novo de choque: o do ataque direto a curta distância por meio de alto explosivo, modalidade que merece ser analisada.

Porém, esse autor incorre na falta de não expor com suficiente clareza e influência preponderante do desenvolvimento do poder destruidor "na modalidade da guerra". O aparecimento das armas de fogo e o advento das forças aéreas foram, certamente, feitos que mudaram o curso da história militar e não há dúvida que o descobrimento da bomba atômica o será também e, talvez, mais decisivamente. Sem dúvida, devemos levar em conta duas coisas: primeiro, que devemos procurar a arma principal de amanhã entre as armas secundárias da guerra passada e, depois, que estão ocorrendo transformações político-sociais em países poderosíssimos que podem permitir a súbita aplicação de uma nova classe de guerra.

Outros escritores dividem a história de um modo diferente. O General FULLER observa nela os períodos das armas de choque e as das armas de arremesso, classificação que quase coincide com a anterior, pois chama de armas de choque as que trazem blindagens e armas de grande alcance às dos períodos "sem blindagem". Porém o General FULLER, que é o pai das brigadas blindadas, indaga a si mesmo de modo especial se a guerra é, sobretudo uma questão de armamento e, convencido da importância fundamental do armamento de um período de investigação científica como o nosso, afirma que "aquele que descobrir armas e instrumentos eficientes, terá assegurado 99 % da vitória. A estratégia, o comando, o valor, a disciplina, a organização e todos os requisitos morais e físicos da guerra, nada são comparados com uma forte superioridade de armamento. São as armas e não os homens, que ganham as guerras".

Pode-se contestar o General FULLER que "o fator tático constante" cuja importância foi ele o primeiro a assinalar, interveio, eventualmente para neutralizar os efeitos da surpresa técnica e que, além do mais, a surpresa técnica nunca conseguiu ganhar uma guerra, exceto a do JAPÃO. Nem a pólvora sem fumaça, nem a metralhadora, nem os agentes químicos, nem os blindados, nem os aviões a jato, decidiram guerra alguma. Os fatores humanos são importantes, contudo é, sem dúvida, verdade que o período industrial que estamos vivendo ocasiona uma aceleração considerável das formas da guerra; por isto, o terceiro período "da blindagem" será muito mais curto que os anteriores. Considerada apenas como um aríete, a divisão blindada alemã fracassou, por ocasião da primeira campanha russa. De 1942 em diante, a tática do avanço em cunha foi substituída pela do "soco blindado", em que as unidades blindadas formavam em quadrado ou em forma triangular que compreendia uma quantidade considerável de Infantaria e Artilharia motorizadas, junto com forças aéreas. Os socos blindados levavam consigo suprimentos e material para determinado tempo e depois eram abastecidos regularmente por grupo de aviões de transporte. As Armas secundárias tornaram a aparecer e entre elas, as que mais se sobressaíram foram a Artilharia e a Aeronáutica.

Em outubro de 1942, o tanque fracassou de novo em AL ALAMEIN e desta vez devido às minas. Foi a Infantaria que, de modo clássico, abriu, seguindo os métodos de 1918, a brecha, nas posições inimigas, que seria logo explorada pelos tanques. O ataque que começou a 23 de outubro em uma frente de 10 km, teve de ser extendido para uma frente de 30, para permitir o desbordamento de um segundo campo de minas inimigo de 7 km de largura situado 13 km mais distante. O "ângulo de redução" foi, portanto, de 50 graus, tal como havia sido vinte anos antes.

Mais
forças
papel,
AVRA
contra
AACH
BENA
europ
cialida
nífico

No t
cífico,
primeir
análoga
guerras
ções co
forças
das, a l
sempre
tro das
papel r
tanque.

Apest
posto, c
uma da
II Guer
pode af
de seu
que o ap
e dos a
blindage
correspo
soal, no
monstro
breiros l
feudal e
levantar
cavalo q
zemos q
eiro p
Agora é
das arma
nar o ta
batalhas.

Como
messo a
Essas ar
ser de du
primeiro
por avião
em segu
porém, de
de um pa
transoceâ
fensivos
destruidor
sistem em
quantidad
alta de
porém no

Mais tarde vimos na França as forças aéreas desempenhar um papel, essencial na ruptura de AVRANCHES e na contenção da contra-ofensiva de ROMMEL, em AACHEN no SAAR e nas ARBENAS. No final da campanha européia, o tanque foi, com especialidade, de um instrumento magnífico de exploração do êxito.

No teatro de operações do Pacífico, no qual tiveram lugar as primeiras operações de proporções análogas as que terão lugar nas guerras futuras; isto é, de dimensões continentais, a aviação, as forças navais, as aerotransportadas, a infantaria e a artilharia desempenharão com frequência, dentro das operações combinadas; um papel mais importante do que o tanque.

Apesar de tudo o que foi exposto, o tanque continuou sendo uma das "armas dominantes" da II Guerra Mundial. Porém não se pode afirmar que chegou a hora de seu ocaso? Indiscutivelmente que o aparecimento das cargas ôcas e dos altos explosivos, exige uma blindagem enorme que, junto ao correspondente armamento e pessoal, nos conduz à concepção de monstros poucos velozes e manobreadores irmãos gêmeos do cavaleiro feudal coraçado que se não podia levantar quando caía do poderoso cavalo que o levava. Por isso dizemos que estamos no fim do terceiro período "da blindagem". Agora é questão de estudar qual das armas secundárias irá destinar o tanque, senhor das últimas batalhas.

Como sempre, as armas de arremesso sucederão às de choque. Essas armas de arremesso podem ser de duas classes principais; em primeiro lugar, bombas lançadas por aviões com ou sem piloto, e em segundo lugar, os projéteis, porém, de grande alcance, lançados de um país para o outro, inclusive transoceânicos. Os princípios defensivos no caso de uma arma destruidora como a aviação consistem em causar ao atacante tal quantidade de baixas, que ele desista de prosseguir a operação; porém no caso presente, o pro-

blema se complica pelo fato de que as consequências ocasionadas pelos novos projéteis, são muitíssimo mais graves que tudo o que se conhece até agora. Disto dão fé HIROSHIMA e NAGASAKI, que permitiram aos norte-americanos pouparem-se de um ano de guerra. Nisto se resume um novo adiantamento, que pode perfeitamente desequilibrar todas as concepções estratégicas existentes e conduzir a revisão das idéias convenientes atuais na questão da defesa nacional.

Quais podem ser os meios de defesa contra a bomba atômica? Em primeiro lugar uma poderosa aviação defensiva que impeça seu lançamento pelos aviões inimigos; porém isto é uma contra-medida ilusória, porque o domínio do ar é limitado, tanto no tempo como no espaço, por sua própria natureza, quaisquer que sejam os métodos novos para mantê-los. Existe também a possibilidade de encontrar contra-medidas científicas, porém por enquanto não é possível confiar nelas.

Devemos, pois, enfrentar o problema de um modo objetivo. Contra tal engenho de destruição é absolutamente necessário instalarmos tão longe quanto for possível do território inimigo, dispersarmos e instalarmos em subterrâneos.

Quanto mais distante nos instalarmos, tanto menos preciso será o tiro no caso do material rádio-dirigido. O tiro de uma "V-2" da EUROPA à AMÉRICA será sempre um problema difícilíssimo, embora supondo que para sua direção se empregue o mais aperfeiçoado radar. Porém, a bomba atômica que arrazou NAGAZAKY foi lançada de uma altura de 7.000 m e não foi um tiro de precisão.

A preparação da dispersão das populações das grandes cidades e das indústrias, deve ser a primeira preocupação dos governos. Os alemães fizeram muito a este respeito e isso quando apenas tiveram que enfrentar as bombas atuais de até 10 toneladas. A bomba atômica continuará sendo durante algum tempo um produto caro e relativa-

e nos força a cessar as hostilidades"...?

Além do mais, os beligerantes que não tivessem forças organizadas e dispusessem somente das novas armas, se encontraríamos na situação de duas fortalezas que estivessem se destruindo mutuamente com fogo de artilharia e que careceriam da força de infantaria precisa para materializar e colher o fruto conseguido por uma eventual superioridade de artilharia. Porque, e este é o ponto mais importante, quaisquer que possam ser os futuros meios de agressão, permanecerá sempre sendo necessária a ocupação das bases inimigas, argumento que justifica a manutenção das forças armadas clássicas.

Observemos, finalmente, que desde o momento em que se começa a ocupar um país e no qual as forças atacantes se misturam com a população daquele, o emprego dos projetis rádio-dirigidos é muito arriscado e surge também a possibilidade de manter uma guerra moderna de guerrilheiros.

É indiscutível que esta classe de guerra, cujo expoente histórico mais famoso é a guerra da ESPANHA contra NAPOLEÃO, adquiriu na última contenda, considerável importância na RÚSSIA e na CHINA. A falta de segurança que sofreram as retaguardas alemãs e japonesas, a constante interrupção de suas linhas de comunicações, as valiosas informações obtidas pelos russos e pelos chineses, as emboscadas e os golpes de surpresa sincronizados com os ataques na frente, aceleraram a derrota das nações do Eixo.

Daqui em diante, o desenvolvimento do transporte aéreo pode aperfeiçoar a guerra de guerrilheiros e torná-la mais poderosa, especialmente se o povo invadido tiver estudado seus métodos com aproveitamento.

Hoje, o transporte de agentes de informações e o lançamento, por meio de para-quedas, de armas e munições, se realizam já com grande eficiência. Os aviões de transporte podem carregar até carros de combate leves e, em futuro

próximo, será uma coisa normal o transporte de grandes unidades de combate com seu material pesado. Na ocasião do desembarque na NORMÂNDIA, o estado-maior francês havia projetado lançar consideráveis forças aéro-transportadas no maciço central da FRANÇA, as quais constituiriam o ponto de apoio e de reunião das forças da resistência e, com elas, atacariam a retaguarda alemã do sudoeste e do vale do RODANO, se o projeto houvesse sido levado a efeito em fins de julho daquele ano, teria influido decisivamente no período em que se desenrolou a última batalha de CAEN.

Num conflito futuro, a guerra de guerrilhas será, portanto, dirigida e abastecida de acordo com os planos superiores; porém, terá de ser levada a efeito por populações que, mediante a devida instrução militar, conheçam seus métodos especiais e dominem os princípios de proteção, marcha em pequenos grupamentos, dispersão e reunião rápida, emprego do terreno e, finalmente o combate corpo a corpo, que permite a silenciosa eliminação do inimigo; princípios todos estes que devem fazer parte do treinamento militar dos "comandos".

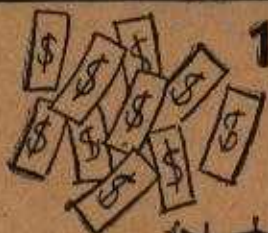
Porém, por outro lado, é preciso também saber como se deve dominar um país cujos habitantes estejam instruídos no sistema de guerra de guerrilhas e que seja necessário ocupar. A solução deste problema encontrámo-la nos exércitos russos; o que invadiu a ALEMANHA compunha-se, na realidade, de duas espécies de unidades muito diferentes: as de combate, que eram compostas de blindados, infantaria e às vezes cavalaria, apoiadas por consideráveis forças aéreas e as formações especiais, numerosíssimas, encarregadas de fazer frente aos guerrilheiros, sempre que se apresentasse ocasião.

Portanto, qualquer que seja o poder destruidor do material à nossa disposição, necessitaremos sempre, por várias razões, de forças organizadas terrestres, navais e aéreas. E, como o meio que tem o soldado

de preparar-se para o futuro, é estudar cuidadosamente o passado, é muito aconselhável que aqueles que desejarem ser bons chefes militares se instruaem tanto nos textos clássicos de VEGESIO, SAXE e

CLAUSEWITZ, como nos modernos do Almirante CASTEX e do Capitão D. LIDDELL HART, pois há na II Guerra Mundial ensinamentos tão interessantes ou mais do que nas anteriores.

Esta é uma grande oferta...



15 PRESTAÇÕES

SEM ENTRADA...

SEM FIADOR...



IMPRESINDIVEL

à sua economia...

INDISPENSÁVEL

em todos os lares...

Uma boa máquina

de costura é a

grande OFERTA

NENO...

Preencha o coupon marcando dia e hora para nosso vendedor procurá-lo.

Meu nome:

Meu endereço:

Desejo receber a vendedor no dia / / 1949, às h(s).

Casa Neno

SÓ VENDE O QUE É BOM!

RUA DO NÚNCIO, 7

Filial: Rua Buenos Aires, 151 - 1.º andar

Quando
deixar o
na Defen
lho de
as coisa
vibrações
conceitos
mais em
ções des
que a m
a muito
achava
gência o
determin
Queria a
mentos c
forçosam
mente di
princípios
cepção d
nossos se
mente n
para as
esses me
qualquer
mais é, q
invisíveis
muns.

Assim,
forma de
de vibraç
pela frequ
vibrações
sobre as
tuem os
sofrem al
que corre
gem o cer
pretadas
No entanto
mundo ext
têm cor, o
determinad
aquelas q
que dizem
Outras vib
tante conhe
(as ondas

EDUQUEMO-NOS ESPIRITUALMENTE

Cap. RAUL LOPES MUNHOZ

Quando em meu artigo "Vamos deixar de fazer ondas", publicado na Defesa Nacional (n. 422, de julho de 1949), afirmava que tôdas as coisas físicas eram ondas ou vibrações, e que todos os nossos conceitos de fenômenos físicos nada mais eram que meras interpretações dessas ondas, não queria dizer que a matéria não existisse, como a muitos pareceu, mas, que se achava encoberta à nossa inteligência o verdadeiro princípio que determinava a sua existência. Queria apenas mostrar que os elementos constitutivos da matéria tão forçosamente inextensos e puramente dinâmicos e que, os mesmos princípios que nos conduzem à concepção das coisas perceptíveis aos nossos sentidos sensoriais, igualmente nos sugerem a explicação para as coisas imperceptíveis a esses mesmos sentidos, pois que, qualquer fenômeno sensível, nada mais é, que o sinal visível de ações invisíveis aos nossos órgãos comuns.

Assim, o sol nos envia sob a forma de luz visível sete espécies de vibrações que se diferenciam pela frequência vibratória. Estas vibrações agindo diferentemente sobre as substâncias que constituem as células de nossa retina, sofrem alterações, gerando como que correntes elétricas que atingem o centro visual e são interpretadas como sensação de cor. No entanto a cor não existe no mundo exterior: — os objetos não têm cor, o que fazem é absolver determinadas vibrações e refletir aquelas que correspondam a cor que dizemos que elas possuem. Outras vibrações ainda que bastante conhecidas pelos seus efeitos (as ondas electro magnéticas, por

exemplo) escapam aos nossos sentidos.

A nossa inteligência pode porém conhecer ainda outros fragmentos das realidades que nos cercam, apesar de nossos sentidos sensoriais comuns nada nos revelarem. O homem possui sentidos outros, ainda não desenvolvidos, por meio dos quais pode estudar modalidades de vibrações de natureza mais sutis para as quais não existe nenhum aparelho mecânico capaz de revelá-las.

"Criptestesia" é o nome dessa sensibilidade oculta que todos nós possuímos em maior ou menor desenvolvimento e que nos permite perceber vibrações impossíveis de determinar pelos nossos sentidos comuns.

Richet classificou de "metapsíquicos" todos os fenômenos não classificados nos fatos "habituais" da Psicologia normal, mecânica racional ou da Física, apesar de muitos desses fenômenos já se terem tornado bastante "habituais", e as leis que os regem já serem bastantes precisas e regulares. E, a ciência denominada por Aristóteles de "Metafísica" foi denominada por Richet de "Metapsíquica" definindo-a "como uma ciência que tinha por objeto os fenômenos mecânicos ou psicológicos originários de forças que parecem inteligentes ou de forças latentes na inteligência".

Como desenvolver esse poder criptestésico que possuímos e que nos permitirá perceber pelos meios simbolicamente um fragmento das realidades que nos cercam e que não são perceptíveis aos nossos sentidos comuns? — É bastante cultivar, aprender a utilizar uma matéria mais sutil que em nós

existe além de nosso corpo físico. As vibrações das modalidades mais sutis da matéria não serão percebidas pelos sentidos sensoriais do corpo físico, mas pelos sentidos dessa matéria, também mais sutil.

Como cultivá-la? — Educando-nos, isto é, procurando conhecer e desenvolver sob o ponto de vista dos seus fins as forças latentes que em nós dormem. Para isso, não há necessidade de grande preparação e estudos, e tão somente de um pouco de imaginação e meditação, ao alcance de qualquer um de boa vontade.

Até então os nossos pensamentos se confinavam em círculos estreitos dentro de escolas ou sistemas que se excluíam e combatiam reciprocamente. Aprendamos a sair desses círculos rígidos e dar livre expansão ao pensamento. No plano físico-químico, a vida manifesta-se através de sistemas físico-químicos, não há dúvida. Outros planos porém existem e dos quais participamos, cada qual com a sua própria e diversa constituição vibratória, operando-se as forças ordenadoras da vida em todos os planos. Cada plano do universo, cada círculo da vida, corresponde a uma ordem de vibrações que se acentuam e se tornam mais rápidas, mais sutis, à medida que se aproxima da vida perfeita.

Cada escola, cada sistema contém uma parte da verdade, nenhuma contém a realidade inteira pois que o universo e a vida têm aspectos muito variados, numerosos demais para que um sistema possa abraçar a todos. Destas múltiplas concepções que surgem de cada sistema, devemos recolher os fragmentos de verdade que contém, aproximando-os e pondo-os de acordo, e unindo-os pelos inúmeros elos de verdade que descortinamos todos os dias.

Essa educação para ser completa deve inspirar-se no estudo da vida sob suas 2 formas: a física (visível) e a metafísica (invisível).

A ciência moderna já analisou o mundo exterior. Suas penetrações no universo objetivo são profundas, porém, sua obra está incompleta — nada sabe ainda sobre o mundo in-

visível e interno. Já estudou o homem sob o ponto de vista biológico porém esqueceu-se que ele é uma totalidade cósmica, e, é necessário concluir a sua obra: saber por que laços o homem se liga ao conjunto do universo, descer as sinuosidades misteriosas do ser.

Para que se possa fazer algo de útil é necessário saber que o universo é regido pela lei de evolução e que, para cooperar nessa evolução geral, e recolher todos os seus frutos, é preciso, antes de tudo, aprender a discernir, a reconhecer a causa e o fim dessa evolução, saber onde ela nos conduz, a fim de poderemos participar com todos nossos esforços e das faculdades que dormitam em nós dessa ascensão grandiosa.

Homem, quem és tu? Que fases? Para que vives?

Quantas vezes essas questões tão profundas se apresentam ao nosso espírito com tantos pontos de interrogação inquietadores e misteriosos, fazendo-nos sentir uma certa agonia e um mal-estar inexplicável...

O que somos nós? Pobres insetos humanos, moléculas, átomos, vibração, movimento, nada...?

A força espiritual que vive na essência das coisas e governa o universo em suas partes infinitesimais revela-se para nós no mundo sideral, no mundo inorgânico, no mundo das plantas, no mundo dos seres animados e no mundo do pensamento. No entanto, nada compreendemos...

Vinte civilizações têm passado pela terra, iluminando a marcha da humanidade e, o homem não discerne ainda atrás dos horizontes limitados de seu pensamento, o além sem limites aonde o leva o destino. É, impotente para dissipar o mistério que o cerca, cai na indiferença, e esgota suas forças nas obras da terra, fugindo aos esplendores de sua tarefa espiritual, tarefa que é o seu verdadeiro objetivo na vida.

As escolas filosóficas depois de tantos séculos de estudos e de trabalhos constituem ainda doutrinas sem luz e sem calor, cada uma que se sucede procurando destruir e combater as anteriores em vez de

reunir

que e

O m

sabar

atenta

teorias

balhos

gar a

não

A teor

exemp

de ba

atualm

O mat

a met

acêrca

logia,

plicaçõ

as sua

ciência,

nha a

tuda o

vide c

conheci

téria e

téria.

Assim

gras pr

caminh

tação,

nesse c

contrar

abranja

que rei

temas,

fragment

Esta

numa n

do espir

para a q

porânea

preciosa

dirige-se

gência;

tuda os

de base

o ensino

constitu

deroso p

dade po

a todos

humano.

Para

deve: "P

a instruç

formas m

reunir os fragmentos de verdade que encerram.

O materialismo científico vê desabar ante uma observação mais atenta todos os seus métodos e teorias e cálculos, com grandes trabalhos arquitetados, para dar lugar a novas teorias que ainda assim não terão maior estabilidade. A teoria do átomo indivisível, por exemplo, que há 2.000 anos serviu de base à física e à química é atualmente uma mera hipótese. O materialismo científico desdenha a metafísica e faz declarações acerca da alma através da psicologia, satisfazendo-se com as explicações mais simples, chamando as suas manifestações de "consciência, complexos", etc. Desdenha a metafísica e no entanto estuda o átomo material e o subdivide cada vez mais chegando ao conhecimento do nada que é a matéria e acreditando no tudo da matéria.

Assim sendo, onde encontrar regras precisas que nos mostrem o caminho a seguir? Qual a orientação, qual o verdadeiro caminho nesse caótico labirinto? Onde encontrar uma vasta síntese que abranja todos os reinos de idéias, que reúna todos os pequenos sistemas, cada um contendo em si um fragmento da verdade?

Esta síntese nós encontramos numa nova doutrina — a doutrina do *espiritualismo científico*, ciência para a qual as descobertas contemporâneas trazem cada dia novas e preciosas contribuições; ciência que dirige-se aos sentidos e à inteligência; experimental quando estuda os fenômenos que lhe servem de base; racional quando verifica os ensinamentos que deles derivam, constituindo um instrumento poderoso para a indagação da verdade pois serve simultaneamente a todos os ramos do conhecimento humano. Finalmente é também

uma religião que corresponde às exigências de uma geração como a nossa, educada na escola do Racionalismo, e que pelos exageros de dogmas e de um misticismo mórbido, já se tornava também desconfiada e indiferente.

O espiritualismo é ciência, é filosofia e é também religião, abrangendo todas as ciências, todas as doutrinas e todas as formas variadas do saber e do conhecimento. O espiritualismo reúne tudo, é como que um denominador comum para todas as concepções, idéias e doutrinas fragmentadas e incompletas.

Eduquemo-nos espiritualmente, e veremos respondidas aquelas dolorosas interrogações, e, aprenderemos então a cultivar essa matéria mais sutil que em nós existe, e entraremos em contacto com os outros planos que nos cercam, fragmentos duma única vida que continuará por toda a eternidade.

Porém isso não é tudo, procuremos também divulgar tais idéias para que possamos cimentar, reedificar a vida e a sociedade humana, tirando a alma de nossos irmãos da obscuridade e da contradição.

Não é bastante que, pelo ensino clássico e pelos mais modernos processos de pedagogia moderna, guiemos as gerações no cultivo e no ornamento da inteligência, é necessário também esclarecer-lhes o caminho da vida dando-lhes a tempera necessária para as lutas da existência, inspirando-lhes a ação, o amor, a virtude e a dedicação. Não é bastante dar-lhes conhecimentos e aptidões para esclarecer-lhes o caminho da vida, é preciso dar-lhes também uma concepção espiritual, uma fé, algo que lhes seja uma consolação suprema nas horas difíceis e também a origem das virtudes másculas e das altas inspirações.

O QUE VEM A SER UM GEOPOLÍTICO!

Para Hanshofer, pai da Geopolítica alemã, o verdadeiro geopolítico deve: "possuir o talento de um periodista e seu agudo sentido noticioso, a instrução de um oficial de E.M. com sua apreciação precisa dos informes mais diversos e a sábia ambição de um sábio".

O CAVALO

Ten.-Col. J. H. GARCIA

Ultimamente nossas revistas têm tratado da cavalaria a cavalo, procurando mostrar que esta modalidade da Grande Cavalaria nos será ainda muito útil. Baseiam-se os articulistas em trabalhos americanos, russos e argentinos, todos unânimes particularmente em salientar os feitos da cavalaria russa.

Em conclusão, não há dúvida nenhuma de que a cavalaria a cavalo será ainda de grande utilidade em uma futura guerra particularmente para os países fracamente industrializados, com vastos territórios e pobres de estradas (Rússia, Índia, China, Brasil, etc.).

Há coexistente com uma cavalaria útil uma série de problemas:

- preparação;
- organização adequada;
- cavalos em quantidade e qualidade.

Dos três, a preparação é o mais fácil de alcançarmos, porque de nós depende unicamente.

A organização adequada depende de um fator, o armamento que ainda não está dominado; entretanto, partindo da consideração de que "armamento adequado" quer dizer mosquetão ou coisa semelhante, fuzis anticarro ou lança-rojão, morteiros, metralhadoras e munições, conclui-se que podemos dentro em breve nos libertar do estrangeiro.

O cavalo é o fator principal para o país que se convence de que uma cavalaria a cavalo lhe será muito útil.

Qual a situação do nosso país em relação a este problema?

Quais são as perspectivas?

Temos progredido dentro da grande idéia ou variantes têm sido tomadas por influências alheias ao grande objetivo? Relativamente aos outros países do mundo qual a nossa situação em rebanho equino?

São questões que andam nos lábios e no pensamento de muita gente...

E aí ficam para que os especialistas as ponham em seus verdadeiros lugares.

Dos mais recentes tempos, o desejo de melhoramento do homem tem se manifestado de modo a levar-nos no campo dos conhecimentos humanos a mais arrojadas concepções e práticas.

No terreno das artes gráficas isto, tem se verificado em progressão geométrica dada a necessidade sempre crescente da difusão de idéias entre os povos, pelo próprio acréscimo das luminosas descobertas pelos irmãos da ciência.

Que faziam em anos um só livro, as modernas máquinas de imprimir de hoje, o progresso alcançado é fantástico.

E, ao se falar, em perfeição da reprodução, não pode mais deixar de mencionar este maravilhoso regulador "MULTILITH" que, com um novo processo, marca mais um passo no progresso das indústrias gráficas.

Este processo "Multilith" játo conhecido o último dos problemas da impressão: espaço-tempo em seu sistema, num pequeno espaço, V. S. poderá ter qualquer reprodução rápida de documentos, gravuras, livros, etc., por um processo econômico e rápido.

Este processo, depois de aprovado nos países mais adiantados é oferecido ao Brasil onde a ADDRESSOGRAPH-MULTIGRAPH DO BRASIL S. A. está a disposição dos interessados para qualquer demonstração.

REPRODUTORA MULTILITH



ADDRESSOGRAPH-MULTIGRAPH DO BRASIL S.A.
Av. Graça Aranha, 182 - B. AVAREZ

Solren
conflito
passar,
ninguém
pleta er

Não
por fugi
bém pon
gestão o
transform

Entret
litarment
as mod
meio-ton
a capaci
xionamen
assimilam
mente, o
sos, etc.,
Sam" e
a mesma

Entre
mação qu
absolver
que cusa
E o refer
cederam
regulame

Adapta
impressos
guem, se
modificaç
tiva, a se
obedecem
de distrib
saídos, di
momento,
samente.

A quan
nuais é
adquiri-lo
teca (se
nome?) o
nosso cat
profundam
cado, atin
igualado.

SUGESTÃO ?... APELO ?

Cap. L. C. SILVEIRA, da E.I.E.

Sofreu o nosso Exército, com o conflito mundial que acaba de passar, e isto não é novidade para ninguém, uma transformação completa em sua estrutura.

Não analisaremos aqui, mesmo por fugir de nossa alçada, e também por não ser objeto desta sugestão ou apelo, até que ponto esta transformação atingiu seus alícerces.

Entretanto, para nós, criados militarmente em "fraldas" francesas, as modificações nos deixaram meio-tontos. Não que nos faltasse a capacidade de adaptação ou flexionamento de raciocínio para assimilarmos, completa e rapidamente, os novos métodos, processos, etc., trazidos da terra de "Tio Sam" e sim pela rapidez com que a mesma foi realizada.

Entre os aspectos da transformação que ainda não conseguimos absolver totalmente, destaca-se um que ousamos reputar de essencial. E o referente aos Manuais, que sucederam aos nossos velhos e sábios regulamentos...

Adaptados ou não, eles vão sendo impressos e colocados à venda; seguem, segundo nos parece, com a modificação apenas da letra indicativa, a seriação norte-americana e obedecem uma determinada norma de distribuição pelos órgãos interessados, distribuição essa que, no momento, não nos ocorre precisamente.

A quantidade dos citados Manuais é enorme e se pudéssemos adquiri-los todos, a nossa biblioteca (se caixão merecer esse nome?) cedo se avolumaria e o nosso cabedal profissional seria profundamente aumentado, reforçado, atingindo um grau jamais igualado.

Mas, isso, se pudéssemos adquiri-los ou pelos menos compulsá-los nas horas em que deles mais precisamos.

Tal, na realidade, não se dá.

Os distribuídos são "carga" e, em consequência, guardados avaramente, no fundo de gavetas bem fechadas e seguras, pelos ajudantes e demais responsáveis, ciosos de tão valiosos tesouros, cuja entrega, na hora da passagem da função, lhes dará uma calma preciosa, evitando "memorandites", "informatites" e outras "doenças" mais.

Os colocados à venda são logo esgotados, dependendo do interesse e das necessidades profissionais. Como exemplo citaremos o C-100-10, de grande valia para todos nós, de há muito totalmente desaparecido do mercado.

Ora, há certos Manuais que são fundamentais — C-100-5, C-25-5, C-2-20, C-7-20, C-6-40, etc. etc. — dependendo da Arma ou Serviço.

Acresce, ainda, que para se tornarem menos volumosos, nas "generalidades" de cada Capítulo, existe um parágrafo que diz, mais ou menos o seguinte: "para maiores detalhes" "ver para outros pormenores", etc., etc., os "Manuais, tais e tais"...

Outras vezes, quando se está na melhor parte do ensinamento de um parágrafo, depara-se com: "para isso... ver C-", o que constitui, para quem não possui o Manual indicado, uma solução de continuidade que se vem refletir, muitas vezes, diretamente na preparação de determinada instrução.

Que fazer nesta emergência?

Se, para nós, que estamos na "côrte", a dificuldade ressaltava logo, calculemo-la para os companheiros que servem em guarnições longínquas e chegaremos à conclusão de que a falta dos mesmos acabará por lhes tirar o ânimo e a "vibração", colocando-os, ainda, em situação incômoda perante seus comandados.

Foi pensando, principalmente, nos companheiros e, mesmo, por sentirmos as "aguras" freqüentemente na "própria carne", que nos

aventuramos a esta sugestão ou apêlo:

"Obrigatoriamente, os Manuais fundamentais a cada Arma ou Serviço, serão enviados, nominalmente, a cada oficial e sargento à mesma pertencente, por intermédio do comandante ou diretor do Corpo, Estabelecimento ou Repartição, que fará a distribuição e será responsável pela remessa da respectiva indenização."

Fica, pois, o apêlo ou sugestão.

Desejamos que seja recebido e resolvido com a mesma boa intenção com que foi feito.

O GENERAL MARK CLARK E A F.E.B.

O General, em seu livro "Calculated Risk", que acaba de ser publicado, fala sobre a chegada dos 25.000 alegres soldados que integravam a Força Expedicionária Brasileira e explica por que não os enviou imediatamente para a linha de frente, como muitos deles desejavam. O General diz que o adestramento recebido pelos brasileiros era diferente do que haviam recebido outras forças sob seu comando e não quis lançá-los à luta imediatamente em virtude dos riscos políticos envolvidos nisso.

Mark Clark afirma que os alemães estavam ansiosos por atacar os brasileiros com tudo quanto tinham às mãos, a fim de demonstrar que seus aliados os haviam utilizado como "carne de canhão". Por essa razão, diz, os brasileiros foram lançados à luta lentamente.

O General conta que durante a visita de inspeção que realizou às tropas brasileiras, encontrou-as vestindo uniformes de verão durante o cruento inverno italiano, porém isto foi remediado rapidamente. Quanto aos sapatos — disse — os brasileiros tinham os pés tão pequenos que isso constituía um problema.

"O equipamento de combate pareceu-me magnífico, e em geral os brasileiros estavam entusiasmados por participar da luta. Na verdade, tinham tanta pressa por fazê-lo que provavelmente não receberam o adestramento completo de que necessitavam depois de chegarem à Itália."

"Entretanto, eles cooperavam ao extremo e existia um ambiente de vigorosa amizade entre os nossos quartéis. O que mais vivamente recordo desse dia foi que, ao terminarem as cerimônias, os brasileiros começaram repentinamente, a cantar o "God Bless America", embora a maior parte deles só soubesse falar o português".

Clark recorda também sua visita ao Brasil, ao terminar a guerra, dizendo: "Desde que o nosso avião aterrissou por alguns instantes em Natal, onde passei em revista a um grupo de oficiais e soldados do exército, da armada e das forças aéreas, a nossa visita ao Brasil foi uma constante série de homenagens e atos oficiais. Do Rio de Janeiro a Belo Horizonte, de São Paulo a Porto Alegre e de regresso ao Rio, participamos da alegre boas-vindas aos primeiros soldados brasileiros que regressavam de participar de uma guerra na Europa".

O General diz que "o povo do Brasil tem direito de sentir-se orgulhoso das vitórias e sacrifícios de sua magnífica força expedicionária sob a excelente e compreensiva direção no General Mascarenhas de Moraes".

Na leitura seguinte:

1) Não é muito particular transferências. temos nós. A música francesa no momento.

2) Naquele seu território mar, que passa por lá, o valor baixo do que é a situação das impo 18-VIII-950, ou

3) Alguma vez, da que vai Militar, que tanto





PIEDADE PARA OS NÔMADES

Ten.-Cel. DUVAL

(Traduzido da revista "Forces Aériennes Françaises", número de junho de 1950, pelo Ten.-Cel. ALBERTO RIBEIRO PAZ.)

A crise de habitações de que sofre a população inteira da França perturba o movimento normal das transferências do pessoal da Aeronáutica. O projeto do Ten.-Cel. DUVAL oferece oportunidade para se resolver uma penosa situação que desencoraja os quadros do Exército do Ar e contraria os esforços do Comando.

NOTA DO TRADUTOR

Na leitura ocasional do presente artigo observamos, desde logo, o seguinte:

1) Não é só nosso o problema da moradia, problema esse que fere muito particularmente o pessoal das Forças Armadas, sujeito a frequentes transferências. A França sofre-o com toda a intensidade, tal como o sofremos nós. A aflição por que passa, nesse sentido, o pessoal da Aeronáutica francesa, é exatamente igual à do pessoal do Exército brasileiro, no momento.

2) Naquele país, que sentiu a guerra dentro de suas fronteiras, que teve seu território revolvido pelos bombardeios aéreos, terrestres e do mar, que passa por fase de verdadeira reconstrução, os aluguéis são mais baratos, o valor dos terrenos é menor, o custo das obras é bem mais baixo do que entre nós (pelo menos no Rio de Janeiro), feita a conversão das importâncias indicadas pelo autor, ao câmbio oficial do dia 18-VIII-950, ou sejam 0,0535 cruzeiros por franco.

3) Algumas das soluções focalizadas pelo autor aproximam-se, talvez, da que vai ser tentada pela nossa Carteira Hipotecária do Clube Militar, que tantas esperanças tem despertado.

Por isso, não pudemos conter o desejo de transcrever integralmente o trabalho do Ten.-Cel. DUVAL, oferecendo-o à consideração de nossos leitores, particularmente no momento em que se cogita da criação do "Serviço de Assistência Social para os civis e militares do Ministério da Guerra", entre cujas finalidades se inclui, em primeiro lugar, a solução do problema da moradia.

Se o pessoal da Aeronáutica desce, por vezes, à terra para preocupar-se com questões materiais, há uma dessas questões à qual lhe dá maior importância: é a questão da habitação.

O Governo, com efeito, preocupa-se com seus governados remunerando-lhes o trabalho, deslocando-os periodicamente, cuidando do seu futuro, isto é, elevando-os aos mais altos destinos da sua própria hierarquia... ou assegurando-lhes... uma reforma por tempo de serviço.

Esse Governo, todo-poderoso embora, vacila no entanto face a um "problema": não pode fazer o papel de boa hospedeira, isto é, por meio de simples transferência faz com que qualquer de seus governados perca o benefício da disponibilidade de uma habitação que conseguiu, muitas vezes, após meses e meses de intensa procura.

O drama é bem este: cada um procura alojar-se, remove céus e terra para atingir esse fim, consegue-o, mas nas traves do seu novo lar fica suspensa esta moderna espada de Damocles: a transferência.

Então:

- ou bem se é militar e se coloca o amor à profissão acima das preocupações materiais;
- ou bem se é pai de família e tudo se faz para que esta família não seja sacrificada por uma nova fantasia do Comando.

Não se poderá, pois, ser ao mesmo tempo bom militar e bom chefe de família?

Deverá o Exército do Ar cristalizar-se na imobilidade, "funcionarizar-se", somente por que existe um problema de habitação?

...

É um problema nacional cujas causas seria fastidioso enumerar,

de vez que vêm sendo, de há muito, postas em foco por inúmeros artigos de imprensa.

Tal problema pode resumir-se nas seguintes declarações reiteradas do Ministro da Reconstrução e do Urbanismo: "Constroem-se na França, por ano, 25.000 habitações, enquanto que para fazer face à procura seria necessário que se construíssem 25.000 por mês, durante os próximos vinte anos".

Por muito tempo o capital investido em construções não vem sendo remunerado e desde muitos anos o francês prefere empregar seu dinheiro em empresas que lhe assegurem um rendimento nitidamente superior ao que lhe poderia proporcionar o aluguel de um imóvel.

Segue-se que não há habitações em número suficiente para atender à procura e, se o pessoal sedentário por profissão pode esperar longo tempo para "construir" seu "buraco", parece impossível ao pessoal obrigado, por vocação ou por necessidade, a frequentes deslocamentos, encontrar um teto em condições aceitáveis.

É bem certo que para fazer-se desaparecer o problema será preciso construir, mas construir custa caro, imobiliza capitais difíceis de obter e que, se investidos, devem oferecer renda!

Foi por isso que o Governo decidiu valorizar os aluguéis por etapas sucessivas e, desde 1947, retomou a política de financiamento de construções novas interrompida pela guerra, política que encontra suas bases na legislação sobre habitações a baixo custo.

Graças a essas disposições (leis Ribot-Loucheur) todo o francês casado pode adquirir propriedade por meio de empréstimo hipotecário a longo prazo.

Se todos os franceses fossem, no seu conjunto, menos ignorantes das leis e em particular daquelas que

lhes
aprova
que e
Ven
certa
possí
habita
anos
que,
pleno
será
poder
um pr
Qu
minar
rir a p
o aux
graças
constru

É ne

Além
possuir
radas n
trabalho
dio isol
imóvel
A coo
por inte
ções:

1º) S
búldrio,
cando o
dezembr
potecário
veis em
a furo de
O cand

(1) N

lhes são favoráveis, sem dúvida aproveitar-se-iam das vantagens que essas leis lhes oferecem.

Verifica-se, com efeito, que sob certas condições preliminares é possível tornar-se proprietário da habitação própria, ao fim de alguns anos, pagando um aluguel anual que, por curioso paradoxo, após o pleno efeito da lei do inquilinato, será sensivelmente igual ao que poderia ser exigido legalmente por um proprietário qualquer.

Quais, pois, as condições preliminares por satisfazer para adquirir a propriedade, isto é, para obter o auxílio financeiro do Estado, graças ao qual torna-se possível construir a casa própria?

É necessário:

- primeiro, não ser proprietário de imóvel qualquer;
- provar a disponibilidade de recursos suficientes para fazer face às prestações do reembolso;
- estar ainda em condições de completar o reembolso do empréstimo solicitado antes de ter atingido a idade de 65 anos;
- possuir, enfim, um terreno livre de hipotecas e situado em local próprio para construção residencial (arruamento, ligação às redes de distribuição d'água, de gás, de eletricidade, plano de urbanismo).

Além disso, a construção deve possuir as características enumeradas no anexo n.º 1 ao presente trabalho ⁽¹⁾ quer se trate de prédio isolado quer de apartamento de imóvel em condomínio.

A cooperação do Estado se faz por intermédio de duas organizações:

1ª) *Sociedades de crédito imobiliário*, habilitadas a realizar aplicando o artigo 26 da lei de 5 de dezembro de 1923, empréstimos hipotecários individuais, reembolsáveis em trinta e cinco anos, feitos a juro de 2,75 %.

O candidato é obrigado a efetuar

uma entrada em dinheiro ou sob forma de terreno, cujo valor seja pelo menos igual à quinta parte do montante da operação. O valor máximo dessa operação, conforme ato ministerial (março de 1949), varia entre 900.000 e 1.500.000 francos (Cr\$ 48.150,00 e Cr\$ 80.250,00), segundo os tipos de prédios por serem construídos.

Os empréstimos serão garantidos por hipoteca e seguro de vida a cargo do tomador respectivo.

2ª) *Sociedades cooperativas de casas baratas*, as quais oferecem aos seus associados duas formas de participação:

a) Por um lado, a locação em usufruto. Os membros da Sociedade, locatários das habitações construídas com auxílio de empréstimo do Estado, são obrigados a subscrever ações com valor correspondente a 10 ou 15 % do custo da construção e a liberar imediatamente essas ações, isto é, a depositar a importância correspondente, em dinheiro. Além disso, obrigam-se a efetuar, se for necessário, depósitos anuais destinados a completar o aluguel e a assegurar o equilíbrio financeiro da operação.

Essa forma de participação financeira assegura ao associado o benefício da moradia para toda a vida mas não lhe permite tornar-se proprietário da mesma (citamo-la aqui de memória).

b) Por outro lado, a locação-concessão. Os membros da Sociedade, locatários das habitações construídas com auxílio do Estado, não se tornam proprietários do local por eles ocupado senão após a liquidação da dívida contraída. O locatário-concessionário obriga-se a subscrever ações no valor equivalente ao preço de venda do imóvel e a liberar essas ações no prazo máximo de 35 anos; durante esse prazo as ações não liberadas vencem um juro de 2,75 %. Por ocasião da subscrição das ações o candidato é obrigado a liberar ações correspondentes à décima parte do valor do terreno e da casa, segundo a mesma modalidade adotada para

(1) No fim do trabalho.

os empréstimos hipotecários individuais realizados pelas Sociedades de crédito imobiliário.

O locatário-concessionário obriga-se, também, a contrair na Caixa Nacional de Seguros um seguro temporário para atender ao caso de falecimento. Esse seguro é pago num prêmio único, adiantado pelo Estado, podendo o seu valor ser incorporado ao montante do empréstimo. No caso de falecimento a viúva fica livre da dívida tornando-se imediatamente proprietária do imóvel por concessão.

imobiliário, torna-se, imediatamente, proprietário da habitação construída. Sua única obrigação consiste em pagar as prestações do empréstimo que lhe foi concedido;

2º) Fica isento de imposto territorial durante vinte e cinco anos;

3º) Beneficia-se do abono-habitação, concedido por aplicação da lei de 1 de setembro de 1948, entrada em vigor a 1 de abril de 1949, o qual alivia sensivelmente o valor das prestações.

Diante dessas grandes vantagens, como se explica que apareçam tão



Montagem de uma casa de 5 peças, 2 andares, em elementos prefabricadas

Em qualquer dos casos, a Sociedade de crédito imobiliário (ou a Sociedade cooperativa) recebe a hipoteca do imóvel construído, hipoteca essa que se levanta mediante reembolso da quantia emprestada.

As despesas de contrato (registro, inscrição hipotecária, selos, etc.) importam em cerca de 4 a 5 %

Que vantagens decorrem para o tomador do empréstimo?

1º) Quem constrói, graças ao empréstimo do Estado por intermédio duma Sociedade de crédito

poucos pretendentes à aquisição de propriedades? São inúmeras as causas. Já foi assinalada a ignorância de numerosos franceses quanto a essas possibilidades. Ajuntemos a isso as tentativas, os prazos necessários, as formalidades de toda sorte, e também, principalmente a necessidade da entrada inicial e, então, fica tudo explicado!

Para adquirir um terreno, condição preliminar para obtenção do empréstimo, é preciso dispor no mínimo de 200.000 francos (Cr\$ 10.700,00).

Quantos clássicos atuais? (Cr\$ 200.000) principal, os (Cr\$ 200.000) de duas e bancas. O valor susceptível de se-á a 77.040,00 e renovação. Incluindo o prêmio — exequível (Cr\$ 7.700,00) 30 anos para 1.84.262,50. A prorrogação (vinte e cinco anos) mento (juro) (Cr\$ 4.000,00) francos dedução. Até ao ato da maior suir em 1º) A construção (Cr\$ 85.000,00) empréstimo do p. francos 100.000,00. 2º) O expediente sejam 23.1.263,93). 3º) A de contrato incluídas — aproximadamente francos (Cr\$ 200.000,00). Assim, mais o di das despesas ponibilidade francos (Cr\$ 200.000,00) verdadeiramente modesta mediado particular. Se juntamente construção

Quanto ao preço da construção clássica será necessário estimar atualmente em 400.000 francos (Cr\$ 21.400,00) ⁽²⁾ por peça principal, ou cerca de 1.600.000 francos (Cr\$ 85.600,00) por uma casa de duas salas, dois quartos, cozinha e banheiro.

O valor máximo do empréstimo susceptível de ser obtido elevar-se-á a 1.440.000 francos (Cr\$... 77.040,00) — 4/5 do valor do terreno e do custo da construção.

Incluindo-se no empréstimo o prêmio do seguro por falecimento — exemplo: 135.000 francos (Cr\$ 7.222,50), idade 30 anos, prazo 30 anos — o mesmo se elevará para 1.575.000 francos (Cr\$... 84.262,50).

A prestação anual durante 30 anos (ver anexo n. 2) para pagamento do empréstimo (capital e juro) será de 77.870 francos (Cr\$ 4.166,04), ou sejam 6.490 francos (Cr\$ 347,21) por mês, sem dedução do abono-habitação.

Até aqui tudo vai bem, mas no ato da assinatura do contrato o tomador do empréstimo deverá possuir em dinheiro:

1º) A diferença entre o preço da construção — 1.600.000 francos (Cr\$ 85.600,00) — e a parte do empréstimo calculada para regulação do preço referido — 1.440.000 francos (Cr\$ 77.040,00) — ou sejam 160.000 francos (Cr\$ 8.560,00);

2º) O montante das despesas de expediente na base de 1,5 % ou sejam 23.625 francos (Cr\$... 1.263,93);

3º) A importância das despesas de contrato — se não tiverem sido incluídas no total do empréstimo — aproximadamente 5 % ou 78.750 francos (Cr\$ 4.213,12).

Assim, a compra do terreno e mais o dinheiro necessário para as despesas acima importarão na disponibilidade de cerca de 450.000 francos (Cr\$ 24.075,00), soma essa verdadeiramente importante para a modesta economia do francês remediado em geral e do militar em particular.

Se juntarmos a isso a demora da construção, tempo durante o qual

o capital permanece improdutivo, as numerosas formalidades administrativas, por certo que se esfriarão os maiores ardores dos aspirantes à situação de proprietários.

Dever-se-á pois desesperar de ver um dia resolvida a crise de habitações, por isso que, malgrado as vantagens facilitadas pelo Estado, poucos franceses estão em condições de dispor do capital inicial indispensável para o começo da construção?

E, no entanto, na atual conjuntura econômica é uma operação bem tentadora. Todos os que se aproveitaram da lei Loucheur entre as duas guerras certamente que disso não se arrependeram porque se a moeda depreciou-se de 95 %, os imóveis mantiveram o seu valor intrínseco.

Se todos aqueles que subscreveram um seguro de vida "capital" nos anos que precederam à última guerra tivessem, em vez disso, procurado beneficiar-se da lei Loucheur, alguma coisa teriam poupado dos sacrifícios a que se submeteram.

Mas o fato aí está. Por muito tempo ainda a procura de habitações será superior à oferta e os militares, transferidos com frequência, sofrerão esse estado de coisas infinitamente mais do que as classes sociais sedentárias.

Eternos "sem raízes", teremos que ser sempre dependentes de um acaso feliz ou da caridade "interessada" de outrem para podermos dar teto à nossa família?

É simples a resposta a essa pergunta: somente a nós cabe resolver essa questão.

* *

Os militares raramente têm possibilidade de escolher sua guarnição embora encontrem algumas boas razões para não alcançarem seu novo destino em caso de transferência.

Um tal estado de coisas põe em cheque a autoridade do Comando, que então se vê obrigado a levar em consideração questões de inte-

(2) 25.000 francos (Cr\$ 1.437,50) por m² de área coberta.

rêsse pessoal incompatíveis com as necessidades do serviço ("the right man in the right place").

O militar deve submeter-se à regra comum: cumprir ordens, deixar-se movimentar como um peão num tabuleiro de xadrez.

Essa submissão às ordens deve ter um reverso: a contribuição do Comando na solução dos problemas de ordem material que daquelas ordens resultem para o pessoal.

Compete pois ao Comando fazer uma política do pessoal de longa permanência, assegurar a esse pessoal uma estabilidade relativa prevendo com bastante antecedência as modificações no estacionamento das unidades e no enquadramento das mesmas. Compete-lhe ainda proporcionar ao pessoal todas as facilidades para que possa viver decentemente e, em particular, para que possa *morar*.

Em matéria de moradia a solução ideal seria evidentemente libertar-se totalmente do âmbito nacional cujas possibilidades são insuficientes. Por outras palavras, seria necessário dispor dum número de moradias para militares igual aos efetivos por alojar.

No que diz respeito à Aeronáutica, cujo patrimônio imobiliário é praticamente inexistente, cujas rubricas orçamentárias não comportam o título "Construção de casas para o pessoal", isso seria uma utopia. Sonhemos com a soma que seria indispensável inverter para construir vilas ou outros imóveis para uns 17.000 oficiais ou sub-oficiais casados... sabendo-se que essa estimativa é a mais baixa sob o ponto de vista dos efetivos.

A soma de 20 a 30 milhares de milhões indispensável para uma tal empresa seria definitivamente subtraída do nosso magro orçamento, de vez que, os bens da Aeronáutica são fornecidos pela Administração dos domínios. Admitindo mesmo que esse financiamento pudesse dividir-se por vários anos, o problema ainda assim não estaria resolvido, por isso que a crise de habitações subsistiria para uma fração do pessoal durante esse mesmo tempo.

Ora, essa situação não poderá permanecer. Dentro de dez anos

as famílias do pessoal da Aeronáutica estarão novamente desabrigoadas. É necessário que se encontre uma solução rápida e eficaz, solução essa que interessará ao Exército do ar no seu conjunto, tanto do ponto de vista do Comando como do particular.

Na primeira parte da presente exposição foram focalizadas todas as vantagens que a legislação atualmente em vigor oferece aos que querem adquirir propriedades.

A frente delas colocaremos a constituição dum capital imobiliário com o qual sonham todos os franceses. Será talvez supérfluo insistir sobre a garantia que tais investimentos apresentam cobertos por seguro de vida. Em caso de falecimento do chefe da família, a viúva torna-se imediatamente proprietária do imóvel e pode, em consequência, seja hipotecá-lo, seja vendê-lo, recuperando assim uma "massa de manobra".

A seguir apontaremos a economia imediata que o futuro proprietário faz beneficiando-se dum teto para sua família e fugindo à rapacidade dos proprietários ou administradores de imóveis. A título de exemplo informaremos que um camarada nosso paga mensalmente 16.000 francos (Cr\$ 856,00) por quatro cômodos, cozinha e banheiro, num subúrbio de Paris.

Finalmente, numa outra ordem de idéias, é a coletividade francesa que se beneficia da política de construções, graças à liberação dos aluguéis que ela traz consigo.

Existe, porém, para os militares dois entraves a essa política:

— o primeiro, a que já foi feita alusão, é o montante do capital inicial;

— o segundo, resultante das disposições legais sobre as Sociedades de crédito imobiliário, especificando a obrigatoriedade do imóvel construído com o auxílio do Estado ser habitado pessoalmente pelo beneficiário. Essa exigência implicaria na imobilização do pessoal, imobilização essa incompatível com as necessidades do serviço.

Somente as cooperativas de casas baratas, administrando os bens de seus cooperados até que os me-

mos
mento
se te
defini
contra
para

Não
do sis
apenas
"sloga
se exer



Um belo

reno dip
privado, n
"Unir-se
faz a for
É, pois
na Aeron
casas bar
Constit
dade anô
formado
de ações
cessão; d
qualquer
ciar das d
que regula

mos tenham satisfeito ao pagamento da última anuidade (isto é, se tenham tornado proprietários definitivos pela quitação da dívida contraída), oferecerão uma solução para esse último impasse.

* *

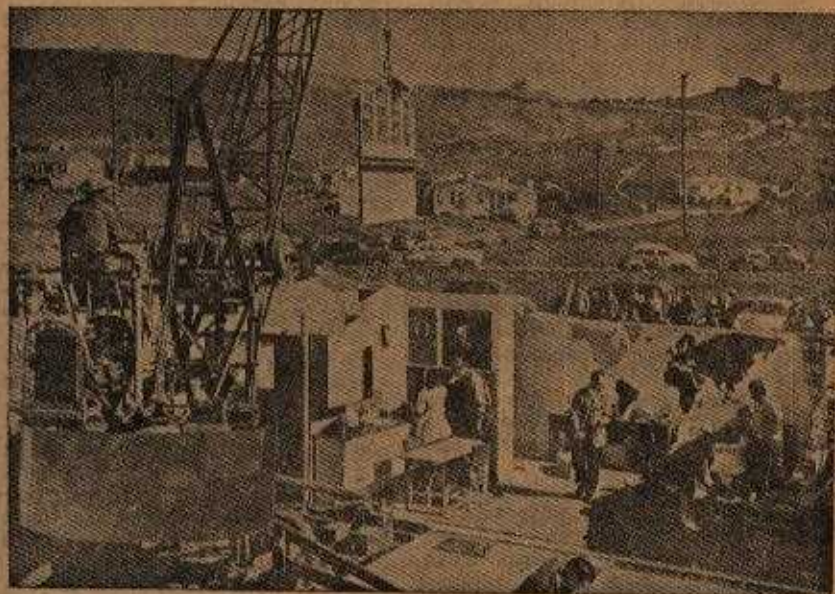
Não iremos fazer aqui a apologia do sistema cooperativo. Diremos apenas, sem fazer nossos certos "slogans", que por toda parte onde se exerce atividade humana no ter-

finalmente, pelos adiantamentos consentidos pelo Estado a título da lei Loucheur.

Dessa cooperativa poderá fazer parte todo o pessoal civil e militar, ativo ou inativo, subordinado ao Ministério da Aeronáutica.

Terá por finalidade realizar, no quadro da legislação sobre casas baratas, seja aquisição, construção e venda, seja locação de moradias.

Poderá fazer empréstimos e, para isso, obter adiantamentos.



Um belo exemplo de racionalização, os móveis são instalados durante a montagem das diferentes partes da casa prefabricada

reno diplomático, econômico ou privado, repete-se frequentemente: "Unir-se ou desaparecer", "A união faz a força", etc.

E, pois, necessário que se crie na Aeronáutica uma cooperativa de casas baratas.

Constituir-se-á ela numa sociedade anônima de capital variável, formado dum lado pela subscrição de ações sob o título locação-concessão; de outro, por subscritores quaisquer que se queiram beneficiar das disposições legais recentes que regulam a majoração de juros;

De vez que os cooperados, locatários-concessionários, não se tornam efetivamente proprietários senão com a liquidação da dívida contraída, é possível fazer-se coincidir essa liquidação com a ocasião da passagem para a reserva, ou mesmo depois, deixando-lhes a livre escolha da sua residência definitiva.

Por quê? Para evitar que durante as diversas transferências o oficial se torne proprietário definitivo em sua antiga guarnição e locatário de fato na guarnição para

onde foi transferido. Evidentemente, seria possível praticar a troca de propriedades, mas isso não se faria sem despesas de registros, impostos de transmissão, etc., as quais representariam 25 a 30 % do valor do imóvel.

Assim procedendo, seria possível, por um lado, assegurar ao pessoal toda a sua mobilidade durante o tempo de serviço ativo (toda a transferência importando em mudança de residência, criaria um rodízio), e por outro, permitir-lhe, mediante subscrição dum número suplementar de ações a aquisição definitiva de uma moradia correspondente à sua situação social, seus encargos de família, os quais variam no decorrer da carreira.

* *

Eis aí as bases administrativas da solução proposta. Elas não resolverão o problema senão em parte, pois que se trata, não somente de favorecer a aquisição da moradia sem sacrificar a mobilidade do pessoal, mas também de permitir o financiamento da operação.

De início explicamos as razões pelas quais é difícil empreender a construção, fazendo alusão ao capital inicial necessário.

Suponhamos que os militares da Aeronáutica agissem num quadro estritamente particular mas em conformidade com as disposições legais.

Vimos que o terreno apropriado à construção custa caro ainda que sua localização não seja das melhores. Vem naturalmente ao espírito a lembrança de adquirir terreno de superfície mínima e nele construir imóvel com o maior número possível de pavimentos.

É, porém, um processo que apresenta algum inconveniente àqueles que preferem moradia isolada. Do ponto de vista da técnica de construção, o imóvel isolado sai mais caro e exige maiores esperas.

Em conjunto, o preço líquido de custo por apartamento é sensivelmente o mesmo, quer se trata de vilas ou de imóveis isolados e, de qualquer forma, o capital inicial por inverter aproxima-se dos 20 %

daquele preço, nele compreendido o montante da construção e o valor do terreno.

Outro processo consistiria em adiantar a cooperativa a importância correspondente à aquisição do terreno graças aos fundos do empréstimo, sem que para isso, fossem necessárias hipotecas; seria, porém, preciso dar caráter legal a tal operação.

Alás, seria também possível baixar a importância inicial por inverter diminuindo o preço de custo da construção.

Até a presente data os processos de construção têm-se apresentado, principalmente, com um caráter artesanal. Isso resulta do fato que os lotes de terreno para construção são muito retalhados e também, sobretudo, que os empreendedores pouco têm aproveitado dos progressos da técnica moderna.

Nossos processos atuais de construção conduzem a um consumo importante de mão-de-obra e de material, a perda de tempo em trabalhos negativos. Eles não permitem obter-se o melhor rendimento.

A título de exemplo, estima-se que atualmente para construir uma habitação de três peças, serão necessários dois homens em permanência no trabalho durante pouco mais de um ano. Ao custo atual da mão-de-obra, ao qual será preciso juntar o dos materiais, o preço de construção é proibitivo (70 % para mão-de-obra).

É pois indispensável, se se quer construir, abaixar esses preços em proporção considerável.

Somente a racionalização do trabalho permitirá atingir-se esse resultado; essa racionalização porém não será conseguida senão num programa de construções suficientemente importante compreendendo pequena diversidade nos tipos de habitações e reunião máxima de construções num mesmo canteiro de trabalho.

Se, sob o ponto de vista do financiamento, "a união faz a força" dada a possibilidade que têm as Sociedades Cooperativas de reunir os pedidos de empréstimos, o mesmo acontece sob o ponto de vista da própria construção, dada a

focu
nhas
A
tivo
visto
meio
gura
fas
Em
estud
poder
a en
tante
cializ
Qu
esses
rão a



Em n
trução,
zam a
caráter
próprio
para of
número

A sol
cação t
jornada
duas, tr
minio.

Os E
prefabri

faculdade de se constituírem as "linhas de fabricação".

A racionalização terá por objetivo suprimir os trabalhos imprevisíveis, reunir num mesmo canteiro meios mecânicos poderosos, assegurar uma boa repartição de tarefas e seu escalonamento no tempo.

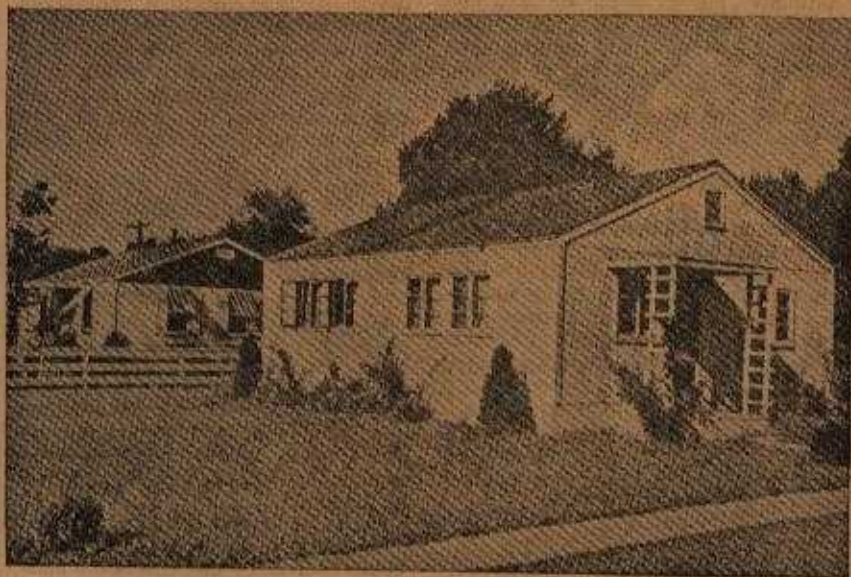
Em contra-posição, porém, esses estudos e esses equipamentos não poderão ser amortizados senão com a entrega de programas importantes a órgãos e empresas especializadas.

Quanto mais importante forem esses programas, tanto maiores serão as economias realizáveis.

fazem também a Alemanha, a Áustria e a Suécia.

Outra solução reside na construção por elementos prefabricados; é mais flexível que a precedente porque permite a realização duma dada concepção arquitetural.

No que diz respeito a materiais de construção deve-se notar que na França existe certa prevenção contra a construção em madeira. Essa prevenção se justifica todavia quando se propõe o locatário tornar-se proprietário porque, em última análise, os trabalhos de conservação do imóvel ocasionam



Casa prefabricada

Em matéria de processos de construção, será necessário que reduzam a um mínimo as atividades de caráter artesanal realizáveis no próprio canteiro, transferindo-se para oficinas especializadas o maior número possível de trabalho.

A solução ideal está na prefabricação total. Na Inglaterra, numa jornada, monta-se um pavilhão de duas, três ou quatro peças em alumínio.

Os Estados Unidos de há muito prefabricam casas de madeira como

grandes despesas com o decorrer do tempo.

Nossa mentalidade tradicionalista conduz-nos muito naturalmente para os materiais clássicos. Muito felizmente a gama deles é suficientemente variada para poder conciliar as exigências da clientela com as necessidades técnicas da racionalização.

Aliás, essas necessidades técnicas acomodam-se com outras exigências tais como o isolamento térmico e acústico.

Os materiais atualmente empregados permitem construir "no duro", isto é, com caráter definitivo e com conforto acrescido.

Diversas Companhias oferecem, desde já, tipos variados de construções confortáveis a preços acessíveis, com juros reduzidos, graças à adoção de processos inspirados nos que se usam na indústria de automóveis.

Por essa forma o preço da mão-de-obra é baixado de 70 para 40 % do preço total, as despesas gerais diminuem em forte proporção segundo a importância do programa.

A título de exemplo, uma casa do tipo III A ⁽³⁾, construída como unidade, custa cerca de 800.000 francos (Cr\$ 42.800,00); para uma série de 2.000 baixará para 650.000 francos (Cr\$ 34.775,00); se a série for de 10.000 o custo será de 600.000 francos (Cr\$ 32.000,00).

Finalmente, a lei Loucheur prevê uma forma de associação permitindo aos locatários-concessionários edificarem por si próprios suas casas: a cooperativa Castor. Essa forma poderia ser particularmente interessante para os suboficiais, visto como lhes permitiria baixar o custo de suas construções de aproximadamente 30 %.

Fora o preço do terreno cujo valor varia de 100 a 6.000 francos (Cr\$ 53,50 a Cr\$ 3.210,00) o metro quadrado, conforme a respectiva localização, é pois possível reduzir em notáveis proporções o capital inicial necessário.

* *

Eis resumida em suas linhas gerais a lista das possibilidades oferecidas pela legislação em vigor e também pela técnica àqueles que compreendem a vantagem que existe em associar-se para agir. Talvez haja outras soluções que facilitem vantajosamente esse aspecto social da política das construções.

A Aeronáutica serve à nação. O Estado-patrão não deveria reservar para seus servidores uma parte privilegiada das facilidades concedidas a todos os cidadãos?

O civil tem a liberdade de escolher o local de sua residência. O militar não possui essa liberdade. O Estado, responsável por esse nomadismo não poderá dar certas compensações àqueles a quem obriga a se deslocarem?

Bugeaud distribuía terras a seus soldados. Por que não se atribuírem ao pessoal terrenos militares mesmo a título de empréstimo, durante a vida, com possibilidades de aquisição por parte dos herdeiros?

Senão por que não lhes vender terrenos para construção com as mesmas facilidades de pagamento concedidas para construção exigindo-se somente uma entrada não de 20 %, mas de 10 % ou talvez de 5 % do custo total do conjunto?

Por que também não fazer participar a mão-de-obra militar nos trabalhos de construção, uma vez que a mão-de-obra, como se viu, influi consideravelmente no custo da obra?

Achamos que um Ministro da Aeronáutica que, graças aos seus contactos com seus colegas da Fazenda e da Reconstrução, pudesse obter tais vantagens (vantagens que teriam sensíveis repercussões no plano nacional à vista do impulso que dariam à reconstrução) seria um grande Ministro e faria jus à gratidão do Exército do ar.

Mas, isso são apêlos que, mesmo que fôsse ouvidos, exigiriam ainda certa demora incompatível com a urgência do problema por ser resolvido.

De imediato talvez fôsse melhor ater-se às disposições regulamentares. É a todos nós, oficiais e suboficiais da Aeronáutica, que compete criar no nosso próprio meio o movimento de opinião, a associação, a estreita cooperação, necessários para a solução do "nosso problema".

Ao Estado-Maior Geral caberá decidir se a Sociedade Cooperativa de casas da Aeronáutica pode ou não existir, mas ainda é preciso que ele esteja certo de que age de acordo com os desejos expressos pela grande maioria do pessoal.

E aos comandantes de zonas

aéreas, a
e de unic
de propa
adesões.

Pouco
emos ao
num mes
num ano
reímos es
tornarmo-

CARACTER
ÇÃO DOS

Tipo II
pais (uma
um quarto
10 m2, ban
armários.

Tipo II B
rior mas
16 m2 e a
total: 48 m

Tipo III
pais (sala c
quartos com
cozinha de
passagens e
57 m2.

Tipo III B
mas com a
cozinha de 7

Tipo IV A
cipais (sala
três quartos
33 m2), coz
heiro, WC,
Área total:

Tipo IV B
mas com a sa
cozinha com
73 m2.

Tipo II A..

Tipo II B..

Tipo III A..

Tipo III B..

Tipo IV A..

Tipo IV B..

A base para
captivos de se
a construção
quatro peças p

(3) Ver Anexo I.

aéreas, aos comandantes de bases e de unidades que cabe o cuidado de propagar a idéia e recolher as adesões.

Pouco numerosos, arriscar-nos-emos ao insucesso. Unidos todos num mesmo esforço de organização, num ano aproximadamente poderemos estar alojados e aspirando a tornarmo-nos proprietários.

ANEXO N. 1

CARACTERÍSTICAS DE CONSTRUÇÃO DOS DIFERENTES TIPOS DE CASAS BARATAS

Tipo II A — Duas peças principais (uma sala de estar de 12 m², um quarto de 12 m²), cozinha de 10 m², banheiro, WC, passagens e armários. Área total: 44 m².

Tipo II B — Mesmo que o anterior mas com sala de estar de 16 m² e a cozinha de 7 m². Área total: 46 m².

Tipo III A — Três peças principais (sala de estar com 14 m², dois quartos com área total de 22 m²), cozinha de 10 m², banheiro, WC, passagens e armários. Área total: 57 m².

Tipo III B — Mesmo que III A mas com a sala de estar com 18 m², cozinha de 7 m². Área total: 59 m².

Tipo IV A — Quatro peças principais (sala de estar com 16 m², três quartos com área total de 33 m²), cozinha com 10 m², banheiro, WC, passagens e armários. Área total: 71 m².

Tipo IV B — Mesmo que IV A, mas com a sala de estar com 20 m², cozinha com 7 m². Área total: 73 m².

Além dos tipos IV pode ser prevista uma peça suplementar cuja área é fixada em 15 m².

As casas dos tipos IV e acima não podem dar lugar a obtenção de empréstimos correspondentes senão quando a construção se justifique pela existência de família numerosa.

As áreas previstas nos tipos acima devem ser consideradas como valores mínimos. Todavia, em princípio, presentemente não podem ser aumentadas para mais de 10 %.

A área da cozinha dos tipos A (10 m²) foi fixada tendo-se em vista a possibilidade de serem utilizadas também como sala de almoço.

O banheiro deve ser dotado de aparelhos compreendendo lavatório, chuveiro, banheira e, se a habitação não comportar lavanderia, instalação para lavar e secar roupa branca.

Montante dos empréstimos — Construção de casas novas

A importância máxima suscetível de ser emprestada para pagamento dos trabalhos é determinada por dois limites que serão respeitados simultaneamente:

a) O empréstimo não pode ser superior a 4/5 do preço do custo da casa compreendendo-se nesse preço o valor da mão-de-obra da construção e do terreno;

b) O empréstimo não pode exceder, segundo o tipo de construção, às importâncias abaixo:

Tipo II A.....	900.000	francos	(Cr\$ 48.150,00)
Tipo II B.....	950.000	francos	(Cr\$ 50.825,00)
Tipo III A.....	1.150.000	francos	(Cr\$ 61.525,00)
Tipo III B.....	1.200.000	francos	(Cr\$ 64.200,00)
Tipo IV A.....	1.400.000	francos	(Cr\$ 74.900,00)
Tipo IV B.....	1.500.000	francos	(Cr\$ 80.250,00)

A base para os empréstimos suscetíveis de serem negociados para a construção de casas de mais de quatro peças principais corresponde

ao total previsto para os tipos IV A e IV B aumentado de 250.000 francos (Cr\$ 13.375,00), por peça principal.

ANEXO N. 2

CONDIÇÕES PARA OS EMPRÉSTIMOS

A) Taxas de juros.

Os empréstimos são concedidos à taxa de 2,75 % ao ano.

B) Amortização.

A amortização efetua-se por anuidades constantes. O tomador do empréstimo paga anualmente uma soma que engloba, ao mesmo tempo, o reembolso do capital e o

juro correspondente. Essa soma é geralmente paga trimestralmente ou mensalmente.

O prazo máximo para o reembolso é de 35 anos observando-se que o tomador do empréstimo deve ter terminado a amortização ao completar a idade de 65 anos, podendo, porém, libertar-se da dívida por antecipação.

A título de indicação, informamos que para reembolso dum empréstimo de 1.000.000 de francos (Cr\$ 53.500,00), a anuidade eleva-se a:

115.740 francos (Cr\$ 6.192,00)	para amortização em 10 anos;
82.259 francos (Cr\$ 4.400,00)	para amortização em 15 anos;
65.672 francos (Cr\$ 3.513,00)	para amortização em 20 anos;
55.840 francos (Cr\$ 2.987,44)	para amortização em 25 anos;
49.384 francos (Cr\$ 2.642,00)	para amortização em 30 anos;
44.856 francos (Cr\$ 2.399,79)	para amortização em 35 anos;

C) Seguro temporário para caso de morte.

O tomador do empréstimo deve subscrever na Caixa Nacional um seguro de vida tendo por objeto liberar a viúva e os herdeiros do pagamento das anuidades restantes caso aconteça vir o chefe da família a falecer antes de decorrido o período de amortização da dívida.

Esse seguro é contratado para pagamento num prêmio único cuja importância pode ser adiantada pela Sociedade de crédito imobiliário sem prejuízo da soma destinada propriamente aos trabalhos de construção (prêmio do seguro incorporado ao empréstimo).

O valor desse prêmio varia segundo a idade do segurado, o montante do empréstimo, o prazo para reembolso. Como informação, o prêmio eleva-se a 93.214 francos (Cr\$ 4.980,94) para um empréstimo de 1.000.000 de francos (Cr\$ 53.500,00), com amortização em 30 anos, para uma pessoa de 30 anos de idade.

ANEXO N. 3

Comparação entre o valor locativo resultante das disposições contidas no D.O. de 11 de fevereiro de 1948 e a locação-concessão real para um pavilhão de 1.000.000, tipo III, amortização em 30 anos:

Valor locativo.....	55.000 francos (Cr\$ 2.942,50)
Aluguel-concessão	49.384 francos (Cr\$ 2.642,04)

CENTRO MILITAR DE ESTUDOS DA 9ª R.M.

Conforme comunicação que recebemos, foi instalado recentemente em Campo Grande, um Centro Militar de Estudos destinado a promover conferências e estudos relacionados com a defesa nacional, tendo em vista atualizar e desenvolver a cultura profissional e geral dos oficiais que servem naquela guarnição.

Agradecemos o exemplar de seus Estatutos que nos foi remetido.

Em
um mo
nismo
tema d
em ba
segund
pertenc
dos a t
com su
tema d
formad
União
Soviétic
matéria
ção, tan
mico, co
sociedad
só se co
ou já d
matéria,
a síntes
uma soc
Para
tudo se
sapparece
ciais e
sobre ad
quer noc
daquela
de Deus
dor de to
coisas. Q
tãos ou d
Mahomet
da qualqu
cia, desap
chega m
comunista
ritual na
distinguin
não have
entre a al
Dentro
lista, têm

O COMUNISMO E AS FORÇAS ARMADAS

(REFLEXÕES DE UM MILITAR, PARA OS MILITARES BRASILEIROS)

Ten. - Cel. RIOGRANDINO DA COSTA E SILVA

Em sua concepção original e de um modo muito sumário, o comunismo nada mais é do que um sistema de organização da sociedade em bases puramente econômicas, segundo o qual os bens passam a pertencer a todos, sendo distribuídos a todos os cidadãos, de acordo com suas necessidades. Nesse sistema de organização social, transformado em forma de governo na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (U.R.S.S.), somente a matéria tem valor e merece atenção, tanto do ponto de vista econômico, como no que diz respeito à sociedade humana, na qual também só se considera a matéria, aparente ou já definida, mas sempre e só matéria, numa tendência fatal para a síntese final da teoria nefasta: uma sociedade sem classes.

Para qualquer comunista, pois, tudo se reduz a materialismo, desaparecendo de suas idéias essenciais e básicas sobre governo ou sobre administração toda e qualquer noção de Deus, não desta ou daquela entidade divina, porém, de Deus como ser supremo e criador de todos os seres e de todas as coisas. Quer seja o Deus dos Cristãos ou dos muçulmanos, Cristo ou Mahomet, Budha ou Osiris, ou ainda qualquer outro. Em consequência, desaparece, igualmente, ou nem chega mesmo a existir, para os comunistas, a menor noção espiritual na vida do homem, não se distinguindo o espírito da matéria, não havendo diferença nenhuma entre a alma e o corpo.

Dentro dessa concepção materialista, têm os comunistas procurado

espalhar pelo mundo o sistema de governo que conseguiram implantar na Rússia há mais de 30 anos, embora dizendo seus corifeus e propagandistas teóricos tratar-se de um regime de transição... E o modo pelo qual combatem para atingir esse objetivo, como o fizeram na desgraçada terra moscovita, consiste na instauração da "ditadura do proletariado", realizada pela conquista do poder político por uma minoria que, em absoluto, não constitui a menor expressão das massas proletárias.

Como, também, os adeptos do credo vermelho pretendem chegar a essa conquista do poder político, ou seja, do governo do país onde desenvolvem sua atividade pernicioso, corrupta e corruptora?

O meio indicado pelos doutrinadores comunistas para atingir esse objetivo é que os soldados, os marinheiros e os aviadores brasileiros precisam conhecer claramente, para que melhor possam verificar, com pleno conhecimento de causa, porque o comunismo tanto e tão tenazmente procura infiltrar-se nas fileiras das forças armadas. E — atendem bem os nossos briosos militares para este ponto de grande importância, no caso — o que vai ser indicado aqui como o meio principal de ação dos comunistas, na luta contra o que eles consideram como *burguesia* e que nada mais é do que a nossa tradição magnífica de povo cristão e patriota, amante da lei e da ordem; o que vai ser mencionado a seguir constitui matéria fundamental da doutrina que os comunistas defen-

dem vigorosamente. Pois são palavras que constam do livro intitulado "A B C do Comunismo", da autoria de Bukharine, o grande apóstolo e evangelizador do Partido Comunista Russo, de sorte que, reproduzindo-as textualmente, fica contornada desde logo qualquer arguição de suspeição contra o que se vai ler.

Tratando da realização da ditadura do proletariado por meio da conquista do poder político, diz Bukharine que a luta do proletariado para essa conquista é dirigida contra a organização burguesa do Estado, a qual é preciso golpear e destruir. E acrescenta:

"E, como a força principal do Estado consiste no seu Exército, é preciso, antes de tudo, para para vencer a burguesia, minar e destruir o Exército burguês. Enquanto o Exército do adversário fica intacto, a revolução não pode vencer; se a revolução alcança a vitória, o Exército da burguesia se decompõe e se esteriliza".

Para confirmar, então, esse seu ponto de vista como doutrinator revolucionário, afirma Bukharine que a vitória bolchevista de março de 1917 sobre o tzarismo, na Rússia, foi uma vitória parcial, porque dela resultara apenas uma decomposição parcial do Exército e que somente a vitória da revolução, em novembro daquele ano, acabou de destruir o aparelho do Estado do Governo Provisório, pela dissolução do Exército de Kerensky. Esclarece, em seguida, o autor do "A B C do Comunismo" que a conquista do poder do Estado deve ser a criação de uma organização nova — a organização da classe que venceu na luta — e não apenas a conquista da antiga organização. E diz, depois, o seguinte, cuja leitura deve ser profundamente meditada por todos os bons soldados e patriotas:

"Esta questão tem um valor prático enorme. Censuram, por exemplo, os bolchevistas alemães (como outrora os bolchevistas russos) por desagregarem o

Exército e favorecerem a indisciplina, a desobediência aos generais, etc. Esta acusação parecia e ainda parece grave a muitas pessoas. E, no entanto, ela nada tem de estranho. Um exército que marcha contra operários, por ordem de generais e de burgueses, muito embora sejam nossos compatriotas, este exército, é preciso destruí-lo, senão a revolução está morta. Nada temos a temer desta destruição do exército burguês e é um mérito, para um revolucionário, destruir o aparelho de Estado da burguesia. Onde a disciplina burguesa não foi rompida, a burguesia é invencível. Não se pode querer submetê-la e, ao mesmo tempo, temer maltratá-la".

(Todas estas citações do livro de Bukharine, excetuados os grifos, são extraídas de uma edição do "A B C do Comunismo", datada de 1927 e aparecida clandestinamente no Brasil, em português, sem indicação do nome do tradutor — págs. 75 e 76; mas, constam, igualmente, da edição recentemente lançada pela Editora Guaiara Ltda., em tradução de Aristides Lobo — págs. 92-93).

É fácil de verificar, portanto, em face do que claramente afirma Bukharine, que quando os comunistas promovem a desagregação do Exército, quando favorecem a indisciplina dos militares, quando instigam ou preconizam a desobediência aos generais e superiores em geral, pode isso parecer grave a muitas pessoas, mas nada terá de estranho nem de censurável para os comunistas revolucionários, obedientes a Moscou, por isso que o Exército representa o "aparelho de Estado da burguesia" e é preciso destruí-lo, é um mérito destruí-lo, senão a revolução estará morta...

A pedra de toque do comunismo, para a realização de seus impatrióticos propósitos, vem a ser, portanto, a DISCIPLINA, porque representa o cerne e o fundamento dos exércitos bem organizados. E é solapando esse fundamento, minando-o, destruindo-o, fazendo-o desaparecer, em suma, que o co-

munici-
lapan-
arnar-
conser-
destru-
Exérci-
nosso-
melhor-
seja e
destru-
cional-
que d-
volucio-
miser-
mana,
nossa,
tament-
nada
deira e
primen-
chefe t-
com o
ligiosos
consci-
Não
se dela-

D

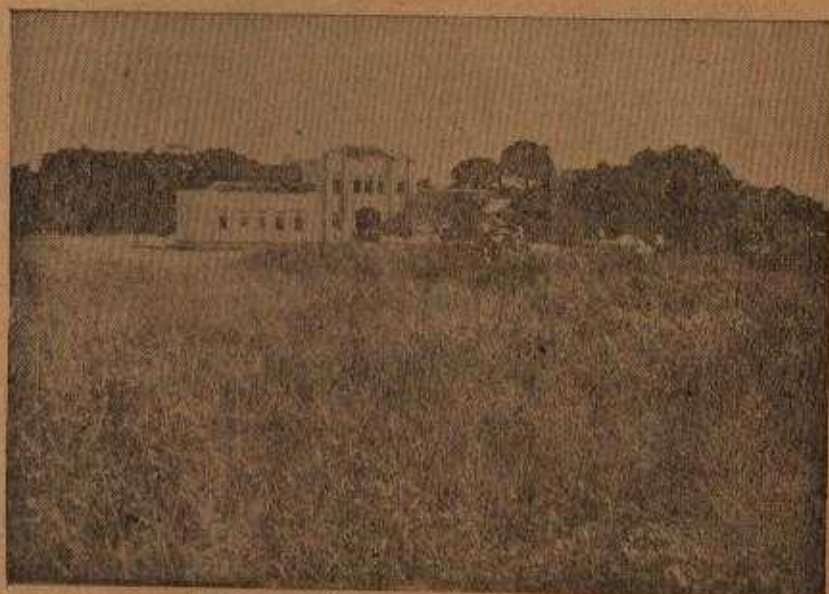
Em

munismo sabe que conseguirá solapar, minar e destruir as forças armadas de qualquer país. E é, por conseguinte, minando, solapando e destruindo a disciplina em nosso Exército, em nossa Marinha e em nossa Aeronáutica que o credo vermelho procura conseguir, como deseja e é de seus objetivos, minar e destruir o próprio organismo da nacionalidade brasileira. Mas, é certo que, depois de vitorioso o golpe revolucionário para implantação do mísero sistema, a disciplina humana, digna, tradicional e bem nossa, bem brasileira, será imediatamente substituída pela denominada disciplina vermelha, verdadeira escravidão, que exige o cumprimento de qualquer ordem do chefe totalitário, ainda mesmo que com o sacrifício dos sentimentos religiosos e contra a dignidade da consciência da pessoa humana.

Não tenham, pois, ilusões e nem se deixem enganar os nossos va-

lentes e abnegados marinheiros, aviadores e soldados, conservando-se disciplinados e unidos em torno de seus chefes, obedientes a seus superiores hierárquicos, inteiramente consagrados, como sempre estiveram, ao serviço da Pátria e de suas instituições livres. Porque — e sobre isso não há a menor dúvida — onde a *DISCIPLINA* não for destruída — não a chamada pelo bolchevismo de "disciplina burguesa", mas a disciplina digna, consciente e esclarecida que os militares brasileiros tão admiravelmente praticam e têm praticado em todos os tempos; onde essa disciplina permanecer inviolável, indestrutível e perfeita, aí, certamente, não apenas a "burguesia", porém o próprio BRASIL será sempre invencível e o comunismo será sempre derrotado, a revolução comunista estará morta, para a felicidade de nossa Pátria estremecida.

DA PROVÍNCIA...



Em plena selva vê-se o quartel do Peiotão de Fronteira de Tabatinga

ATO DE INSPIRAÇÃO OU RESULTADO DE PROFUNDO MEDITAR?...

1º Ten. JOSÉ MAURY DE ARAUJO SILVA

Com um misto de simplicidade e de esplendor realizou-se a 7 de outubro de 1950, no Regimento Tiradentes, uma solenidade diferente. Diferente pois creio ser a primeira vez que no Brasil se realiza ato dessa natureza.

Revestido da simplicidade que bem convém às manifestações justas e sinceras, teve entretanto o contraste do esplendor das cerimônias militares.

Tudo começou assim:

"Despedida de Oficial General."

Designo o 11º R.I., onde serviu por largo espaço de tempo o Exmo. Sr. Gen. Noé de Vianna Montezuma, para a leitura deste Boletim e prestar continência regulamentar a este Oficial General.

(a) Nestor Souto de Oliveira, Gen. Bda. Cmt. da 4ª R.M. e 4ª D.I."

(Do Boletim Regional 231, de 28-IX-950.)

Tratava-se da despedida do Exmo. Sr. Gen. de Bda. Noé de Vianna Montezuma do Exército ativo.

Até então seguia-se a rotina: um decreto transcrito no Boletim interno da unidade; um "em consequência seja excluído do estado efetivo"; e, às vezes, algumas palavras de louvor na quarta parte. Depois um traço no Almanaque do Exército e estava encerrada uma carreira de 30 ou 40 anos.

Uma carreira "toda feita de abnegação e altruísmo" onde a expressão Dever não está à mercê de humores ou interpretações, mas

tem um sentido definido, claro e irretorquível.

Era como que um ponto final colocado rudemente em uma frase de sentido incompleto! Um ponto final que afastava do nosso convívio um estimado chefe ou um companheiro dedicado. No dia seguinte surpreendia-nos a ausência do companheiro assíduo, antes que nos esclarecesse a memória: Ah! passou para a reserva pelo Boletim de ontem.

Era tudo.

Aquêle que se afastava conduzia uma farta bagagem de recordações — bagagem incompleta. Era composta da lembrança dos saudosos dias de Tenente, das longas e penosas noites de vigília, das elocubrações no preparo da instrução, ou dos penares da campanha. Levava ainda nos nervos o abalo das vibrações de uma parada militar ou a grata satisfação da missão cumprida. Mas a bagagem continuava desfalcada.

Ato de inspiração ou resultado de profundo meditar, houve S. Excia. o Sr. Gen. Nestor Souto de Oliveira, por bem instituir uma nova fórmula para eliminar a praxe. Uma nova fórmula destinada a completar o fardel.

Inspiração ou meditação, pois só esses dois elementos conduzem a resultados complexos ou a realizações estupendas.

Deve S. Excia. ter concluído que não basta ao cidadão honesto, ao soldado modelo, os benefícios do amparo legal ao término de sua jornada. Esse amparo, necessário e imprescindível, é função do

tempo. Nivela os valores, ombreando operosos e inoperantes. Há que distingui-los. Há que se considerar algo além da solução material. O problema estaria insoluvel sem a solução moral, já que as energias morais foram solicitadas com maior intensidade que as físicas no decorrer da carreira.

Poderíamos ainda analisar outra faceta da questão, considerando não mais aqueles que se despedem, mas os que ficam. Considerando aqueles que continuam no labor da manutenção das instituições. Para esses, ou antes, para nós, o estímulo é inamissível. E ocorre-nos de pronto ao assistir solenidade desse gênero a pergunta: como chegarei até lá? Que tenho feito e que me proponho fazer a fim de estar à altura, a fim de receber condignamente uma homenagem desse jaez? A resposta assusta ou conforta.

Conforta aqueles que pautam suas ações pelos princípios da justiça, do direito e do dever. Assusta aos demais, aos oportunistas e indiferentes, aos que não têm bem nítida a noção de dever e dignidade.

E novos propósitos surgem estimulando, fortalecendo ou corrigindo.

Por tudo isso, pelo alto valor moral, pelo conforto, pelo exemplo e pelo estímulo, é a instituição de S. Excia. das mais úteis, necessárias e louváveis. E o resultado foi a magnífica festa de civismo, a comovente solenidade que nos foi dado apreciar.

O Regimento Tiradentes, primeira Unidade em que serviu o Exmo. Sr. Gen. Nôé de Vianna Montezuma, preparou-se com carinho para receber seu antigo Aspirante de 1919. S. Excia. passou em revista a Unidade, lembrando, provavelmente a cada passo, seu primeiro contacto com a tropa, naquela mesmo pátio do antigo 51º B.C. Em seguida, com o garbo que o coloca entre as primeiras Unidades do Exército, desfilou orgulhoso o Regimento Tiradentes em continência àquele Oficial General. O Exmo. Sr. Gen. Cmt. da Região fez lêr diante da tropa

formada o Boletim Regional em que se despedia do Exmo. Sr. General Montezuma, relembrando algumas passagens da operosa vida desse distinto Oficial General, apontando-o como exemplo de dedicação, retidão de caráter e capacidade profissional. O Regimento entôou o Brado de Guerra do 8º R.I., Unidade em que servira o homenageado ainda como coronel.

Seguiu-se a despedida do Regimento Tiradentes pela palavra vibrante e comovente do seu Comandante — Cel. Niso de Vianna Montezuma, oferecendo a S. Excia. a flâmula da Unidade, para que ela figurasse no seu Gabinete de trabalho, lembrando-lhe a todo instante seus camaradas da ativa.

Um fato singular deu especial significação a essa despedida. É que o Coronel que ali estava a se dirigir ao General em magníficas e sinceras palavras, palpitantes de eloquência e de emoção, dirigia-se também ao seu dedicado irmão mais velho.

Em surdina executava a banda do Regimento a "Canção Brasil", "aquela mesma música que se tocava quando a 10 de março de 1919 V. Excia. aqui chegou para servir no 51º Batalhão de Caçadores". A marcha ao som da qual "pela 1ª vez V. Excia. comandou em público, trazendo as praças do Quartel, onde hoje funciona o Grupo Escolar Maria Tereza, para uma solenidade que se ia realizar nesse mesmo Teatro Municipal que ainda hoje existe nesta cidade aprazível e acolhedora", se me permittem transcrever as palavras do Sr. Cel. Niso de Vianna Montezuma.

Talvez eu deva culpar a emoção de que fui presa; que me perdoe o meu General, mas creio ter visto uma fugidia e disfarçada lágrima nos olhos de S. Excia. Aquela bravo que sereno, sem perder o controle de si, conseguira manter a calma indispensável à elaboração das ordens para os escalões subornados, e que soubera com a mesma calma conduzir seus comandados à consecução das ordens promanadas de seus superiores nas campanhas de 1924, 1932 e 1935, estava

visível como bem a mas d senhor

Ainda do no Canc Tirade deceu a mod tem si celsas

No s rios o dentre de turn Cel. Fr o Sr. C rantes, em nom Fora. zonte e platinas 2º Ten. sou a m lavras Gen. de Manoel ralelo e dade e nome n

Escre volum via n virem adqui

visivelmente comovido. Comovido como todos os presentes e como bem atestaram as femininas lágrimas das distintas damas e gentis senhoritas.

Ainda sob a emoção das palavras do nosso Comandante foi entoadada a Canção de Guerra do Regimento Tiradentes. O homenageado agradeceu em comovidas palavras com a modéstia que o caracteriza e que tem sido o apanágio de suas excelsas qualidades.

No salão de honra do R.I. vários oradores se fizeram ouvir, dentre os quais um companheiro de turma do homenageado, o Sr. Cel. Frederico Villeroy França e o Sr. Cel. Paulo Bittencourt Amaranthes, Chefe do S.R.O. falando em nome da Guarnição de Juiz de Fora. Pela Guarnição de B. Horizonte e oferecendo a S.Excia. as platinas de General externou-se o 2º Ten. Denny Eiras Batista. Causou a mais viva impressão as palavras inflamadas do Exmo. Sr. Gen. de Divisão reformado João Manoel de Faria, traçando um paralelo entre a imponente solenidade e o simples riscar de um nome no Almanaque.

O 1º Ten. Mário Vital Guadalupe Montezuma agradeceu em nome da família as demonstrações de apreço e as palavras de carinho dirigidas a seu pai.

S. João del-Rei, como sempre unida ao seu Regimento por vivos laços de compreensão e estima, estava representada pelo Revmo. Sr. Padre Prefeito, pelo Sr. Dr. Delegado Adjunto de Polícia e por sua sociedade fina e culta.

Durante o dia foi S.Excia. visitar as igrejas da cidade, os magníficos templos de S. João del-Rei, que tantas recordações lhe devem ter evocado. A noite iluminaram-se os salões do Círculo Militar para recepcionar S.Excia. com magnífica festa à qual compareceu a mais fina sociedade, fazendo sua homenagem ao Regimento ao seu ilustre General.

Eis o que foi, em traços gerais, a solenidade a um tempo simples e grandiosa. A solenidade que, temos esperança, é um marco e não um ato isolado pois encontrará eco como princípio de uma prática útil, justa, necessária e consciente.

Pedidos de Livros

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro das livrarias desta Capital

PORTUGUÊS SEM MESTRE

2º Sgt. GERALDINO MARONES

(ANÁLISE)

Verbo neutro — é àquele que indica uma qualidade ou estado do sujeito. São: Ficar, permanecer, ser, estar, etc.

MODOS DOS VERBOS

São os modos dos verbos. { Indicativo.
Condicional.
Imperativo.
Conjuntivo ou subjuntivo.
Infinitivo ou infinito.

O indicativo enuncia o fato de modo positivo. Ex.: Ando, andei, andarei, etc.

O condicional enuncia-o dependente de uma condição. Ex.: Eu compraria se pudesse.

O imperativo enuncia-o com exortação ou súplica. Ex.: Concede-me esse lápis.

O conjuntivo ou subjuntivo enuncia-o de modo subordinado. Ex.: Quero que estudes.

O infinitivo enuncia-o de modo vago. Ex.: Andar, andando, andado.

NÚMERO

Número do verbo — é a forma que ele assume para concordar com o número do sujeito.

PESSOAS

Pessoas do verbo — são as formas que ele assume para concordar com a pessoa gramatical do sujeito.

Conjugação dos quatro verbos auxiliares.

Ter	Haver	Ser	Estar
INDICATIVO PRESENTE			
Tenho	Hei	Sou	Estou
tens	hás	és	estás
tem	há	é	está
temos	havemos	somos	estamos
tendes	haveis	sois	estais
têm	hão	são	estão
PRETERITO IMPERFEITO			
Tinha	Havia	Era	Estava
tinhas	havia	eras	estavas
tinha	havia	era	estava
tinhamos	havíamos	éramos	estávamos
tinheis	havíeis	ereis	estáveis
tinham	havam	eram	estavam

PRETERITO PERFEITO

Tive
tiveste
teve
tivemos
tivestes
tiveram

Houve
houveste
houve
houvemos
houvestes
houveram

Fui
foste
foi
fomos
fostes
foram

Estive
estiveste
estive
estivemos
estivestes
estiveram

Ter

Ter
teres
ter
têrmos
terdes
terem

PRETERITO MAIS-QUE-PERFEITO

Tivera
tiveras
tivera
tivéramos
tivéreis
tiveram

Houvera
houveras
houvera
houvéramos
houvéreis
houveram

Fôra
foras
fôra
fôramos
fôreis
foram

Estivera
estiveras
estivera
estivéramos
estivéreis
estiveram

Tendo

FUTURO IMPERFEITO

Terei
terás
terá
teremos
tereis
terão

Haverêi
haverás
haverá
haveremos
haveréis
haverão

Serei
serás
será
seremos
sereis
serão

Estarêi
estará
estará
estaremos
estareis
estarão

Tido

Conju

1ª Conj

Louv-ar

CONDICIONAL

Teria
terias
teria
teríamos
teríeis
teriam

Haveria
haverias
haveria
haveríamos
haveríeis
haveriam

Seria
serias
seria
seríamos
seríeis
seriam

Estaria
estarias
estaria
estariamos
estariéis
estariam

Louv-o
louv-as
louv-a
louv-amos
louv-ais
louv-am

IMPERATIVO PRESENTE

Tem tu
tende vós

Há tu
havei vós

Sê tu
sede vós

Está tu
estai vós

Louv-ava
louv-avas
louv-ava
louv-ávam
louv-áveis
louv-avam

SUBJUNTIVO PRESENTE

Tenha
tenhas
tenha
tenhamos
tenhais
tenham

Haja
hajas
haja
hajamos
hajais
hajam

Seja
sejas
seja
sejamos
sejais
sejam

Esteja
estejas
esteja
estejamos
estejais
estejam

Louv-ei
louv-aste
louv-ou
louv-amos
louv-astes
louv-aram

IMPERFEITO

Tivesse
tivesse
tivesse
tivéssemos
tivésseis
tivessem

Houvesse
houvesse
houvesse
houvéssamos
houvéssais
houvessem

Fosse
fosse
fosse
fôssemos
fôsseis
fôssem

Estivesse
estivesse
estivesse
estivéssemos
estivésseis
estivessem

FUTURO

Tiver
tiveres
tiver
tivermos
tiverdes
tiverem

Houver
houveres
houver
houvermos
houverdes
houverem

Fôr
fôres
fôr
fôrmos
fôrdes
fôrem

Estiver
estiveres
estiver
estivermos
estiverdes
estiverem

Louv-ara
louv-aras
louv-ara
louv-áramos
louv-áreis
louv-aram

INFINITIVO PRESENTE IMPESSOAL

Ter	Haver	Ser	Estar
-----	-------	-----	-------

PRESENTE PESSOAL

Ter	Haver	Ser	Estar
teres	haveres	seres	estares
ter	haver	ser	estar
têrmos	havermos	sermos	estarmos
terdes	haverdes	serdes	estardes
terem	haverem	serem	estarem

PARTICIPIO PRESENTE

Tendo	Havendo	Sendo	Estando
-------	---------	-------	---------

PARTICIPIO PASSADO

Tido	Havido	Sido	Estado
------	--------	------	--------

Conjugação dos modelos regulares.

1ª Conjugação	2ª Conjugação	3ª Conjugação	4ª Conjugação
---------------	---------------	---------------	---------------

Louv-ar	Vend-er	Part-ir	P-ôr
---------	---------	---------	------

INDICATIVO PRESENTE

Louv-o	Vend-o	Part-o	P-onho
louv-as	vend-es	part-es	p-des
louv-a	vend-e	part-e	p-õe
louv-amos	vend-mos	part-imos	p-ormos
louv-ais	vend-eis	part-is	p-ondes
louv-am	vend-em	part-em	p-oem

IMPERFEITO

Louv-ava	Vend-ia	Part-ia	P-unha
louv-avas	vend-ias	part-ias	p-unhas
louv-ava	vend-ia	part-ia	p-unha
louv-ávamos	vend-íamos	part-íamos	p-únhamos
louv-áreis	vend-íeis	part-íeis	p-únheis
louv-avam	vend-iam	part-iam	p-unham

PRETÉRITO PERFEITO

Louv-ei	Vend-i	Part-i	P-us
louv-aste	vend-este	part-iste	p-useste
louv-ou	vend-eu	part-iu	p-ôs
louv-amos	vend-emos	part-imos	p-usemos
louv-astes	vend-estes	part-istes	p-usestes
louv-aram	vend-eram	part-iram	p-useram

PRETÉRITO PERFEITO COMPOSTO

Hei ou tenho	}	Louv-ado
Hás ou tens		Vend-ido
Há ou tem		Part-ido
Havemos ou temos		P-ôsto
Háveis ou tendes		
Hão ou têm		

PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO

Louv-ara	Vend-era	Part-ira	P-usera
louv-aras	vend-eras	part-iras	p-useras
louv-ara	vend-era	part-ira	p-usera
louv-áramos	vend-áramos	part-íramos	p-uséramos
louv-áreis	vend-éreis	part-íreis	p-uséreis
louv-aram	vend-eram	part-iram	p-useram

MAIS-QUE-PERFEITO-COMPOSTO

Havia ou tinha	}	Louv-ado
Havias ou tinhas		Vend-ido
Havia ou tinha		Part-ido
Havíamos ou tínhamos		P-ôsto
Havíeis ou tínheis		
Haviam ou tinham		

FUTURO IMPERFEITO

Louv-arei	Vend-erei	Part-irei	P-orei
louv-arás	vend-erás	part-irás	p-orás
louv-ará	vend-erá	part-irá	p-orá
louv-aremos	vend-eremos	part-iremos	p-oremos
louv-areis	vend-ereis	part-ireis	p-oreis
louv-arão	vend-erão	part-irão	p-orão

FUTURO PERFEITO

Haverá ou terei	}	Louv-ado
Haverás ou terás		Vend-ido
Haverá ou terá		Part-ido
Haveremos ou teremos		P-ôsto
Haveréis ou tereis		
Haverão ou terão		

CONDICIONAL IMPERFEITO

Louv-aria	Vend-eria	Part-iria	P-oria
louv-arias	vend-erias	part-irias	p-orias
louv-aria	vend-eria	part-iria	p-oria
louv-ariamos	vend-eríamos	part-iríamos	p-oríamos
louv-arieis	vend-erieis	part-irieis	p-orieis
louv-ariam	vend-eriam	part-iriam	p-oriam

IMPERFEITO COMPOSTO

Haveria ou teria	}	Louv-ado
Haverias ou terias		Vend-ido
Haveria ou teria		Part-ido
Haveríamos ou teríamos		P-ôsto
Haveríeis ou teríeis		
Haveriam ou teriam		

IMPERATIVO PRESENTE

Louv-a	Vend-e	Part-e	P-õe
louv-al	vend-el	part-i	p-onde

SUBJUNTIVO PRESENTE

Louv-e	Vend-a	Part-a	P-onha
louv-es	vend-as	part-as	p-onhas
louv-e	vend-a	part-a	p-onha
louv-emos	vend-emos	part-amos	p-onhamos
louv-eis	vend-eis	part-eis	p-onhais
louv-em	vend-am	part-am	p-onham

IMPERFEITO

Louv-asse	Vend-esse	Part-isse	P-usesse
louv-asses	vend-esses	part-isses	p-usesses
louv-asse	vend-esse	part-isse	p-usesse
louv-ássemos	vend-ássemos	part-íssemos	p-usássemos
louv-ásseis	vend-ásseis	part-ísseis	p-usásseis
louv-assem	vend-essem	part-issem	p-usassem

PRETERITO PERFEITO COMPOSTO

Haja ou tenha	}	Louv-ado
Hajas ou tenhas		Vend-ido
Haja ou tenha		Part-ido
Hajamos ou tenhamos		P-ôsto
Hajais ou tenhais		
Hajam ou tenham		

(Continúa)

Porta-A

Atual
autoridade
seguran
lament
Guerra,
conveni
nossa d
tipo de
possuim
SEY, da
dos, cor
dade de
última c
mou qu
único m
tática m
setores c
prias ba
o barco
Esquadri
que estiv
fendido
hoje em
rística d
tante p
desde qu
couragea
esses doi
nidos, co
Groups
organizar
que são e
Grande
dessas en
rious" pr
gidos no
bandeira
porta-avi
"Jupiter"
pulsão e
navio de
aparelhos
e 4 torpe
mos com
último ti
pelos Est

NOTÍCIAS MILITARES

Porta-Aviões

Atualmente, que procuram as autoridades responsáveis pela nossa segurança providenciar o reaparelhamento da nossa Marinha de Guerra, lembram alguns círculos a conveniência de incluirmos em nossa frota também porta-aviões, tipo de embarcação que ainda não possuímos. Já o Almirante HALSEY, da Marinha dos Estados Unidos, com sua indiscutível autoridade de um dos comandantes da última conflagração mundial, afirmou que os porta-aviões "são o único meio de possuir uma força táctica móvel, eficaz no mar ou em setores costeiros afastados das próprias bases". Antes dizia-se que o barco mais importante de uma Esquadra era o Encouraçado, desde que estivesse convenientemente defendido por porta-aviões, mas hoje em dia, se diz que a característica de embarcação mais importante pertence ao porta-aviões, desde que esteja defendido por encouraçados. Verdadeiramente são esses dois tipos de barcos que, reunidos, constituem a base dos "Task Groups" americanos, forças que se organizam conforme a tarefa de que são encarregadas.

Grande foi o desenvolvimento dessas embarcações desde o "Furious" primeiro desses barcos surgidos no mundo, em 1917, sob a bandeira britânica. O primeiro porta-aviões norte-americano, o "Jupiter" navio-carvoeiro de propulsão elétrica transformado em navio de guerra, transportava 12 aparelhos de observação, 12 caças e 4 torpedeiros. Se o compararmos com um dos porta-aviões de último tipo também construídos pelos Estados Unidos, poderemos

observar a enorme importância adquirida por eles e o aumento considerável de sua potência de combate. Para isso tomamos o "Coral Sea", posto em serviço em 1947, e que leva 82 aparelhos bi-motores, ou 200 mono-monotores, sendo armado com 18 canhões de 127 mm de duplo uso, isto é, tanto no combate barco a barco ou barco a terra, quanto como defesa anti-aérea, e mais 84 metralhadoras de 40 mm e 34 de 20 mm. Sua tripulação em tempo de guerra compõe-se de 5 mil homens, sendo que desses 300 são pilotos e 600 especialistas.

Segundo notícias publicadas na imprensa estrangeira a Argentina incorporou à sua esquadra dois porta-aviões, sendo que um deles adquirido nos Estados Unidos, como parte do programa de reaparelhamento material em que se acham empenhadas as Forças Armadas do nosso vizinho do Prata.

* *

Deteção de aviões

Um dos problemas que sempre preocupou os militares responsáveis pela defesa anti-aérea, é o da deteção dos aparelhos atacantes o mais distante possível, de modo a possibilitar aos defensores um eficaz acionamento dos meios de defesa, que será tanto mais eficiente quanto maior for o tempo que tiver à sua disposição. Antes da guerra atual, essa deteção era levada a efeito pelos aparelhos de escuta que prontamente se revelaram ineficazes, sendo substituídos pelo Radar que até o presente tem se revelado como grandemente eficiente, apesar dos processos anti-radar adotados pelas

forças atacantes. Tal aparelho, com um seu posterior aperfeiçoamento, possibilitou também, além da detecção, a identificação do aparelho quanto às suas intenções, isto é, discriminando se se tratava de um alvo amigo ou inimigo. Foram os F.F.I. (friend or foe identification), bastante utilizados no decorrer do último conflito. Mas, os alemães utilizaram também o calor emitido pelos aviões atacantes, não só para detectá-los como também para contra eles guiar projéteis dirigidos, sendo que essa utilização não passou da fase exclusivamente experimental. Atualmente, segundo notícias publicadas no *The New York Times*, os físicos da Universidade de Syracuse se acham executando um programa de pesquisas com a finalidade de obter aparelhos capazes de detectar os aviões inimigos por meio do calor irradiado dos seus motores, bem como a possibilidade de empregar projéteis orientados pelo calor, que serão de grande utilidade no bombardeio de objetivos industriais estratégicos, sendo, porém, que o principal problema a ser resolvido é a eliminação da influência do calor solar.

Defesa atômica

Como parte do programa de preparação, não só dos combatentes, como também da população civil, para a eventualidade de um ataque atômico, em que se acha empenhada a Marinha Norte-americana, foram adotadas atualmente novas placas de identificação que têm a propriedade de acusar quaisquer irradiações atômicas a que seu portador for exposto. Além disso, o disco de metal dessa nova placa também revela a quantidade de irradiações a que a pessoa foi exposta, de modo a permitir num relance a determinação de quem ainda deve ser socorrido a fim de ser salvo, e de quem irá sucumbir em vista dos efeitos da elevada irradiação a que foi submetido. Tal determinação é obtida pela mudança de cor das placas con-

forme a quantidade de irradiação a que tiver sido submetida.

Transporte aéreo

Um dos grandes problemas, cada vez mais agravado pelo aumento dos efetivos em luta, com que tem de se preocupar um comandante de tropa empenhada ou a se empenhar em qualquer ação, é o do reabastecimento e remuniciamento. A grande luta dos suprimentos em que se empenharam os belligerantes no último conflito mundial realçou de maneira indiscutível sua preponderante importância. Já há muito tempo que, segundo os grandes capitães, uma batalha é ganha por aquele que "chegar primeiro e com mais", e essa frase continua verdadeira, apesar da evolução dos meios de transporte. Atualmente, desde que estamos em plena era aviatória, acham-se os técnicos empenhados em obter o transporte das cargas, por maior que sejam, por meio de aviões, projetando verdadeiros cargueiros voadores, experimentando já alguns com fuselagens destacáveis, de modo a permitir grande rapidez no embarque e desembarque das cargas, pois ao chegar o aparelho no aeroporto de carga já encontrará a mesma pronta, dentro do vagão que se irá constituir na fuselagem do aparelho, sendo esse vagão destacado no aeroporto de descarga, onde lhe será adaptado um outro com carga de retorno ou já vazio. Mas, nessa luta não apenas os técnicos aeronáuticos se acham empenhados, e sim também os metalúrgicos e os engenheiros de armamento que deverão obter as mesmas armas e os mesmos materiais com menor peso e tamanho, de modo a não dificultarem os transportes. Assim sendo, mediante o emprego de ligas de alumínio e magnésio, estão sendo obtidos materiais que aliam a leveza de peso à robustez dos materiais substituídos, e às vezes ultrapassando essa robustez. Basta ateniarmos no fato que o alumínio em seu estado comercial puro apenas suporta tensões baixa, da ordem de

cinco
quadra
liga co
ções su
ação.
Nos
teriais
com
transp
135 mm
ar, ben
de 25 to
o carro
mente
já se
porte, a
Mas, s
jetos de
côsses
potência

OF

Fabric

AV. IN

cinco quilogramas por polegada quadrada, ao passo que formando liga com o magnésio, suporta pressões superiores às suportadas pelo aço.

Nos Estados Unidos todos os materiais atualmente são construídos com a possibilidade de serem transportados por ar. Peças de 155 mm já são transportadas pelo ar, bem como carros de combate de 25 toneladas. Mas, hoje em dia o carro médio pesa aproximadamente 50 toneladas, de modo que já se torna difícil o seu transporte, a não ser dividido em partes. Mas, se acham em estudos projetos destinados a diminuir o peso desses carros, sem prejuízo da potência e capacidade de fogo,

apenas com a diminuição do peso dos motores e armamento, com a utilização de novas ligas. Uma prova da utilidade da liga de alumínio e magnésio por nós mencionada linhas atrás, é a diminuição de peso obtida no obus de 105 mm M2A2, da Artilharia de Campanha, com a modificação apenas do seu conjunto de rolamento, que anteriormente sendo de aço pesava 2.300 kg, passando agora, ao ser construído com a nova liga, a pesar apenas 1.600 kg. Os tripés, aparelhos de pontaria, etc., dos morteiros, das metralhadoras, e de outros materiais, também passaram a ser fabricados com a nova liga, permitindo grandes reduções de peso.

OFICINA MECÂNICA BRASILEIRA

Fabricante do Reparo para Metralhadora "Madsen" 1935

MARIO FABRI

Encarrega-se de serviços de mecânica em geral

Serviços de Tornos — Serviços de Freza — Serviços de Plaina

Soldas elétricas e a Oxigênio — Serralheiro — Estamparia

Fabricação própria de fogareiro de um queimador a gasolina, tipo militar

Fabricante da palha de aço "Cruz de Malta"

ORÇAMENTOS GRÁTIS

RUA TENENTE ABEL CUNHA, 149-A-B E C

D. F. VASCONCELLOS

FABRICANTE DE INSTRUMENTOS ÓPTICOS

BINÓCULOS PRISMÁTICOS

TELEMETROS

GONIÔMETROS-BÚSSOLA

ESTEREOSCÓPIOS

AV. INDIANÓPOLIS 4254

SÃO PAULO

"A DEFESA NACIONAL" recomenda a seus leitores, pela excelência dos produtos que podem oferecer e pela aprimorada organização com que se apresentam, além das anunciadas noutros locais desta Revista, mais as seguintes CASAS ou FIRMAS:

RIO DE JANEIRO

- C. Pompeu** — Av. Presidente Vargas, 3440 — Tel. 43-1399
- Curso Tuiuty** — Rua 7 de Setembro, 209 — 2º andar
- H. Underberg Albrecht** — Rua Conde de Bonfim, n. 1132
- Casa Wild** — Instrumental Técnico e Máquinas Ltda. — Av. Gomes Freire, n. 9
- Danckaert & Cia. Ltd.** — Rua 1º de Março, n. 127 — Tel. 23-2937
- Produtos Químicos "Ciba"** — Avenida Venezuela, n. 110
- Grillo Paz & Cia.** — Rua do Acre, n. 66
- Industrial de Tubos S/A.** — Av. Presidente Antonio Carlos, 201
- Cotonificio Rodolfo Crespi** — Rua da Conceição, n. 31-Sala 405
- Moinho de Ouro S/A.** — Av. Marechal Floriano, n. 133
- Colchoaria do Povo** — Rua 24 de Maio, n. 783 — Engenho Novo
- Vintena Filho** — Rua Clarimundo de Melo, n. 240 — Tel. 29-2510
- Açúcar Brasil** — Rua dos Coqueiros, n. 17/19 — Tel. 32-1699
- Daniel Espinheira** — Rua Uranos, 607 — Ramos — Tel. 30-0191
- A. Castro & Filho Ltda.** — Rua Escobar, 9 — S. Cristóvão — Tel. 28-7193
- Fábrica de Cerveja Ocidental** — Rua Riachuelo, n. 13 — Tel. 42-0307
- Fábrica de Canetas "Turpen"** — Rua da Alegria, n. 1275 — Tel. 48-8343
- J. Flinkas** — Av. Automóvel Clube, n. 1551 — Tel. 29-1182
- Reggerio Peddotti & Cia.** — Mercado Municipal
- Cia. Vale do Rio Doce** — Av. Presidente Wilson
- Comendador Serafim Sophia** — Kosmos — E. F. C. do Brasil

Atos d
O
de

REFORM

LEI N.

Dispõe
julga
milit

O Pre
Faço
cional d
guinte L

Art.
Armadas
Militar e
do Distri
de saúde
por tere
de acesso
definitiv
reformad

Art. 2
ções em

Rio de
de 1950;
62º da R

Eur

("Diár

OFICIA
BUINTES

LEI N. 1.

Inclui com
militar,
Forças
durante
necem

NOTICIÁRIO & LEGISLAÇÃO

Atos oficiais do Ministério da Guerra, publicados no "Diário Oficial", no período de 15 de setembro a 13 de outubro de 1950

REFORMA DE OFICIAIS JULGADOS INCAPAZES

LEI N. 1.195, DE 9 DE SETEMBRO DE 1950

Dispõe sobre a reforma dos oficiais julgados incapazes para o serviço militar.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Os oficiais das Forças Armadas Nacionais, os da Polícia Militar e os do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal que, em inspeção de saúde, para o efeito de promoção, por terem sido incluídos no quadro de acesso, forem julgados incapazes definitivamente para o serviço, serão reformados no posto imediato.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de setembro de 1950; 129º da Independência e 62º da República.

EURICO G. DUTRA.

José Francisco Bias Fortes.

Sylvio de Noronha.

Canrobert P. da Costa.

Armando Trompowsky.

("Diário Oficial" de 15-IX-50.)

• •

OFICIAIS CONVOCADOS CONTRIBUINTES DO MONTEPIO MILITAR

LEI N. 1.196, DE 9 DE SETEMBRO DE 1950

Inclui como contribuintes do montepio militar, os oficiais da reserva das Forças Armadas que, convocados durante o estado de guerra, permanecem no serviço ativo.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Os oficiais da reserva das Forças Armadas, que permanecem convocados para o serviço ativo, com direito à transferência para a reserva remunerada, após vinte e cinco anos de serviço, passarão a contribuir para o montepio militar, na forma estabelecida pela respectiva legislação, assegurados aos seus herdeiros, todos os direitos e vantagens correspondentes.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de setembro de 1950; 129º da Independência e 62º da República.

EURICO G. DUTRA.

Sylvio de Noronha.

Canrobert P. da Costa.

Armando Trompowsky.

("Diário Oficial" de 15-IX-50.)

• •

ALTERAÇÃO NA LEI DO SERVIÇO MILITAR

LEI N. 1.200, DE 16 DE SETEMBRO DE 1950

Altera a Lei do Serviço Militar

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Serão convocados, anualmente, para prestar serviço militar nas Forças Armadas, os brasileiros de uma única classe.

Parágrafo único. A classe convocada será constituída dos brasileiros

que completarem 19 anos de idade, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro do ano em que deverão prestar o serviço.

Art. 2º. Esta Lei terá início no ano de 1950, com a convocação da classe de 1931 para todo o Brasil.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 16 de setembro de 1950; 129º da Independência e 62º da República.

EURICO G. DUTRA.

Sylvio de Noronha.

Canrobert P. da Costa.

Armando Trompowsky.

("Diário Oficial" de 20-IX-50.)

* *

DATA DE BENEFÍCIOS DE LEI

Despachos — No Aviso n. 631, de 16 de setembro de 1950 do Exmo. Sr. Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, abaixo transcrito, exarou o Ministro de Estado da Guerra o seguinte despacho: Publique-se para conhecimento do Exército. Em 20 de setembro de 1950 — Gen. Canrobert.

Ofício n. 631. Em 18 de setembro de 1950.

Do Secretário Geral.

Ao Exmo. Sr. Ministro da Guerra.

Assunto: Data dos benefícios das Leis ns. 288, 603, 616 e 1.156, em face das promoções para a reserva (Despacho do Sr. Presidente da República).

1 — Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Excia. que o Senhor Presidente da República determinou, por decisão de 14 do corrente mês, no Processo PR. 23.110/50, fôsem obedecidas pelos Ministérios Militares, as seguintes conclusões apresentadas pelo Sr. Procurador Geral da República, no que diz respeito as datas em que devam ser computados os benefícios outorgados aos militares, em face das promoções para a reserva, pelas Leis ns. 288, de 8 de janeiro de 1948; 608, de 10 de janeiro de 1949; 616, de 2 de fevereiro de 1949 e 1.156, de 12 de julho de 1950:

"Em resumo:

a) os que se encontravam em atividade em 15 de junho de 1948, quando da publicação da Lei n. 288, de 8 de junho de 1948, a data a partir da qual têm direito aos vencimentos do novo posto, é a da promoção e

consequente transferência para a inatividade;

b) para os militares que a Lei número 288, já encontrou fora do serviço ativo a data será a da sua vigência, que é o do 45º dia a partir da sua publicação no "Diário Oficial" (art. 1º, do Decreto-lei n. 4.857, de 4-IX-942);

c) para os incapacitados fisicamente em consequência de ferimentos ou moléstias adquiridas no teatro de operações, e contempladas no Decreto-lei n. 8.795, de 23-I-948, reproduzido no art. 4º, da Lei n. 288, de 1948, a data de início do direito aos vencimentos da promoção será a da reforma, subsequente à promoção, com os vencimentos do posto ou graduação a que ascenderem, observado o disposto no Decreto-lei n. 8.795, de 1946, consoante o estatuto no art. 4º, da citada Lei n. 288;

d) para os beneficiados pelo artigo 1º, da Lei n. 608, a data será a dos atos, uma vez que, nos termos do parágrafo único do mesmo artigo as vantagens tornadas extensivas, no que lhes couber, aos suboficiais e sargentos do 1º Grupo de Caça da Força Aérea Brasileira (FAB), só serão desfrutadas pelos interessados no limite das possibilidades existentes na Organização da Força Aérea Brasileira;

e) para os beneficiados pelo disposto no art. 3º, da Lei n. 608, de 10 de janeiro de 1949, a data será a em que essa Lei entrou em vigor, ou seja 22-I-949, data em que foi publicada no "Diário Oficial";

f) para os beneficiados pela Lei n. 1.156, de 12-VII-950, a data será a em que essa lei entrou em vigor ou seja, 18-VII-950, data em que foi publicada no "Diário Oficial".

2 — Sirvo-me do ensejo para apresentar a V. Excia. os protestos de meu alto apreço e consideração — Gen. de Ex. Newton de Andrade Cavalcante, Secretário Geral."

(Despacho de 20-IX-950 — "Diário Oficial" de 21-IX-950.)

* *

INSPEÇÕES DE SAÚDE DE CONVOCADOS

Nos termos do § 3º, do art. 3º, das Instruções Reguladoras das Inspeções de Saúde e das Juntas Militares de Saúde, declaro que as inspeções de saúde de convocados poderão ser feitas por um único médico, desde que esse seja militar da ativa — Gen. Canrobert.

(Aviso n. 604, de 25-IX-950 — "Diário Oficial" de 27-IX-950.)

DISPENSA DE APRESENTAÇÃO NO DIA DO RESERVISTA

A vista das razões expostas pela Diretoria do Recrutamento, declaro que no corrente ano os reservistas do Exército ficam dispensados da apresentação no dia do reservista — General Canrobert P. da Costa.

(Aviso n. 606, de 25-IX-950 — "Diário Oficial" de 27-IX-950.)

* *

CONDUTA A SEGUIR COM ALUNOS DESLIGADOS DO C.P.O.R.

O Chefe da 21ª Circunscrição de Recrutamento solicita, em Ofício número 376-C, de 8 de maio de 1950, seja esclarecido quanto ao procedimento a adotar com os alunos do 2º ano do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva que trancarem matrícula para tratamento de saúde e não se apresentarem após o prazo estipulado para seu tratamento.

Em solução declaro:

Os arts. 50, 51, 76 e respectivos parágrafos do Regulamento n. 166, aprovado por Decreto n. 22.392, de 31 de dezembro de 1946, determina a conduta a seguir no caso em lide — Gen. Canrobert P. da Costa.

(Aviso n. 607, de 25-IX-950 — "Diário Oficial" de 27-IX-950.)

* *

CRIAÇÃO DE TIRO DE GUERRA

Resolve, de acordo com o art. 74, do Decreto-lei n. 9.500, de 25 de julho de 1946, criar o Tiro de Guerra n. 271, com sede em Tatui, Estado de São Paulo — Gen. Canrobert.

(Portaria n. 158, de 25-IX-950 — "Diário Oficial" de 27-IX-950.)

* *

MODIFICAÇÕES NO PLANO GERAL DE CONVOCAÇÃO PARA 1951

Resolve alterar a Portaria n. 142, de 21 de agosto de 1950 (Plano Geral de Convocação para 1951) de acordo com as modificações abaixo:

A — O n. 3, do item II passará a ter a seguinte redação:

"Haverá uma só incorporação para as seguintes R.M. e que deverá estar terminada nas seguintes datas:

a) 1ª Zona de Recrutamento (3ª e 5ª R.M.) — 1 de Maio;

b) 2ª Zona de Recrutamento (6ª, 7ª, 8ª e 10ª R.M.) — 1 de Junho;

c) 3ª Zona de Recrutamento (4ª e 9ª R.M.) — 1 de Julho.

Haverá duas incorporações nas 1ª e 2ª R.M. da 3ª Zona de Recrutamento, que deverão estar terminadas, respectivamente, nas seguintes datas:

a) 1ª incorporação — 1 de março;
b) 2ª incorporação — 1 de novembro.

Nas datas indicadas acima é que terá início a contagem do ano de serviço militar de cada contingente de incorporados."

B — O n. 4, do item II, passará a ter a seguinte redação:

"O último dia de apresentação para incorporação coincidirá com o último dia fixado para a inspeção de saúde de 2ª época e, em todas as R.M., o efetivo dos contingentes de incorporados será calculado visando dar cumprimento ao prescrito na Portaria Reservada n. 42-37, de 15 de dezembro de 1949."

C — O n. 5, do item II, passará a seguinte redação:

"As inspeções de saúde terão início:

a) 1ª inspeção (geral) nas sedes dos municípios tributários, nas seguintes épocas:

1ª Zona de Recrutamento (3ª e 5ª R.M.) — em 1 de março de 1951.

2ª Zona de Recrutamento (6ª, 7ª, 8ª e 10ª R.M.) — em 1 de abril de 1951;

3ª Zona de Recrutamento (4ª e 9ª R.M.) — em 1 de maio de 1951.

Nas 1ª e 2ª R.M., as inspeções de saúde terão início em princípio, sessenta dias antes das datas fixadas para a incorporação da classe.

b) 2ª inspeção (complementar), nas sedes das guarnições e nas seguintes épocas:

1ª Zona de Recrutamento (3ª e 5ª R.M.) — 2ª quinzena de abril de 1951.

2ª Zona de Recrutamento (6ª, 7ª, 8ª e 10ª R.M.) — 2ª quinzena de maio de 1951.

3ª Zona de Recrutamento (4ª e 9ª R.M.) — 2ª quinzena de junho de 1951.

Nas 1ª e 2ª R.M. a inspeção de saúde complementar será realizada na quinzena que anteceder a respectiva incorporação.

c) Dentro das datas extremas fixadas, na letra a), os Comandantes de Região Militar organizarão os planos da 1ª inspeção (geral) de tal forma que a mesma termine o mais próximo possível da época de incorporação

e possam os homens a ela submetidos ser encaminhados, logo em seguida, para as guarnições de destino" — General Canrobert P. da Costa.

(Portaria n. 159, de 25-IX-950 — "Diário Oficial" de 27-IX-950.)

CONTRIBUIÇÃO PARA O MONTEPIO MILITAR

Assunto: Contribuição para o montepio.

Proc. n. 9.417-50.

1. Pede o 2º Tenente R/2, Pedro Wilson Campos Araujo que lhe seja descontada a contribuição para o montepio, nos termos do art. 29, § 2º, da Lei n. 488, de 15-IX-948.

2. A instrução do processo evidencia o seguinte:

a) que o requerente era 2º sargento da ativa, quando se demitiu para exercer o cargo público civil;

b) que continuou descontando para o montepio militar, nos termos do artigo 6º, do Decreto-lei n. 3.695-49.

3. Reza o supra referido § 3º, do art. 29, da Lei n. 488-48:

"Os contribuintes do montepio militar e do civil, em atividade, poderão descontar, mensalmente, cota igual a dos que estejam em atividade, desde que o requeiram até 31-XII-948."

4. Conforme se verifica, o dispositivo legal é amplo; refere-se aos contribuintes em atividade; a situação de inatividade é oposta à de atividade.

Negar não se pode que o requerente pertence à reserva do Exército, estando inativo. Não importa que seja uma inatividade remunerada, pois desta não cogita o dispositivo em apêço.

5. A distinção feita pela S.G.M.G., que realmente existe face à legislação invocada, não subsiste ante a amplitude do art. 29, § 3º, cuja concessão, aliás tem fim social justificável.

Convém, aliás, ressaltar que seria incoerente facultar a contribuição para o montepio a quem adquiriu esse direito, pela prestação de serviços militares, sem atualizar as contribuições; o instituto deixaria de atender aos fins sociais a que se destina.

6. Opino, dest'arte, por que se considere o despacho anterior, no sentido de deferir-se o pedido — Demosthenes Madureira de Pinho, Consultor Jurídico.

(Parecer n. 212, de 5-VIII-950 — "Diário Oficial" de 30-IX-950.)

MATRICULAS NO C.R.A.S. DE TRANSMISSÕES

A vista das considerações apresentadas pelo Comando da 9ª Região Militar, e de acordo com o parecer do Estado-Maior do Exército, resolvo:

1. — Autorizar o Comando da 9ª Região Militar a matricular no C.R.A.S. de Transmissões, em 1951, os Sargentos formados e pertencentes às Unidades dessa especialidade e que foram mandados matricular e se habilitarem com o C.R.A.S. da Arma de Engenharia, observando-se, o seguinte:

a) a frequência deverá ser limitada nos assuntos pertinentes à especialidade de transmissões;

b) o grau final de aprovação no Curso será dado pela média aritmética entre o grau obtido no C.R.A.S. de Engenharia e o alcançado no complemento de que trata a alínea anterior;

c) após a habilitação com o C.R.A.S. de Transmissões, como aqui está prescrito, só este Curso terá valor para todos os efeitos legais.

2. — Devem ser transferidos para Unidade de Engenharia os Sargentos nas condições citadas:

a) que não desejarem fazer o Curso Complementar de Transmissões, prescrito neste Aviso;

b) que não lograrem aproveitamento nessa complementação — General Canrobert P. da Costa.

(Aviso n. 618, de 28-IX-950 — "Diário Oficial" de 30-IX-950.)

SUBORDINAÇÃO DO PELOTÃO DESTACADO EM FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA

O Ministro de Estado da Guerra aprovou o ato do Comando da 8ª Região Militar, tornando independente da 3ª Companhia de Fronteiras (Pôrto Velho), o Pelotão destacado em Forte Príncipe da Beira, o qual fica diretamente subordinado ao Comando dos Elementos da Fronteira nas mesmas condições dos demais Pelotões de Fronteiras.

(Despacho de 26-IX-950 — "Diário Oficial" de 2-X-950.)

AUTORIZA AFASTAMENTO DE CAPELAES MILITARES

Autorizo os capelães-militares a se afastarem, durante o mês de novembro, da sede de suas guarnições

nos dias destinados ao retiro espiritual em suas dioceses. — General Canrobert P. da Costa.

(Aviso n. 619, de 30-IX-950 — "Diário Oficial" de 2-X-950).

* *

LIMITES PARA QUADRO DE ACESSO DO Q.A.O. PARA 1951

1. Aprovando proposta feita pela Comissão de Promoções do Q.A.O. (OL. n. 618-A, de 19-IX-950) e de acordo com os arts 19 e 21, respectivamente, do Decreto-lei n. 8.760, de 21-I-946, e do Decreto n. 26.450, de 10-III-949, resolvo fixar os números de praças (Subtenentes e Primeiros Sargentos), abaixo mencionados, como limites máximos para a organização dos quadros de acesso, relativos ao 1º semestre de 1951:

Infantaria.....	50
Cavalaria.....	20
Artilharia.....	20
Engenharia.....	20
Serviço de Infantaria	10

2. Em consequência, os Cmts. de Unidades, Chefes de Repartições e Estabelecimentos Militares, deverão remeter à Secretaria daquela Comissão, até 15 de dezembro do corrente ano, somente os documentos relativos às praças que, em 31 deste mês de outubro, satisfizerem os requisitos do art. 3º do referido Decreto número 26.450, desde que suas respectivas "Fichas para Seleção" (Anexo V desse Decreto) acusem uma soma de pontos, excluídos os concernentes ao conceito geral da Comissão, igual ou superior aos abaixo enumerados:

Infantaria.....	130.000
Cavalaria.....	125.000
Artilharia.....	122.000
Engenharia.....	122.000
Serviço de Intendência — qualquer número de pontos —	
Gen. Canrobert P. da Costa.	

(Aviso n. 622, de 4-X-950 — "Diário Oficial" de 3-X-950).

* *

IDADE-LIMITE PARA SERVIÇO DE OFICIAL REFORMADO

Consulta o Coronel R/1 Alfredo Gomes de Paiva, da Administração do Edifício da Guerra:

"Se ao atingir a idade-limite para permanência na reserva de 1ª classe e passar à categoria de reformado, po-

derá permanecer no exercício da função de Administrador do Edifício da Guerra até completar a idade limite de 68 anos para ser dispensado da atividade e gozar das vantagens previstas pelo art. 3º e seu parágrafo único da Lei n. 421, de 7 de outubro de 1948".

Em solução declaro:

O militar da reserva remunerada ou reformado, quando designado para o exercício efetivo de serviço nas Organizações das Forças Armadas, só poderá ser dispensado da atividade por um dos seguintes motivos:

- 1 — Ao atingir a idade de 68 anos;
- 2 — Por conveniência do serviço;
- 3 — Por conveniência da disciplina;
- 4 — Por doença que o impeça de continuar na função que estiver exercendo (arts. 1º e 2º da Lei n. 421 citada).

Nessas condições o oficial da reserva remunerada designado para o exercício efetivo de serviço no Exército deverá permanecer no exercício das funções ao ser reformado, salvo se tiver de ser dispensado por motivos previstos na lei e diversas da idade de 68 anos — General Canrobert P. da Costa.

(Aviso n. 623, de 30-IX-950 — "Diário Oficial" de 6-X-950).

* *

REQUERIMENTOS DE OFICIAIS R-2 PEDINDO TRANSFERÊNCIA PARA OUTRA FORÇA ARMADA

Considerando que os oficiais da reserva de 2ª classe, oriundos do C.P.O.R., podem ser transferidos das armas para serviços, uma vez satisfeitas as exigências legais;

Considerando que não há conveniência para o Exército na transferência desses oficiais para a reserva das outras Forças Armadas;

Declaro que deverão ser indeferidos pelos Comandantes de Região Militar todos os requerimentos de oficiais da reserva de 2ª classe pedindo estágio ou transferência para outra Força Armada.

Só deverão ter andamento os pedidos de matrícula em Escola de Formação ou Cursos existentes nas Forças Armadas, cujo término assegure o ingresso em serviço ativo — General Canrobert P. da Costa.

(Aviso n. 629, de 6-X-950 — "Diário Oficial" de 9-X-950).

LICENÇAS PARA MATRÍCULA NA ESCOLA TÉCNICA DE AVIAÇÃO

Considerando que da simples licença para matrícula na Escola Técnica de Aeronáutica não decorre a transferência de reservista do Exército para a Aeronáutica;

Considerando que se o candidato tiver aproveitamento no Curso poderá ser amparado pelo parágrafo único do art. 107 da Lei do Serviço Militar;

Autorizo os Comandantes de Região Militar a conceder licença para matrícula na Escola Técnica de Aviação aos reservistas do Exército que requererem — General Canrobert P. da Costa.

(Aviso n. 530, de 6-X-950 — "Diário Oficial" de 9-X-950).

COEFICIENTE DE CURSOS DA ESCOLA DE MOTOMECANIZAÇÃO

De acordo com o parecer do Estado-Maior do Exército, em face de consulta do Comando do 1º Batalhão de Carros de Combate, sobre promoção de sargentos, fica adotado o coeficiente 4 (quatro) para os Cursos da Escola de Motomecanização — Canrobert P. da Costa.

(Aviso n. 532, de 9-X-950 — "Diário Oficial" de 11-X-950).

DISTINTIVO DE CABOS E SOLDADOS DO CMDO. ELEMENTOS DE FRONTEIRA

De acordo com os pareceres do Estado-Maior do Exército e da Comissão de Fardamento, o distintivo bordado para cabos e soldados do Comando de Elementos de Fronteira será semelhante aos distintivos dos Corpos de Tropa de Infantaria, figurando na posição do número e da designação da Unidade, respectivamente, o número da Região Militar e as iniciais "CEF" — General Canrobert P. da Costa.

(Aviso n. 535, de 9-X-950 — "Diário Oficial" de 11-X-950).

FUNCIONAMENTO EM 1951 DO CURSO DE ADAPTAÇÃO DE PROTÉTICOS

1. De acordo com os pareceres do Estado-Maior do Exército e da Diretoria de Saúde, funcionará, em 1951, com 25 vagas, o Curso de Adaptação de Protéticos, criado pelo Aviso n. 63, de 22 de janeiro de 1948, po-

dendo concorrer à matrícula no mesmo os sargentos do Exército que possuam o certificado de protético, conferido pelo Departamento Nacional de Saúde Pública.

2. Os candidatos ficarão isentos de prova de seleção, devendo satisfazer as demais exigências regulamentares para matrícula na Escola de Saúde do Exército. Na hipótese do número de candidatos ser maior que o de vagas fixadas, terão preferência:

- os mais graduados;
- os que contem maior tempo de serviço.

3. A apresentação dos requerimentos de inscrição, devidamente informados, ao Comandante da Escola de Saúde do Exército, poderá ser feita até 30 de novembro próximo — Canrobert P. da Costa.

(Aviso n. 537, de 9-X-950 — "Diário Oficial" de 11-X-950).

PROPOSTAS DE ALTERAÇÕES EM EFETIVOS DE CONTINGENTES

Tendo em vista o que propõe o Estado-Maior do Exército, recomendando:

a) as propostas de alterações nos efetivos dos Contingentes, para 1951, devem ser dirigidas à Diretoria do Pessoal até o dia 31 do corrente;

b) o Departamento Geral de Administração, em ligação com o Estado-Maior do Exército, deverá expedir instruções àquela Diretoria, para que seja organizada a proposta dos efetivos dos Contingentes para 1951 — General Canrobert P. da Costa.

(Aviso n. 540, de 9-X-950 — "Diário Oficial" de 11-X-950).

SITUAÇÃO DE SOLDADO INCAPAZ SENTENCIADO A PENA DE PRISÃO

O Ministro de Estado da Guerra, no processo oriundo do ofício número 108-Sec., de 21 de dezembro de 1949, do Comandante da 1ª/ 2ª Regimento de Artilharia Montado, sobre a situação do soldado Silvino Batista Soares, incapaz para o serviço do Exército, e sentenciado à pena de 18 meses de prisão, deu o seguinte despacho, com base no parecer do Consultor Jurídico deste Ministério: Aprovo este parecer. Publique-se e encaminhe-se à 10ª Região Militar, para excluir a praça do estado efe-

tivo da Unidade, por ter sido julgada incapaz definitivamente para o serviço militar, ficando, porém, adida à disposição da Justiça.

(Despacho de 9-X-950 — "Diário Oficial" de 11-X-950).

VAGAS PARA O CURSO DE TOPOGRAFIA EM 1951

O Ministro de Estado da Guerra resolve, de acordo com o que propõe o Departamento Técnico e de Produção do Exército, revigorar para 1951 as instruções para funcionamento do Curso de Topografia e as normas para seleção regional dos candidatos a esse Curso, baixadas com a Portaria n. 195, de 6 de dezembro de 1949, com a seguinte distribuição de vagas:

1ª Região Militar.....	4
2ª Região Militar.....	2
3ª Região Militar.....	4
4ª Região Militar.....	2
5ª Região Militar.....	3
6ª Região Militar.....	1
7ª Região Militar.....	1
8ª Região Militar.....	1

9ª Região Militar.....	1
10ª Região Militar.....	1

(Portaria n. 161, de 9-X-950 — "Diário Oficial" de 11-X-950).

SUBSTITUIÇÃO DE FISCAL ADMINISTRATIVOS NOS Q.G. REGIONAIS

Em solução à consulta feita pelo Comandante da 8ª Região Militar, em Ofício n. 37-G/1, de 15 de maio de 1950, declaro que:

a) O Fiscal Administrativo nos Quartéis-Generais Regionais deve ser substituído, nos casos de cargo vago, pelo Capitão mais antigo, em exercício nas funções de Adjunto da Ajudância Geral ou de Encarregado do Serviço Especial;

b) Nos Quartéis-Generais Regionais que não disponham de oficial "Encarregado do Serviço Especial" por efeito de redução de efetivo, o Fiscal Administrativo deverá ser substituído pelo Adjunto mais antigo da Ajudância Geral — General Canrobert P. da Costa.

(Aviso n. 648, de 11-X-950 — "Diário Oficial" de 13-X-950).

OFICINA MECÂNICA

MAQUINAS EM GERAL E SERRALHERIA — CALDEIRARIA
DE FERRO — CONSTRUÇÕES METÁLICAS
FUNDIÇÃO DE BRONZE E OUTROS METAIS
LUGARINHO & CIA.

ESPECIALISTAS EM INSTALAÇÕES DE MAQUINISMOS PARA AÇÚCAR,
ALCOOL E CERAMICA

OFICINAS:

RUA BONFIM, 189-193 — TELEFONE 28-1074
(S. CRISTÓVÃO)

TUPY S. LISBOA

CORRETOR DE IMÓVEIS

Oferece seus serviços profissionais aos seus colegas do CLUBE MILITAR
Rua Lucídio Lago, 233 — Fone 29-1462 — Diariamente de 12 às 21 horas

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

"A DEFESA NACIONAL" agradece as seguintes publicações recebidas durante o mês de outubro do corrente ano :

a) *Do exterior*

- Argentina — Revista Militar — N. de setembro
Revista del Suboficial — N. de outubro
- Espanha — Revista "Ejercito" — Ns. de julho e setembro
"Guion" — Revista de los mandos subalternos — Ns. de julho e setembro
- França — Revue Militaire D'information n. 160
- Inglaterra — "Endeavour" — Revista científica — N. de julho
- México — Boletín Jurídico militar — Ns. set. e out.
- Peru — Revista de la Escuela Militar de Chorrillos — N. de julho
- Portugal — Revista Militar — N. relativo ao 3º trimestre de 1950
Revista de Cavalaria — N. de julho
- Estados Unidos — Military Review — N. de setembro

b) *Nacionais*

- Revista Militar Brasileira — Edição comemorativa da transladação dos restos mortais do DUQUE DE CAXIAS para o Pantheon Militar
- Revista do Clube Militar — Ns. de julho e agosto
- Resenha Econômica do Banco do Brasil, relativa ao mês de agosto
- Revista Militar da F.P.S.P. — Ns. de julho e agosto
- Diversas publicações do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura entre os quais :
- Nomenclatura Rural
 - Legislação Cooperativista
 - Relação das Cooperativas Nacionais Registradas até 1947
 - Problemas de Educação Cooperativista
 - Cooperativismo Escolar
 - Seguros Agro-Pecuários
 - Exemplares das revistas "Cooperativismo" e "Divulgação Cooperativista", relativas a julho, agosto e setembro

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Redação e Administração :

Edifício do Ministério da Guerra — 3º andar — Rua Visconde da Gávea
PRAÇA DA REPÚBLICA — Telef. 43-0563

Correspondência :

Para a Gerência : Caixa Postal 17, Agência do Ministério da Guerra
Colaborações : Diretor-Secretário, mesmo endereço

*

De acôrdo com a Lei, a Revista não se responsabiliza por idéias, juízos, opiniões, etc., contidos em artigos assinados.

A publicação desses artigos não significa, tampouco, solidariedade por parte da Revista.

As opiniões da Revista com referência a problemas debatidos nas suas páginas, sua orientação doutrinária, etc., terão sempre em vista os altos interesses da defesa nacional e serão expressas no respectivo "Editorial" ou em artigos da Redação.

* *

Não serão restituídos, em caso algum, originais de trabalhos recebidos para publicação.

* *

A Revista adota a ortografia constante do "Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", da Academia Brasileira de Letras, impresso em dezembro de 1943, na Imprensa Nacional.

* *

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

*

PREÇOS DE ASSINATURAS

Ano.....	Cr\$ 80,00
Semestre	Cr\$ 40,00
Número avulso.....	Cr\$ 10,00
Assinatura comercial, com direito a inclusão no indicador de firmas recomendadas	Cr\$ 500,00

Obs. — O pagamento das assinaturas de ano pode ser feito em 4 (quatro) prestações de Cr\$ 20,00 ou em 12 (doze) prestações mensais de Cr\$ 7,00.

COLABORAM NESTE NÚMERO :

Gen. Antônio de Castro Nascimento.
Cel. J. B. Magalhães.
Cel. Niso Montezuma.
Ten.-Cel. Adalardo Fialho.
Ten.-Cel. Alberto Ribeiro Paz.
Ten.-Cel. Antônio Moreira Coimbra.
Ten.-Cel. Arold Ramos de Castro.
Ten.-Cel. Enio da Cunha Garcia.
Ten.-Cel. J. H. Garcia.
Ten.-Cel. Riograndino da Costa e Silva.
Major Cesar Neves.
Major Raul Lopes Munhoz.
Major W. F. Bouças.
Cap. Acaia.
Cap. Augusto de Oliveira Pereira.
Cap. L. C. Silveira.
Ten. Hélio Augusto Canongia.
Ten. Jair de Matos Montedônio.
Ten. José Maury de Araujo Silva.
Sgt. Geraldino Maronês.



É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

Cr\$ 10,00

S. G. M. G.
IMPRESA MILITAR
RIO DE JANEIRO — 1950